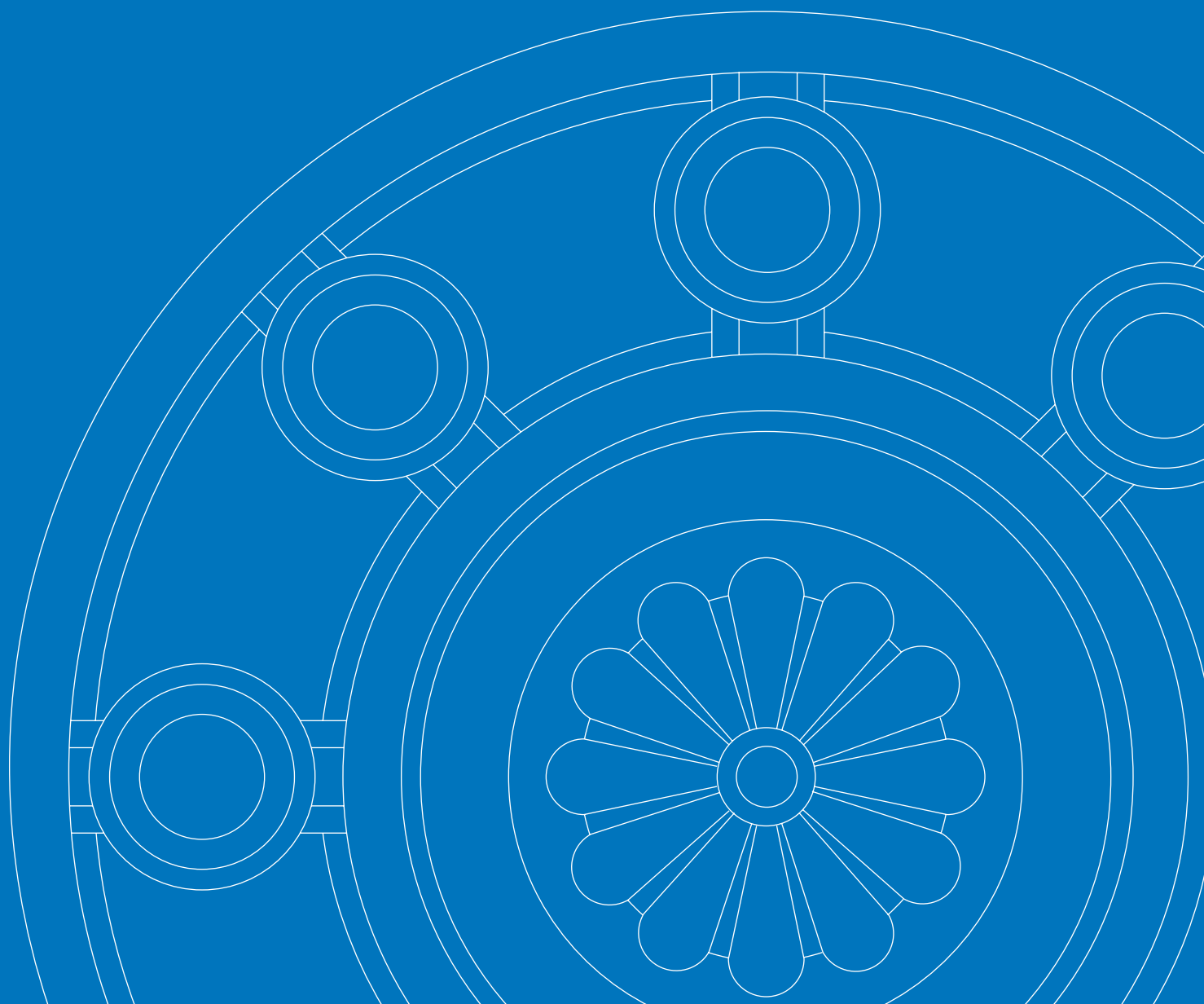


O Panteão Nacional

A Ideia dos Heróis e do Panteão em Portugal

Frederico Pereira Martins



Autor

Frederico Pereira Martins

Título

O Panteão Nacional - a ideia dos Heróis e do Panteão em Portugal

Conceção e direção do projeto “Panteão ao Cubo”

Santiago Macias

Coordenação de edição

Santiago Macias / Isabel Inácio / Liliana Marques

Apoio técnico à edição

José Duarte / Vera Pereira

Design gráfico

Caixa Geral de Depósitos - Direção de Comunicação e Marca

Edição

Panteão Nacional / Museus e Monumentos de Portugal E.P.E., Lisboa, 2026

Patrocínio

**REPÚBLICA
PORTUGUESA**
CULTURA, JUVENTUDE
E DESPORTO

**MUSEUS
E MONUMENTOS
DE PORTUGAL**



**PANTEÃO
NACIONAL**

A meus Avós Ricardina e Manuel.

Agradecimentos

Começo por mostrar o profundo agradecimento à senhora Secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural Ângela Ferreira, ao Engenheiro José Manuel dos Santos, ao João Soares e à senhora directora do Panteão Nacional Doutora Isabel Melo, por me terem recebido, ouvido e concedido informação que se mostrou de elevada importância para a elaboração desta Dissertação de Mestrado.

Agradeço aos meus amigos, onde, na impossibilidade de os nomear a todos, faço referência a duas pessoas que me deram ânimo, ouviram as minhas preocupações e me encorajaram: Bruno Bernardes e Ana Rita Pereira

Agradeço ainda à minha família que muito tem lutado para que este trabalho seja uma realidade. Em especial à Carla e ao Rui e principalmente aos meus pais e à minha avó. Por toda a paciência que tiveram ao longo destes 25 anos, por fazerem de tudo para que possa prosseguir os meus sonhos, obrigado por tudo.

À Professora Paula Ochôa por, apesar de não orientar este trabalho, ter demonstrado sempre vontade em ajudar, preocupação com o seu desenvolvimento e por me encaminhar sempre rumo ao melhor resultado. Muito Obrigado. Ao Professor António Camões Gouveia por me fazer olhar o Património de uma forma diferente, por nos mostrar vários caminhos e interpretações patrimoniais. Obrigado por todos os ensinamentos. À Professora Teresa Nunes pelas conversas na Biblioteca Nacional e por todas as ideias que sugeriu.

À Professora Maria João Neto que, mesmo após deixar de ser minha professora, aceitou o desafio que lhe lancei para co-orientar este trabalho. O meu muito obrigado por me acompanhar nesta nova fase, por todas as ajudas e indicações para conseguirmos o melhor trabalho possível.

Por fim, mas de todo não menos importante, ao Professor Carlos Vargas. Obrigado por toda a dedicação, por todas as conversas, por todos os encontros, por todas as visões e ideias. Sempre que reunimos ou falámos sentia um novo ânimo e força em trabalhar e, acima de tudo, aprendi sempre com todas as ideias e notas que surgiam das nossas conversas. Obrigado por todo o encorajamento e por ter sido um excelente Orientador. Acima de tudo, obrigado pela paciência que teve ao orientar esta Dissertação.

Ao Professor Santiago Macias e à equipa do Panteão Nacional. A vossa dedicação na manutenção da nossa história e memória, a vossa dedicação e perseverança em demonstrar que o Panteão Nacional é um monumento vivo, na divulgação cultural e nas mais variadas programações e iniciativas que permitem a valorização da nossa herança cultural. Agradeço também o convite para edição deste trabalho.

Resumo

O presente trabalho pretende introduzir uma nova abordagem no que concerne ao património imaterial, nomeadamente na sua vertente identitária.

Tomando as personalidades distinguidas com Honras de Panteão, que assumimos como objecto de estudo, pretendemos demonstrar como estas são representativas de um património identitário português.

Não descurando a importância artística e histórica do Panteão Nacional, bem como dos monumentos com o mesmo estatuto, o presente trabalho não se debruça sobre essas temáticas (principalmente sobre a artística), mas antes no seu capital simbólico.

A presente dissertação desenvolve uma análise através da compreensão e activação dos conceitos de Património, de memória e dos traços que caracterizam a matriz identitária portuguesa. A esta compreensão é indispensável uma análise do percurso histórico do Panteão Nacional desde 1836 até à actualidade, bem como dos conceitos de herói e de grande homem a partir do momento da Revolução Francesa. Procuramos, portanto, analisar as construções e recriações das narrativas em torno dos símbolos nacionais e a forma como são apreendidos, projectados e utilizados desde o Liberalismo até ao presente.

Através desta análise, que se procura interdisciplinar, em correspondência directa com a essência da investigação patrimonial, procuramos desenvolver um trabalho científico que, aliado, principalmente na história e na memória, nos conduza a uma concepção patrimonial inovadora pela sua abordagem.

Palavras-Chave: Património, Património Identitário, Panteão Nacional, Heróis, Grandes Homens, Memória, Identidade.

Abstract

This thesis is looking to provide a new approach in the investigation of intangible heritage, especially in what regards its identity dimension. Taking the figures distinguished with “Pantheon honnors”, we take over as study objects, we look to demonstrate how these represent a Portuguese Identity Heritage (inside the intangible scope).

In this approach we do not intend do purposely forget the artistic and historical importance of the National Pantheon, as well as monuments with the same status, for this investigation is not looking to dwell on that area, we look, however, to focus on the rather symbolic material afforded in the same monument.

This dissertation builds an analysis through the understanding and activation of Heritage concepts, of Memory and the mould of what makes the portuguese identity. To this comprehension it was indispensable to analyze the historical path of the National Pantheon from 1836 to the present, as well as the concepts of hero and great man from the moment of the French Revolution. then on. We seek therefore to analyze the constructions and recreations of the narratives created around national symbols, study the way they are apprehended, projected and used since Liberalism to the present day.

Through this multidisciplinary analysis, in total accordance with the methods for heritage investigation, we look to develop a scientific work that, allied mainly with history and memory, leads us to an innovative approach of the conceptions of heritage.

Keywords: Heritage, Identity Heritage, National Pantheon, Heroes, Great Men, Memory, Identity

Índice

Agradecimentos	V
Resumo	VI
Abstract	VII
Lista de Abreviaturas e acrónimos	X
Capítulo I – Introdução	11
Objecto de Estudo e Metodologia	12
Capítulo II - Estado da Arte	15
2.1 O património e a sociedade	15
2.2 Os Panteões em Portugal. Uma contextualização histórica	18
2.2.1 Roma e a emergência do culto dos Heróis	18
2.2.2 Grã-Bretanha e França, uma inspiração	18
2.2.3 O Panteão Liberal Português	19
2.2.4 A escassa acção da I República	27
2.2.5 O Estado Novo e o Terminar de um Mito	28
2.2.6 O Panteão e a Democracia	32
Capítulo III – Teorias e Processos de Construção da Memória	37
Capítulo IV – Imagens e Símbolos Identitários	43
4.1 Nascimento e evolução do ideal de Grande Homem (séculos XVIII e XIX)	43
4.1.1 O nascimento do ideal de Grande Homem	43
4.1.2 Concepções e evoluções do ideal de Grandes Homens no Portugal de Oitocentos	43
4.1.3 A necessidade de Grandes Homens	50
4.2 Os Contributos de Eduardo Lourenço para a Narrativa Imagética e Identitária Portuguesa	52
Capítulo V - O Panteão e os Grandes Homens: um Património Identitário Português	61
5.1 De 1836 à actualidade, um percurso simbólico	64
5.2 Grandes Homens Portugueses – um património identitário	66
Capítulo VI – Considerações Finais e Perspectivas em Aberto	73

Bibliografia	78
Fontes primárias	78
Legislação	78
Artigos publicados em Jornais e periódicos	79
Fontes secundárias	79
Anexos	81
Anexo 1 – Entrevistas	81
Entrevista N.º 1 - João Soares	81
Entrevista N.º 2 - José Manuel dos Santos	86
Entrevista N.º 3 - Isabel Melo	97
Entrevista N.º 4 - Ângela Ferreira	98
Anexo 2 – Tabelas de personalidades panteonizadas	106
Tabela de personalidades panteonizadas sob a forma de sepultamento	106
Esquema de personalidades panteonizadas sob a forma de cenotáfio	107
Anexo 3 – Gráfico de Panteonizações	108

Lista de Abreviaturas e acrónimos

CRP	Constituição da República Portuguesa
DGEMN	Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC	Direcção-Geral do Património Cultural
ICOM	International council of museums (Conselho internacional de Museus)
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites (Conselho Internacional de Monumentos e sítios)
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IMC	Instituto dos Museus e Conservação
IPA	Instituto Português de Arqueologia
IPCR	Instituto Português da Conservação e Restauro IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico IPPC – Instituto Português do Património Cultural
UE	União Europeia
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

Capítulo I

Introdução

“Entre os monumentos de um país e cada uma das suas épocas há sempre uma harmonia, harmonia a que, por via da regra, se ajunta a do espaço moral do indivíduo eminente cuja memória se quis transmitir à posterioridade, ou, tratando-se de um sucesso, a da natureza deste”

- Alexandre Herculano, Opúsculos

O Património é identitário? Esta será uma das premissas que norteará a presente dissertação, na medida em que acreditamos que todo o Património é identitário.

Llorenç Prats afirma o património enquanto uma construção social do Homem¹. O Homem conscientemente selecciona uma herança do passado e, através dessa selecção, constrói o Património. Neste seguimento, também nos parece oportuna a afirmação de José Santos que identifica o património enquanto “o próprio ecossistema do homem”². Ambas as afirmações corroboram a visão identitária do Património, na medida em que este ecossistema, por transmitir não apenas valores de memória, mas também o sentimento de pertença a um passado comum. Sentimento esse que, por se apresentar enquanto uma construção social, constitui a matriz identitária do próprio Homem. O Mosteiro de Santa Maria de Belém (vulgarmente conhecido por Mosteiro dos Jerónimos) e o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (vulgarmente conhecido por Mosteiro da Batalha), denotam esta visão patrimonial, na medida em que expressam valores de memória e identidade: se o primeiro se associa à gesta dos Descobrimentos, o segundo representa a independência nacional conquistada em 1385 com a Batalha de Aljubarrota.

O conceito de património revela uma dinâmica evolutiva, apresentando-se actualmente com uma dimensão holística. Como afirmou Françoise Choay, o património consiste num fundo que reúne uma “pertença comum ao passado”³. A noção primitiva de património apontava para a herança familiar, para questões jurídicas, ao passo que hoje ganhou uma dimensão holística. Esta actualização levou autores como Choay a defenderem a incorporação de múltiplas acepções (linguísticas, literárias, plásticas urbanas, territoriais, entre outras)⁴, bem como interpretações sociais ligadas à aceleração da contemporaneidade. Perante esta aceleração, a sociedade encontra no património uma cristalização da sua história e memória, preservando-o de forma a combater o que “a médio e a longo prazo poderá ameaçar a sua própria existência”⁵, ou seja, o que possa ameaçar a sua cultura e identidade.

Choay identifica três questões que explicam a evolução do conceito: A primeira é a questão genealógica e parte da definição original – património enquanto um “bem de herança” transmitido familiarmente - para a sua actual conotação holística. A actual acepção emerge com a Revolução Francesa, quando se identificaram os bens pertencentes à Igreja e à Coroa e a sua consequente transição para o povo enquanto “património de todos”⁶. Existe um segundo momento resultante da Primeira Guerra Mundial, nomeadamente no 1º congresso internacional sobre “A Conservação artística e histórica dos monumentos”, cujo resultado

1 Llorenç PRATS, *Antropología y patrimonio*, Editorial Ariel, 1ª edição, 1997, Barcelona, P. 19.

2 José Manuel Figueiredo dos SANTOS, *Património e Turismo. O poder da narrativa*. Lisboa, Edições Colibri, 2017, P. 17.

3 Françoise CHOAY, *Alegoria do Património*, Edições 70, Lisboa, 2017, P. 11.

4 Françoise Choay desenvolve o caminho que, na sua óptica, transformou a noção de património desde o seu surgimento até à actualidade. Françoise CHOAY *Património e mundialização*, Editora Licorne/CHAIA, 2010, P. 17.

5 Jean-Claude DUCLOS, *Prólogo*, in Llorenç PRATS, op. cit., P. 7.

6 Françoise CHOAY *Património e mundialização*, Editora Licorne/CHAIA, 2010, PP. 18 e 19.

culminará com a Carta de Atenas em 1931, e um terceiro momento com André Malraux e em 1959 através da criação, em França, da Secretaria de Estado dos Assuntos Culturais⁷. Sendo que em 1972 ocorre a Convenção do Património Mundial, momento que, segundo Choay, resulta na “consagração planetária e mediática do vocábulo”⁸. A segunda questão é a etiológica. Com a mudança de paradigma nos anos 60 do século XX, é necessária a atenção aos contextos históricos, nomeadamente na relação existente entre “a civilização da Europa Ocidental e o seu passado”. Para Choay, esta relação ocorre em dois momentos de revolução cultural. O primeiro foi o Quattrocento em Itália, onde o corte com o “teocentrismo medieval” e a reflexão humanista se reflecte num olhar sobre “os vestígios edificados do passado”, tanto por um olhar histórico como de “gosto”. Designam-se “antiguidades”, onde o “passado material das sociedades é, assim, sistematicamente escrutinado para fins de conhecimento ou de prazer”. Um segundo momento dá-se com a destruição operada no quadro da Revolução Industrial, onde as “antiguidades” ganham “protecção de tipo museológico”, no entanto, é quando estas têm interesse para a história da arte que as podemos designar de “monumento histórico”⁹. A terceira questão, e última, designa-se por questão Semântica, resultante das consequências da revolução electro-telemática (a revolução das comunicações no século XX), nomeadamente através da forma como afectou as relações entre a sociedade e o seu passado.

Em suma, o Património é uma construção social do homem que se caracteriza por um constante dinamismo e evolução. Enquanto expressão de valores de memória e identidade, representa a evolução histórica e a própria aceleração da sociedade contemporânea, afirmando-se enquanto lugar de memória¹⁰ e de identidade.

Objecto de Estudo e Metodologia

Escolhemos para nosso objecto de estudo as personalidades distinguidas com honras de panteão, ou seja, os heróis nacionais e os Grandes Homens. Sendo esta uma Dissertação em Património, pretendemos a exploração do seu capital simbólico e a sua dimensão identitária, factores que os transportam não apenas para uma imortalidade, mas principalmente a sua activação e selecção enquanto Património a partir do momento da sua consagração cívica.

No capítulo dedicado ao “Estado da Arte” procuramos desenvolver uma análise em torno da interligação do património com a sociedade, na forma como este se activa e encontra engajado com os diversos sectores sociais¹¹. Estando cientes da importância do património não apenas para um desenvolvimento sustentável, mas também enquanto motor da própria história. Do mesmo modo, e como forma de melhor entendermos as panteonizações e a presença, não apenas material como também imaterial, do próprio panteão e dos heróis, desenvolvemos uma pesquisa através, essencialmente, de monografias historiográficas. Pretendemos

7 Com a Secretaria de Estado dos Assuntos Culturais, foram estabelecidos o Inventário do Património, a Direcção do Património, que substituiu em 1978 a dos monumentos históricos, o corpo dos Arquitectos do Património e as Jornadas do Património, *idem, ibidem*, P.19.

8 *Idem, Ibidem*, PP. 17-20.

9 *Idem, Ibidem*, PP. 20-22.

10 Como o definiu Pierre Nora. Pierre NORA (dir.), *Les Lieux de Mémoire*, Volume I *La République*, Gallimard, Paris, 1984;

11 Atendendo às limitações desta dissertação, não apresentamos uma análise do enquadramento patrimonial no que concerne às normativas internacionais e às legislações portuguesas de salvaguarda e valorização patrimonial. Contudo, não podemos deixar de referir os diversos tratados (sob a forma de Cartas ou de convenções Patrimoniais) que se desenvolveram a partir de 1931 com a Carta de Atenas, bem como as legislações que tiveram na origem dos diversos organismos de património em Portugal (referimo-nos aos vigentes em Democracia) - Instituto Português do Património Cultural (IPPC), Instituto Português dos Museus (IPM), Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), Instituto do património Arqueológico (IPA), Instituto Português da Conservação e Restauro (IPCR), Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR), Instituto dos Museus e Conservação (IMC) e a Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) – bem como a Lei n.º 107 de 8 de Setembro de 2001 que Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

a plena compreensão de todo o percurso histórico, desde as influências francesa e britânica, observando a sua emergência e evolução no decurso da vigência do regime liberal, bem como as influências republicanas; abordamos a acção ocorrida na I República, no Estado Novo e a forma como a Democracia a reactiva, abordando não apenas as panteonizações ocorridas, mas também os momentos de maior discussão como foi o caso do jantar da Web Summit.

Enquanto área interdisciplinar, a investigação patrimonial não se pode cingir apenas a questões históricas ou artísticas. O Património é fruto da osmose de várias áreas de conhecimento que conjugam e activam valores e conceitos que o caracterizam e constituem. Neste contexto, e tendo presente que o nosso objecto de estudo se prende com património imaterial, na vertente de património identitário, optámos por analisar duas áreas na construção de uma narrativa patrimonial: memória e identidade.

Partindo da análise dos conceitos de memória identificados e estudados por diversos autores – desde Maurice Halbwachs (sociólogo francês), a Elsa Peralta (antropóloga portuguesa) e Sérgio Campos Matos (historiador português) – tentamos compreender as várias dimensões de memória, as diferentes acepções e a forma como estas actuam no plano social e como se constituem enquanto agentes de activação e promoção patrimonial. Tendo presente que a interdisciplinaridade e o cruzamento das ciências sociais nos permitem uma análise mais rica, optámos por desenvolver os conceitos de memória através de autores de três áreas distintas (embora complementares).

Referimos também a existência do Ideal de Grande Homem e a sua adaptação simbólica e pedagógica a partir da Revolução Francesa, quais as dimensões de Herói e de Grande Homem. Neste contexto desenvolvemos, ainda, o percurso do culto cívico na centúria de Oitocentos em Portugal, as preocupações da elite intelectual portuguesa no decorrer do século, na sua vertente de associação ao culto cívico dos mortos¹². A compreensão da evolução do culto dos mortos (que é identificada na contextualização histórica do Panteão) é essencial para a percepção actual do panteão e daqueles que nele (nos templos com estatuto de Panteão Nacional) se encontram cultuados. Assim, apenas com um conhecimento histórico poderíamos partir para a questão identitária e, posteriormente, identificar os Grandes Homens enquanto património identitário.

A questão identitária é uma das matrizes da nossa dissertação. Afirmamos a nossa teoria de património com base na dimensão simbólica e identitária do nosso objecto de estudo. O estudo das questões identitárias constitui uma enorme complexidade, que nos permite percorrer diversos caminhos e que nos transporta para dimensões que, embora importantes e complementares à nossa dissertação, se distanciam do foco do nosso estudo. Por este motivo, pela necessidade não incorrerem numa dispersão de ideias e pelo perigo de podermos divergir em relação ao foco do objecto de estudo, optámos por assentar o nosso conhecimento nas teorias do pensador português Eduardo Lourenço. Com isto não negamos a existência de outros autores e teorias, no entanto, devido à dimensão do estudo profundo a que isto nos conduziria (aliado às condições materiais da presente dissertação), optamos por nos debruçar sobre as teorias do Professor Eduardo Lourenço, na medida em que tem vindo a desenvolver, desde meados do século XX, uma nova narrativa sobre a simbologia nacional.

Por último, apresentamos a teoria de que as individualidades cultuadas em Panteão Nacional representam um Património Identitário Português. É a consequência lógica de um percurso que começa com uma identificação do conceito de património, da evolução do Panteão em Portugal desde 1836 até à actualidade, na

12 A questão identitária e, nomeadamente, a busca pela compreensão do que significa ser português e a decadência afirmada pela Geração de 70 é referenciada, e não aprofundada por não constituir o nosso foco de estudo, no subcapítulo dedicado ao Professor Eduardo Lourenço.

compreensão dos diferentes conceitos de memória, da compreensão do surgimento e da activação simbólica dos Grandes Homens em Portugal (principalmente em Oitocentos) e das componentes da identidade Nacional. Através de exemplos concretos, identificamos as individualidades agraciadas com Honras de Panteão enquanto um património identitário português.

Esta dissertação tem, como já referimos, enquanto objecto de estudo património identitário. Seguimos, consequentemente, uma linha metodológica que nos permite compreender no que consistem as características da matriz identitária portuguesa e da forma como esta tem sido explorada. Neste contexto, e estando cientes da apropriação da vertente simbólica, identitária e da apropriação dos Grandes Homens por parte de narrativas de cariz nacionalistas, salientamos que esta dissertação não adopta qualquer visão ideológica e que se tenta pautar por uma equidistância face às mesmas.

Capítulo II

Estado da Arte

2.1 - O património e a sociedade

O património é, como afirmou Prats, construído socialmente pelo Homem, através dos testemunhos do passado, por se constituir enquanto um fundo identitário das sociedades, apresentando-se enquanto “o próprio ecossistema do homem”¹³. Enquanto conceito assume uma dimensão holística e encontra-se interligado com variadas áreas científicas (como por exemplo: História, História da Arte, Sociologia e Antropologia), sendo que, como tal, não podemos ignorar o facto de a Globalização outorgar uma nova dinâmica que modificou as sociedades e, por consequência, a própria forma como se observa, estuda e operacionaliza o Património. Neste contexto, a comunidade internacional, através de instituições como a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), o International Council of museums (ICOM), o International Council on Monuments and Sites (ICOMOS), a União Europeia (UE) ou o Conselho da Europa, desenvolve uma normativa patrimonial¹⁴ com vista à promoção e maior salvaguarda e valorização do Património Cultural, permitindo aos Estados uma política de protecção patrimonial mais eficaz. O caso português é disso exemplo, conferindo na CRP importância ao Património Cultural e Natural, como também na Lei n.º 107 de 8 de Setembro de 2001 que Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural¹⁵, demonstrando uma interligação e aplicação dos pressupostos definidos através dos tratados internacionais¹⁶.

Abordar o Património Cultural implica uma reflexão sobre a aceleração da sociedade contemporânea, a nostalgia, a acentuação do medo da perda de memória e da importância em querer conservar tudo o que se constitua enquanto um testemunho do passado, por conseguinte, tudo o que se considere como património. Os lugares da memória¹⁷, como tão bem define Pierre Nora, cristalizam o passado, a história e a memória, permitindo que o património se assuma enquanto garantia identitária das sociedades. O património pode constituir uma construção social, a sua noção pode ter evoluído de uma escala jurídica, familiar, para um conceito holístico, no entanto, a sua essência, a sua actual projecção social, reside na sua capacidade de associação ao ser humano. Enquanto expressão nostálgica, através da necessidade de protecção do passado, de protecção de memórias e identidades, estas premissas não apenas caracterizam o património, como activam a sua ligação com a sociedade e o tornam num bem a conservar e valorizar

O património é, portanto, um lugar de memória, mas de uma memória intencional. Isto é, tal como afirmou Llorenç Prats, o património é “uma construção social”, uma criação intencional, artificial, na medida em que o património apenas é tido enquanto tal porque o Homem o assim o define, podendo, por isto, ser também alvo de invenções ou manipulações¹⁸. Enquanto construção social, o património é alvo de interven-

13 José Manuel Figueiredo dos SANTOS, *op. cit.*, P. 17.

14 Como são exemplo disso cartas e tratados patrimoniais como a Carta de Atenas de 1931, a carta de Veneza de 1964, a Convenção da UNESCO para a *Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural* em Paris no ano de 1972, a Carta de Cracóvia de 2000, em 2003, também em Paris e por parte da UNESCO a *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*, ou ainda a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao *Valor do Património Cultural para a Sociedade* em 2005 na cidade de Faro.

15 Não esquecendo os decretos-lei que criam os diversos organismos tutelares do Património cultural: IPPC, IPM, IPPAR, IPA, IPCR, IGESPAR, IMC e a DGPC.

16 Tratados esses que se constituem sob forma de cartas ou convenções patrimoniais e que foram, na sua grande maioria, ratificados por Portugal.

17 Pierre NORA, *op. cit.*, P. XVII.

18 Tal como afirmam Hobsbawn e Ranger na obra *A Invenção da Tradição*. Apude Llorenç Prats, *op. cit.*, P. 20. Vejam-se ainda os casos do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães, o Castelo de São Jorge em Lisboa.

ções por parte dos grupos culturais e sociais dominantes, podendo estes, com base em testemunhos reais, proceder à “invenção do património” e recontextualizar o património de modo a conferir legitimidade à mensagem que se quer transmitir¹⁹. Prats defende que estes dois processos são complementares, na medida em que a invenção se associa a processos de manipulação, “conscientes”, e a construção social se baseia em “processos inconscientes” de legitimação. Contudo, para se alcançar a invenção é necessário que antes se converta em construção social de modo a “alcançar um mínimo nível de consenso”²⁰.

A identidade é, talvez, o factor mais importante na concepção patrimonial²¹. O património representa uma face visível das identidades, sejam locais, nacionais, individuais, colectivas. Assim, como afirma Prats, para classificar património enquanto tal “o factor determinante é o seu carácter simbólico, a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade”²². Neste contexto, o antropólogo refere o século XIX, com o advento do romantismo e dos nacionalismos, enquanto o momento-chave para a emancipação patrimonial²³.

É através de vínculos identitários, ou seja, do património, que se podem estabelecer pontos de contacto com o passado. “A sua memória colectiva (...) não é mais que uma viagem através da história, revisitada e materializada no presente”, daí que, e seguindo José Santos, perante a incerteza do futuro e a aceleração do presente, o passado assuma preponderância²⁴ e as preocupações em salvaguardar o futuro através da sua herança se acentuem. Contudo, o património não constitui toda a herança do passado. Apenas se considera como património a herança sinalizada pelo homem como tal, uma “selecção consciente”²⁵ dos símbolos que se querem transmitir à sociedade futura. O património é sempre o espelho do passado e presente da sociedade em que se insere.

A memória é, portanto, um conceito que se interliga com o património²⁶. Desta forma, é possível à sociedade entender o seu passado, comunicá-lo, bem como comunicar a sua identidade. Como afirmou José Santos, “Se não houvesse memória, a mudança constituiria um elemento de alienação e de desagregação”²⁷. A memória não apenas permite uma leitura do passado, como também a construção de uma cadeia evolutiva até ao presente que ocorre através de testemunhos, através do património. O património, como a memória, pode ser manipulado, nomeadamente através de releituras que os detentores de poder pretendam transmitir²⁸.

Conforme as épocas e momentos históricos, mas também consoante os decisores políticos, o património tem uma mensagem própria. Como exemplos que corroboram esta visão, podemos observar as duas grandes exposições realizadas em Portugal no século XX. A primeira foi a Grande Exposição do Mundo Português em 1940. Realizada pelo Estado Novo, ainda sem o assombro da Guerra Colonial, edificou-se na Praça do Império em Belém uma cidade imperial com o fito de se projectar a história e memória do

19 *Idem, Ibidem*, P. 20.

20 *Idem, Ibidem*, PP. 20 e 21.

21 Veja-se o exemplo do Padrão dos Descobrimentos em Lisboa, onde uma obra de cariz efémero transitou para o estádio de património identitário.

22 *Idem, Ibidem*, P. 22. Veja-se a exposição do Mundo Português de 1940.

23 Mesmo não sendo esta dissertação em história, importa ressaltar que na centúria de oitocentos, através das ideias românticas, emerge um sentimento pátrio e a afirmação de identidades, que despertam, consequentemente, um olhar atento para as questões patrimoniais. O exemplo português demonstra exactamente esta questão, quando no século XIX se decreta um panteão de heróis, ou quando ocorrem restauros monumentais, como são exemplo os restauros nos mosteiros de Santa Maria da Batalha e de Santa Maria de Belém. *Idem, Ibidem*, PP. 24 e 25.

24 José Manuel Figueiredo dos Santos, op. cit., P. 21.

25 *Idem, Ibidem*, P. 24.

26 Daí que tenhamos decidido abordar o tema da memória em capítulo próprio.

27 *Idem, Ibidem*, P. 14.

28 Assunto que abordaremos no capítulo dedicado às *Teorias e Processos de Construção da Memória*.

Império português. Ao redor do Mosteiro de Santa Maria de Belém foram edificados pavilhões, onde a utilização patrimonial e artística serviu de grafia a uma narrativa histórica e identitária adaptada pelo regime. Os pavilhões tinham um carácter efémero, sendo prevista a sua demolição após o final da exposição. No entanto, duas décadas passadas, em 1960, o regime decide reconstruir um dos pavilhões, fazendo, também, dele símbolo da glória imperial: o Padrão dos Descobrimentos. O outro exemplo, já no fim do século, é a Expo'98, cujo tema era "Os oceanos: um património para o futuro". Exposição realizada também com base na celebração dos descobrimentos portugueses, mas onde se abandona a tónica imperialista, em prol do "mar como futuro". Mais do que qualquer obra material, esta última exposição deixou memória e a celebração de um património identitário que foi, ao longo das diferentes épocas e segundo os diferentes actores políticos, celebrado: os Descobrimentos. A EXPO 98 não aborda apenas a memória dos Descobrimentos, como relê e constrói uma nova narrativa. Reconciliando a memória e identidade, após o trauma da exploração simbólica e identitária levada a cabo pelo Estado Novo, a Democracia afirma os oceanos enquanto "um património de futuro". Com isto cria uma nova narrativa em torno dos oceanos e do próprio império, utilizando-se dos oceanos enquanto um património identitário representante da Diáspora Portuguesa. Um outro exemplo revelador da utilização patrimonial para fins políticos reside na celebração Camoniana de 1880, onde os Republicanos utilizam Luís de Camões para um objectivo político: afirmar a decadência da monarquia²⁹. Os republicanos apropriam-se de uma imagem simbólica e identitária, utilizando-se da força identitária que os Descobrimentos possuíam para afirmar e transmitir uma mensagem política. Como se pode verificar através dos exemplos identificados, o mesmo património, Os Descobrimentos, foi relido, por diferentes regimes e diferentes preceitos ideológicos, com uma única finalidade: afirmar Portugal e os seus actores políticos

José Santos considera que "o património pode ser compreendido como o próprio ecossistema do homem"³⁰. Ou seja, o património, enquanto obra unificadora e identitária, é dinâmico e entendido, por vezes, não a partir do que representa per si, mas sim através das relações, da ligação estabelecida entre a obra e o ser humano. Assim, a abordagem patrimonial necessita de atender às diversas mutações sociais que ocorrem, na medida em que essa mesma simbologia não se apresenta como estática, mas sim interligada com o dinamismo social, temporal e cultural³¹. O património, seja material ou imaterial, transporta o passado para o presente, recorda heróis, tempos e momentos históricos. O património comunica as diferenças culturais, sociais, políticas e económicas das diversas épocas históricas, incorpora no presente o legado do passado, e transporta-o para o futuro³².

Tanto o património material como o imaterial são veículos para a criação e manutenção da memória social. Partindo da premissa que a memória social é construída através das relações sociais³³, que se apresentam como dinâmicas, onde se alude para o que já não existe, ou seja o passado, é possível entender, como afirmou José Santos, a memória social como transgeracional. Neste contexto, o património que nos chega enquanto herança do passado, que nos permite reviver o que não podemos presenciar, assume-se como garante da transição da memória social. Do mesmo modo, e participando da ideia de que o património é uma construção intencional, a sua preservação (que se pode expressar em obras de restauro ou na classificação patrimonial) parte de uma intenção, nomeadamente, através dos decisores políticos de cada época

29 Como confirma João Medina quando afirma que a panteonização de Camões não apenas demonstrou a "falência [da Regeneração] enquanto regime", como também que o simbolismo presente em torno do autor de *Os Lusíadas* impulsionaria o "redespertar de um país que se dizia moribundo" João MEDINA (Dir.), *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, Volume VIII *Portugal Liberal*, Clube internacional do Livro, 1995, P. 294.

30 José Manuel Figueiredo dos SANTOS, *op. cit.*, P. 17.

31 Idem, *Ibidem*, *Ibidem*.

32 Idem, *Ibidem*, *Ibidem*.

33 Assunto que abordaremos mais adiante no capítulo dedicado aos processos e tipologias de memória.

que inculcam na sociedade narrativas culturais e identitárias³⁴.

2.2 - Os Panteões em Portugal. Uma contextualização histórica

2.2.1 – Roma e a emergência do culto dos Heróis

O termo Panteão advém do latim: Panthëon ou Pantheum, tal como do grego: pân= todo + theós= deus³⁵. Embora o surgimento dos panteões seja anterior à antiguidade Clássica, nesta época é edificado um dos Panteões de referência no contexto europeu. O Panteão Romano surgiu enquanto espaço de “sincretismo religioso tolerante”³⁶ cultuando não apenas os deuses venerados no mundo romano, como também os deuses que Roma conheceu através da sua expansão (com excepção do Deus Cristão). Mais tarde, abandona a visão politeísta em prol do cristianismo, com dedicação a Santa Maria dos Mártires³⁷. A partir do século XVI, o Panteão actualiza-se, recebendo personalidades como Raffaello Sanzio (1483-1520), Baldassare Tommaso Peruzzi (1481-1536), Anniballe Carraci (1560-1609), Arcangelo Corell (1653-1713), Victor Emanuel II (1820-1878), Humberto I (1844-1900) Margarida de Saboia (1851-1926).³⁸

A visão que primitiva do Panteão alicerçou-se numa ideia universalista e tolerante, numa manifestação de convergência, dedicado a todos e para todos. No entanto, a visão originária de um Panteão como espaço “convivência universal” sofreu mutações com o decorrer dos tempos históricos³⁹. Hoje, e seguindo João Medina, o Panteão é apreendido como o “templo da memória”. Na esteira deste pensamento, a função actual do panteão afasta a visão de culto universal, ou tolerante, para transmitir ideais de patriotismo, onde se exaltam os maiores da Pátria, enquanto relega as figuras míticas do imaginário religioso. Em suma, o panteão transformou-se num “altar cívico da Pátria”⁴⁰, onde se procura preservar na memória colectiva os seus Grandes Homens.

2.2.2 - Grã-Bretanha e França, uma inspiração

No Panteão Britânico, situado na Abadia de Westminster, encontram-se sepultados os monarcas britânicos desde o século XI até 1760, ano em que Inglaterra passa a sepultar os seus reis, em Windsor, tornando este templo num Panteão dinástico. Westminster, apesar de se cultuar monarcas, denota uma actualização através da consagração, no transepto sul, a individualidades consideradas enquanto os maiores poetas ingleses: Choucer, Spencer, Dryden, Tennyson. Estamos perante a criação do Poet’s Corner. Após esta actualização, verifica-se a integração de actores, historiadores, músicos, cientistas e políticos, sendo incluído em 1920, no rescaldo da Grande Guerra, o culto ao Soldado Desconhecido no templo britânico⁴¹. À semelhança do exemplo britânico, também França, em Saint Denis, se verifica uma abertura na tipolo-

34 *Idem, Ibidem*. PP. 18 e 20.

35 Panteão, in Dicionário da Língua Portuguesa, 7ª edição, J. Almeida Costa e A. Sampaio e Melo, p. 1334.

36 João MEDINA *op. cit.*, P. 285.

37 A transformação em templo Cristão deverá ter ocorrido durante o papado de Bonifácio IV. Tal facto levou Helena Mantas a afirmar “De templo dos deuses romanos passou a templo de todos os deuses do Império e destes a templo do Deus Único judaico-cristão”. Helena MANTAS, *O Panteão Nacional – Memória e afirmação de um ideário em decadência. A intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumento Nacionais na igreja de Santa Engrácia (1956-1966)*, Dissertação de Mestrado em Arte Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002 Vol. 1, P. 28.

38 Clara Moura SOARES, Maria João NETO, *Reis e Heróis. Os Panteões em Portugal*, Caleidoscópio, Lisboa, 2018, P. 20.

39 João Medina, *op. cit.*, P. 285.

40 Expressão dedicada ao Mosteiro de Santa Maria de Belém por Fernando Catroga. Fernando CATROGA, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal*. 1865-1911, Tese de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988, Volume II, P. 972.

41 *Idem, Ibidem*, P. 956, João Medina, *op. cit.*, P. 286.

gia das panteonizações. No Panteão Real francês é observável, a partir do século XIV, a glorificação dos chefes militares, que ocupavam a categoria de heróis nacionais e complementavam a memória da nação⁴².

Os panteões modernos são caracterizados por dois pressupostos: são laicos e são democráticos. A tipologia seguida não se esgota nem se justifica através de corporações religiosas ou dinásticas, mas, ao contrário, identifica-se segundo uma perspectiva assente na meritocracia. Perante esta visão, qualquer indivíduo, independentemente da condição social, pode vir a ser cultuado em Panteão perpetuando a sua memória. Este corte com a caracterização típica dos panteões observa-se de uma forma mais profunda com a Revolução Francesa, nomeadamente quando se escolhe a abadia de Sainte Geneviève para Panteão dos heróis e dos *Grandes Homens* do novo regime (levando às conhecidas despanteonizações)⁴³.

A Revolução Francesa operou uma transformação político-social, colocando todo o mundo ocidental em convulsão. Neste contexto o conceito de Panteão é profundamente alterado. Se a abadia de *Saint Denis* em Paris era o Panteão Régio, a França revolucionária exige um novo templo. O novo panteão é laico e a ele recolhem os *Grandes Homens da Nação*⁴⁴, abandona a visão dinástica em prol de uma concepção que preserva na memória colectiva aqueles que mais fizeram pela pátria e dela mais mereceram, independentemente da sua classe, corporação ou família: os *Grandes Homens*⁴⁵.

A existência de um Panteão não significa, no entanto, que todas as figuras que possam ser consideradas ilustres estejam aí representadas. Nesse sentido, João Medina assinala individualidades representativas da memória francesa, em níveis compreendidos entre o popular e o político. Entre essas individualidades é possível encontrar uma santa nacionalista francesa – Joana D’Arc (1412-1431), o monarca Henrique IV (1553-1610), o General e antigo Presidente da República francesa, Charles de De Gaulle (1890-1970)⁴⁶. Acompanhando a conjuntura efervescente da revolução, as decisões adoptadas nesta época, em torno do Panteão, nem sempre se verificaram as mais correctas, originando a posterior despanteonização de individualidades nele cultuadas.⁴⁷

Como afirma Catroga, o conceito de Panteão no Reino Unido foi marcado por uma permanente evolução. O templo inglês acompanha a evolução burguesa em Inglaterra, ao contrário do exemplo Francês que se caracteriza por uma ruptura com Antigo Regime e com os seus referentes simbólicos, edificando um novo Panteão, cujo objectivo constituiu a criação de uma nova narrativa e de novas simbologias⁴⁸.

2.2.3 - O Panteão Liberal Português

Em Portugal a construção do projecto de panteão caracteriza-se por uma constante evolução. É possível

42 Clara Moura Soares e Maria João Neto, *op. cit.*, P. 27.

43 Fernando Catroga. *op. cit.*, P. 952.

44 Clara Moura SOARES e Maria João NETO, *op. cit.*, P. 26.

45 A França revolucionária vandaliza, destrói e abandona Saint Denis, em prol da abadia de Sainte Geneviève que se assume como “Altar Cívico”. Depois de escolhido o local, a Constituinte, torna-o um espaço laico de culto aos *Grandes Homens* e heróis do novo regime. Atravessando vários períodos políticos e várias vicissitudes, o “templo da fama” francês chega aos nossos dias como herança jacobina. João MEDINA, *op. cit.*, P. 291.

46 Idem, *Ibidem*, P. 288.

47 Um desses casos é Mirabeau (1749 - 1791), quando se descobriu ligações deste com os déspotas franceses. Tanto este caso como o de Marat (1743 - 1793), outra personalidade despanteonizada, veio trazer à luz a questão das panteonizações apressadas logo a seguir à morte, chegando-se à conclusão de que estas nem sempre representam as melhores condições e premissas, pois com o distanciamento histórico há sempre novos dados a ter em conta. Idem, p. 288.

48 Fernando CATROGA. *op. cit.*, p. 957.

encontrar a existência de Panteões Régios⁴⁹: Igreja de Santa Cruz de Coimbra, Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro da Batalha, Mosteiro dos Jerónimos e Mosteiro de São Vicente de Fora. Segundo Maria João Neto e Clara Moura Soares, é possível afirmar que os Panteões régios seguem uma lógica de “agrupamento familiar”, bem como a atenção para a multiplicação de locais sepulcrais que na primeira dinastia pode encontrar justificação através da necessidade de afirmação de poder⁵⁰.

A vontade de cultivar Camões é anterior à Revolução Liberal de 1820, existindo a projecção de um túmulo, de autoria do escultor italiano Antonio Canova, para o Mosteiro de Belém⁵¹. Depois de 1820, na senda das visões revolucionárias, a ideia de concretizar o panteão ganha ímpeto. A 26 de Setembro de 1836 observamos com Passos Manuel (1801-1862) o aparecimento de um primeiro Decreto sobre o Panteão Nacional.

No Relatório que antecede o decreto, Passos Manuel salienta que “*A Nação Portuguesa tem sido notada como ingrata para com os seus melhores Cidadãos*”. Identificando Camões, personalidade que “*experimentou a ingratidão da Patria*”, tal como o Infante D. Henrique, apelidado de *Pai da Civilização Moderna*. Com estes nomes, Passos Manuel propunha à rainha a “*criação de um Monumento Publico consagrado à memória dos Grandes Homens, que bem mereceram da Patria*”, referindo a importância de Cultuar D. Pedro IV, como “*duas vezes Libertador da Nação Portuguesa (...) que generosamente cortou pelas Prerrogativas da Corôa para alargar a Liberdade Publica*”⁵². Após esta introdução, onde se explica a necessidade da criação de um Panteão, determina-se no artigo 1.º que se encontre um local, dentro dos “*Edifícios Nacionais*” para “*receber as Cinzas dos Grandes Homens, mortos depois do dia vinte e quatro de Agosto de mil oitocentos e vinte*”, ou seja, seguindo o exemplo francês. De facto, não se prevê a criação de um edifício de raiz, mas sim a adaptação de um templo pré-existente. No artigo que se segue, é decretado que apenas o “*Corpo Legislativo*” concede honras de Panteão, seguindo-se logo um outro artigo a limitar a possibilidade de concessão de honras a quatro anos depois da morte. O 4º, e último artigo, refere que apenas o Corpo Legislativo pode indicar excepções de panteonizações a figuras que faleceram antes do dia 24 de Agosto de 1820.⁵³

A influência Francesa está bem explícita no decreto. O documento é peremptório no que toca às panteonizações: estas são destinadas figuras que pertençam ao novo regime, à Monarquia Liberal. Observa-se, igualmente, a limitação de um distanciamento temporal entre a morte da personalidade e a sua panteonização, num período de quatro anos após a morte da individualidade (o que se poderá justificar, como vimos anteriormente, pelos excessos cometidos na conjuntura francesa). Por fim, define o órgão com poder de concessão de Honras de Panteão – o corpo legislativo - e excepções ao disposto quanto a essas panteonizações, nomeadamente, e não menos importante, sobre as personalidades que não pertencem ao regime liberal, mas devido à sua excelência, devem ter lugar no novo panteão de Heróis e *Grandes Homens*.

O Panteão Liberal Português, sustentado no decreto setembrista, valoriza os *Grandes Homens*, varões ilustres, colocando lado a lado figuras como Camões ou D. Pedro IV. Os liberais tinham presente e defen-

49 Importa ainda identificar outros locais onde se encontram sepultados monarcas e príncipes, como é o caso da Basílica da Estrela, o Mosteiro de Aveiro, o Mosteiro de Odivelas, o Mosteiro de Santa Clara a Nova, o Convento do Carmo e ainda a Igreja da Sé de Lisboa.

50 Clara Moura SOARES, Maria João NETO, *op. cit.*, P.33.

51 Maria João NETO, Clara Moura SOARES, *Mosteiro dos Jerónimos. Arte, memória e identidade*, Caleidoscópio, 2013, P. 136.

52 No que respeita ao culto de D. Pedro IV surgiram várias propostas memoriais da figura do monarca logo após a sua morte. Contudo será apenas na década de 1860 que assistiremos à concretização desses projectos nas cidades de Lisboa e do Porto. Clara Moura SOARES e Maria João NETO, *op. cit.*, P. 77.

53 Decreto de 26 de Setembro de 1836 in *Collecção de Leis e outros Documentos officiaes publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, PP. 24 e 25.

diam não o culto dinástico/nobiliárquico, advogam antes a celebração daqueles que pelo seu mérito intelectual, artístico ou científico contribuíram para o bem comum, para o “*aperfeiçoamento da humanidade*”, celebração essa que era ultimada na concessão de honras de Panteão⁵⁴. A questão da meritocracia está indubitavelmente associada à construção liberal do Panteão. Corroborando o pensamento de Catroga, só é possível entendermos a construção da ideia liberal de Panteão se atentarmos na evolução dos cemitérios em Portugal que ocorre no contexto do romantismo, bem como dos seus rituais. Para o historiador, verificou-se uma “igualização e individualização na morte”, onde a condição humana “é potencialmente igualitária e democrática e, por isso, passível de ascender à imortalidade”. Partindo deste pressuposto, o ideal de “*grande homem*” tomava a nova consciência liberal que radicava na meritocracia, ou seja, o regime liberal definia os seus maiores filhos pelos feitos que estes realizaram em prol da pátria, cortando com o princípio régio, nobiliárquico ou eclesiástico⁵⁵. O historiador afirma que o acto de panteonizar se aproxima do acto de enterrar num cemitério, residindo a diferença no momento da panteonização, onde se perpetua a memória da individualidade cultuada, que é seleccionada, ou seja, apesar de se constituir enquanto uma escolha “aberta e democrática”, a individualidade recebe as honras de panteão pois este “seria o garante de que a corrupção do tempo jamais destruiria a lembrança dos que, por obras valorosas, a pátria decidiu da morte libertar.”⁵⁶.

A questão da laicização dos enterramentos, estudada por Fernando Catroga, aparece-nos como importante na medida em que a edificação de um Panteão Nacional não está alheada das ideias e ideologias da conjuntura em voga. Assim, e corroborando o pensamento do historiador, o projecto do Panteão estava intimamente conectado com as ideias românticas e positivistas. O século XIX encontrou no culto dos mortos uma ferramenta pedagógica que, associado ao Laicismo e o Positivismo e ao crescente sentimento do culto do mérito cívico⁵⁷, a evolução do “culto cívico dos grandes homens” desenvolveu-se em consonância com o “enraizamento do culto cemiterial dos mortos”. Logo, apenas no final de Oitocentos é que se intensifica e consolida o culto cívico dos *Grandes Homens* e verifica a existência do Panteão, na medida em que é nesse período que encontra quase consolidada “uma nova ordem sociopolítica de cariz mais laico”⁵⁸.

A laicização e descristianização⁵⁹ da morte e o tema do Culto Cívico sugere a seguinte questão: o Panteão não representa o enterramento e sequente culto dentro de um templo? E esse templo não é ou foi um templo religioso? A resposta é afirmativa, na medida em que segue o preceito de enterramento e culto dentro de um templo que, no caso português, é cristão⁶⁰. Contudo, não podemos afirmar que exista contradição no projecto português. Os Liberais perceberam a necessidade de olhar e replicar os exemplos britânico e francês de modo a conseguirem afirmar a nova ordem política instaurada depois de 1820. Assim, estes modelos vão inspirar o projecto português de Panteão Nacional. Neste contexto, atendendo aos exemplos

54 Fernando CATROGA, *op. cit.*, P. 959.

55 Idem, *ibidem*, P. 892.

56 Idem, *ibidem*, P. 955.

57 Idem, *Ibidem*, PP. 972 e 974.

58 Idem, *ibidem*, P. 961.

59 A laicização e descristianização da morte dá título à tese de Doutoramento de Fernando Catroga. A importância deste tema reside na reflexão de um novo olhar sobre a morte em Portugal em Oitocentos. A igreja perde o controlo absoluto sobre a morte, entrando o espaço laico, político e administrativo na gestão dos cerimoniais fúnebres. Para além da relevância da problemática dos enterramentos fora das igrejas, importa o novo poder da decisão política, administrativa, laica. Não é a igreja que decide quem são os *Grandes Homens*, a existência de panteão e quem neste deve repousar. A laicização e a descristianização da morte, visível através do culto panteónico e dos enterramentos civis (como refere Fernando Catroga ao destacar as figuras republicanas que no final do séc. XIX e no dealbar do XX hegemonomizam os enterramentos civis), transita a gestão para o campo político-administrativa dos cerimoniais e introduz locais e personalidades cívicas no novo panorama fúnebre português.

60 Os três templos apontados são: Santa Maria de Belém, São Vicente de Fora e Santa Engrácia.

anteriores, o projecto português conjugou os aspectos positivos e negativos na edificação do seu projecto. Foram diversas as soluções para construir “o Altar Cívico da Pátria”, não se tendo optado, ao contrário do exemplo francês, por um modelo descristianizador⁶¹, mas, ao invés, através de uma concomitância laica e cristã no culto aos mortos. No entanto, e apesar desta coexistência, existe uma forte influência Francesa, observável no próprio decreto de 1836 quando se defende os valores liberais e, nomeadamente, Manuel Fernandes Tomas (1771-1822). Quanto a esta figura grada do Liberalismo, Catroga afirma que apesar das variadas tentativas setembristas em glorificar Manuel Fernandes Tomas, é apenas no final do século, “com a influência do republicanismo e o crescimento do culto cívico dos mortos”, que se verifica uma maior dedicação na sua evocação⁶².

A 26 de Setembro de 1836 Passos Manuel redige o Decreto que institui o Panteão Nacional. No entanto, em 1835 já havia anunciado o Deputado Rodrigo da Fonseca Magalhães a necessidade de encontrar um local “*para um Pantheon, aonde sejam collocados bustos e estatuas, ou, quadros, que representem os homens illustres da nossa Nação, que adquiriram um nome distincto na carreira das armas ou das letras, das artes ou inventos, e que por qualquer destes títulos mereça o de benemeritos da pátria*”⁶³. E já em 1836, mas a 14 de Março ocorreu a trasladação de D. Nuno Alvares Pereira para S. Vicente de Fora. Sabemos, ainda, da intenção de se cultuarem figuras como Camões ou Manuel Fernandes Tomás antes de 1836⁶⁴. Contudo, e apesar do impulso conferido pelo Decreto de Passos Manuel, as sucessivas convulsões políticas que marcaram a primeira metade do século XIX em Portugal, bem como os diferentes pontos de vista em relação ao templo português, acabaram por abrandar o ritmo da sua edificação. As facções liberais então em voga, Cartistas e Setembristas⁶⁵, não chegaram a consenso em relação ao tema do Panteão. O Projecto Setembrista de Passos Manuel foi amplamente criticado pelos opositores cartistas⁶⁶, as duas facções chocavam na apropriação dos diversos símbolos maiores que cimentavam o regime liberal, de modo a poderem justificar a sua pertinência no campo político⁶⁷.

Ainda no ano de 1836, a 5 de Outubro, é publicado em Diário de Governo a constituição de uma comissão formada por *distinctos Patriotas, Artistas, e Litteratos*, que inclui nomes como o escritor Almeida Garrett, o director do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos António Nunes de Carvalho, o pintor António da Silva Oirense, o arquitecto José da Costa Sequeira e o lente da Escola Médico-Cirúrgica do Porto José Gregório Lopes da Câmara Sinval, para se proceder à imediata procura de um edifício para se proceder

61 Veja-se o decreto que nomeia S. Vicente como Panteão Nacional. Institui-se o panteão nesse templo, mas não se lhe retira o culto. Decreto de 21 de Novembro de 1836, in *Collecção de Leis e outros Documentos officiaes publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, P. 143.

62 Fernando CATROGA, op. cit., P. 963 e 64.

63 Diário da Câmara dos Deputados, nº 37, 6 Março 1835, p. 493.

64 Clara Moura Soares afirma que, segundo o relatório da comissão nomeada com o fito de encontrar o espaço onde se iria edificar o Panteão Nacional, já havia a intenção do governo anterior erguer na igreja do Beato-António um Panteão. Clara Moura SOARES, *As intervenções oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: o sítio, a história e a prática arquitectónica*, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005, P. 135

65 Sobre as facções políticas dos Cartistas e dos Setembristas vejam-se a entrada de Alberto Martins CARVALHO, Cartismo. In Joel SERRÃO, *Dicionário da História de Portugal*. volume 1 Livraria Figueirinhas, Porto, PP. 499 e 500, e a de Joel SERRÃO, SETEMBRO, *Revolução de (1836)*. In Joel SERRÃO, *Dicionário da História de Portugal*. volume 5 Livraria Figueirinhas, Porto. V. 5, pp 557 e 561.

66 A este respeito, vejam-se os artigos de *O Pantheon* publicado na *Camara Optica com vistas modernas* nº 7 de 1837, bem como de *O Pantheon, e a Academia das Bellas-Artes*. Nº 11, de 1838. Ambos os artigos se encontram integralmente transcritos em João MEDINA, op. cit., PP 303 a 306.

67 No que concerne ao culto de D. Pedro IV os Cartistas acusavam os setembristas de o memorarem segundo preceitos jacobinos, acusavam o a facção oposta de desvirtuarem o monarca “para fins revolucionários”. Fernando Catroga, op. cit., PP. 67 e 68.

“*fundação daquele monumento*”, ou seja, do panteão⁶⁸. A 21 de Novembro de 1836 Passos Manuel, com base no relatório da comissão, decreta que o Panteão, “*será estabelecido na sumptuosa basílica de S. Vicente de Fóra*”, não procedendo a alterações na basílica, senão as necessárias para que se recebam os túmulos destes *Varões ilustres* e demais monumentos fúnebres que aí sejam colocadas. Realiza a continuação do Panteão da Casa de Bragança, avançando que os túmulos dos reis e príncipes que se encontravam “*amontoados em um lugar impróprio, serão metidos em decorosos mausoleos (...) e convenientemente distribuídos pelos lados da Capella-Mór, que se denominará = Capella dos Reis de Portugal*”⁶⁹. Ou seja, se no decreto de 26 de Setembro observámos um enorme fulgor da influência francesa, neste decreto, publicado dois meses depois, o que verificamos é uma clara afirmação da opção inglesa. Tanto Passos Manuel como Almeida Garrett defendiam a adopção do modelo inglês. Contudo, Garrett não partilhava da mesma opinião que os restantes membros da comissão, via em Santa Maria de Belém Belém *o nosso Westminster*⁷⁰, o templo ideal para acolher o Panteão e para criar o *Poet's Corner Português*⁷¹.

Se a proposta de Garrett segue o modelo inglês, Catroga afirma que na esteira da “revolução romântica dos cemitérios”, que termina com o propósito dos enterramentos nas igrejas, o proposto por Garrett, seguido também por António Feliciano de Castilho, será cultuar esses *Grandes Homens* junto de reis e de príncipes. Estando este pensamento associado à ideia de que o Panteão seria um espaço de “rememoração e de educação”, logo deveriam estar acessíveis de modo a que todos pudessem cultuar os símbolos que cimentassem a nova ordem política⁷². É neste contexto que em 1863 à entrada do Panteão Real dos Bragança se encontre sepultado o Duque da Terceira e em 1880 o Duque de Saldanha. São figuras gradas do liberalismo, apelidados de “amigos de D. Pedro”, foram heróis liberais que se bateram em prol da causa, merecendo repousar junto dos monarcas da Casa de Bragança, completando, a par destes, a memória da nação e afirmando o regime liberal. Ao panteonizar estes dois vultos liberais, o regime criou aquele que se pode considerar o primeiro Panteão de Heróis Liberais portugueses⁷³.

Desta forma, e seguindo o pensamento traçado por Catroga, convém lembrar que o decreto passista de 1836 no seu preâmbulo defende exactamente que:

“A Nação Portuguesa tem sido notada como ingrata para com seus melhores Cidadãos. Não me queixaria eu se depois de serem perseguidos em vida, ao, menos quando mortos fossem honradas suas cinzas, e abençoada sua memoria. Os estranhos não cançam de nos lançar em rosto o pouco apreço qua fazemos do Príncipe dos nossos Poetas, o insigne Camões, e de muitos outros Varões excelentes”.

Ao fazer tal afirmação, Passos Manuel é peremptório na defesa da criação de um panteão para que, em primeira instância, se cumpra a dívida de ingratidão da Nação para com os seus melhores homens. Nomeadamente Camões, *Príncipe dos nossos Poetas*, tido como o maior vulto português e que, incoerentemente, era tratado com desrespeito⁷⁴.

68 Diário de Governo, 3 Outubro 1836, in *Collecção de Leis e outros Documentos officiaes publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836*, P. 41. A Comissão elaborou ainda um “projeto de panteonizações laicas”, Clara Moura SOARES e Maria João NETO, *op. cit.* P. 105.

69 Decreto de 26 de Setembro de 1836, in, *op. cit.* PP. 24 e 25.

70 “O templo de Bellem, em que me não canço nunca de falar, é o nosso Westminster (...).Um Nobre e precioso relicário de tudo quanto fosse glória do nome portuguez devêra ser aquella bella egreja. Alli o verdadeiro Pantheon. Alli jazigo de reis – quanto melhor que n’um esconso recanto de S. Vicente.”, “Alli, digo eu, em Bellem, o nosso *Poets.corner*”. Almeida GARRETT, *Camões, Poema em dez Cantos*, Empreza da História de Portugal, Lisboa, 1904, PP. 136-138.

71 Clara Moura Soares e Maria João Neto, *op. cit.*, P. 107.

72 Fernando Catroga, *op. cit.*, P. 970.

73 Clara Moura SOARES e Maria João NETO, *op. cit.*, PP. 87 e 88.

74 Fernando CATROGA, *op. cit.*, PP. 971.

Como consta no decreto de 1836, existiu a vontade de culto a D. Pedro IV. Para Passos Manuel era merecido que o “*Grande Principe recebesse tão merecida honra do voto livre dos representantes da Nação, do que do Amor Filial, de Vossa Magestade, é por isso tenho a honra de propôr a Vossa Magestade o seguinte Decreto*”⁷⁵. Para Passos Manuel, D. Pedro IV, pelos seus feitos em prol da Pátria e da Causa Liberal, deveria ser cultuado em Panteão Nacional. D. Pedro IV, mais do que um monarca, era visto como um Grande Homem, representa o campo político, a revolução e o liberalismo, a panteonização representaria a afirmação simbólica do regime e, por apropriação desta facção, do próprio setembrismo. Contudo, aquele a quem Passos Manuel chama de *Duas vezes libertador da Pátria* não chegou a ser cultuado no Panteão Liberal, apenas no panteão régio. No entanto, não foi por esse factor que o seu culto foi relegado, foi-lhe erguido um monumento no Porto e, anos mais tarde, uma estátua na praça, que com o seu nome foi baptizada, em Lisboa⁷⁶.

A 21 de Novembro de 1836 S. Vicente de Fora é decretado enquanto Panteão Nacional ⁷⁷, mas será o Mosteiro de Santa Maria de Belém o local escolhido para, em 1880, acolher Heróis e *Grandes-Homens* portugueses, formando o “Altar Cívico da Pátria”⁷⁸. Ao contrário de Sainte Geneviève, o templo de Belém não representa uma ruptura com o passado, tendo sido assimilado enquanto panteão no decorrer das comemorações do Tricentenário de Luís de Camões em 1880, com a homenagem a Camões⁷⁹ e Vasco da Gama, bem como, ao invés da experiência francesa, os Jerónimos não foram destituídos de culto, comunicando nele a mundividência religiosa e a secular. Foi adoptado o modelo inglês de Westminster, tal como defendia Garrett. Contudo é possível encontrar vozes opositoras a esta decisão, como a dos republicanos que, no seu Manifesto-Programa de 1891⁸⁰, defendem a necessidade da criação de um Panteão Nacional⁸¹, não reconhecendo o templo de Belém enquanto Panteão Nacional, nem São Vicente de Fora.⁸²

Assim, em 1854 (18 anos depois dos decretos de 1836), por ordem de Rodrigo da Fonseca tem início o processo de descobrimento dos restos mortais de Camões, ocorrendo apenas em 1880 (46 anos depois do decreto de Passos Manuel) as primeiras panteonizações. Para João Medina, este adiamento de decisões é explicado à luz da sucessão de governos e da instável conjuntura política que marca o início do Liberalismo⁸³. Clara Moura Soares advoga a importância da data do decreto, em 1854 D. Fernando II era Regente de Portugal, um ano antes tinha falecido D. Maria II, o Decreto é assinado a 30 de Dezembro e a no dia 9 desse mesmo mês faleceu Almeida Garrett⁸⁴. Ou seja, O processo que desencadeia o culto a Luís de Camões é fruto da estabilidade política trazida pela regeneração, por um outro lado, é também promovido por uma coincidência de datas que se referem ao falecimento de D. Maria II e de Almeida Garrett.

Em 1880 ocorrem as comemorações Camonianas, observando-se as duas primeiras panteonizações: são trasladados para Santa Maria de Belém os presumíveis restos mortais de Luís de Camões e de Vasco da

75 Decreto de 26 de Setembro de 1836, *op. cit.*, PP. 24 e 25

76 Fernando CATROGA, *op. cit.*, P. 964

77 Decreto de 21 de Novembro de 1836 *op. cit.*, PP. 143

78 Fernando CATROGA, *op. cit.*, P. 971.

79 Relembramos que o Decreto de 1836 já previa a sua panteonização.

80 “Secularização dos Cemitérios e criação de um *Panthéon* Nacional para as Honras Cívicas”. Directório do Partido Republicano Português, *Manifesto-Programa*, 11 de Janeiro de 1891. In Ernesto Castro LEAL, *Manifestos, Estatutos e Programas Republicanos Portugueses (1873-1826)*. Antologia. Imprensa Nacional Casa Moeda – INCM, 2014. P. 63.

81 Se os republicanos almejavam um panteão laico em 1891, a verdade é que com a chegada da República o projecto do panteão pouco se viu evoluir, pois em 1916 é decretada Santa Engrácia como Panteão Nacional, mas na verdade o mosteiro de Belém é quem continua, efectivamente, a exercer a função.

82 Fernando CATROGA, *op. cit.*, PP. 972 e 973.

83 João MEDINA, *op. cit.*, PP. 292 e 293.

84 Clara Moura SOARES, *op. cit.*, P. 140.

Gama. Numa conjuntura em que o orgulho português se encontrava ferido (relembremos todo o período das invasões francesas, a partida da família real e sua permanência no Brasil, a ocupação britânica, as guerras liberais, a débil situação das finanças públicas, que apenas se estabilizam com a Regeneração), Santa Maria de Belém aparece associada à gesta dos descobrimentos e, indubitavelmente, a Luís de Camões. O autor de *Os Lusíadas* e o templo de Belém apresentaram-se enquanto símbolos restauradores da glória nacional (que mais tarde seriam aproveitados pelo Estado Novo) e do projecto encetado em 1836⁸⁵.

Na esteira das comemorações em torno de Petrarca (1874) e de Miguel Ângelo (1875) em Itália, de Voltaire e Rousseau em França (1878), a celebração cívica de Camões correspondia ao desejo de aglutinar a nação portuguesa em torno da figura representativa da identidade nacional através da “consagração apoteótica dos *Grandes Homens*”, que se tornaram imortais a partir do momento em que se inscrevem na memória colectiva da nação⁸⁶. Os Republicanos – os grandes promotores das celebrações Camonianas – pretenderam a sua afirmação política através da recuperação do orgulho português e de uma ideia de reconstrução nacional. Este orgulho assentava na memória e glorificação daqueles que bem mereceram da pátria e que foram os seus melhores filhos. Os republicanos encetaram uma campanha propagandista cujo objectivo constituía a transmissão do programa do Partido Republicano aos sectores sociais, apropriando-se do *príncipe dos poetas*, homenageando no espaço que melhor deificava a sua imagem: Santa Maria de Belém⁸⁷. As celebrações não apenas cumpriram o desígnio da glorificação do poeta da gesta dos descobrimentos e o navegador que dela foi herói, como evocaram essa mesma aventura que se assumia enquanto época áurea portuguesa e capaz de regenerar a pátria, que, na óptica republicana, se encontrava refém da má gerência dos partidos monárquicos e da Casa de Bragança. Os túmulos de Camões e de Vasco da Gama foram habitar a capela do presépio, depois denominada de *Capela de Camões e de Vasco da Gama*, e, para tal efeito, foram retirados desse espaço os caixões do Príncipe D. Teodósio, D. Joana e D. Catarina (tendo sido esta Rainha de Inglaterra, esposa de Carlos II), ou seja, dos filhos de D. João IV. Para Clara Moura Soares esta troca de túmulos também revelava a decadência em que se encontrava a monarquia portuguesa, em contraponto ao crescente enaltecimento dos *Grandes Homens*⁸⁸.

Contudo, e apesar dos republicanos elegerem Santa Maria de Belém para cultuar o *Grande Homem* Luís de Camões, estes não encaram o mosteiro de Belém enquanto Panteão por excelência, como deixam explícito no seu Manifesto-Programa de 1891. A escolha de Belém, fortemente associada ao exemplo de britânico, não verifica a dessacralização do espaço, pelo contrário, funciona enquanto “Panteão-Igreja”, ao invés do que pretendiam os republicanos⁸⁹.

Se a monarquia liberal ao panteonizar o Duque da Terceira em 1863 e o Duque de Saldanha em 1880 criou o panteão de heróis liberais em São Vicente de Fora (colocando as duas figuras gradas do liberalismo à entrada do panteão dos Bragança), será apenas em Santa Maria de Belém, a partir de 1880, que se estabelecerá o Panteão de *Grandes Homens*. São, efectivamente, os Liberais em 1836 os primeiros a corporizar um projecto de panteão – com o Decreto de Passos Manuel e as panteonizações em São Vicente de Fora –, no entanto, foi apenas em 1880 por meio dos Republicanos que se constituiu o primeiro Panteão de *Grandes Homens* em Portugal. A escolha do Mosteiro de Santa Maria de Belém enquanto primeiro Panteão de *Grandes Homens* é inteligível à luz de preceitos ideológicos. O Mosteiro encontra-se imbuído numa aura imperial e representa a grandeza de um povo que tem como último expoente a arquitectura dita manuelina.

85 Clara Moura SOARES e Maria João NETO, *op. cit.*, P. 109.

86 Idem, *ibidem*, P. 112.

87 Clara Moura SOARES, *op. cit.*, P. 140.

88 Idem, *ibidem*, P. 142.

89 Idem, *ibidem*, P. 141.

Monumento capaz de projectar a grandeza do passado para o futuro, foi ao longo da centúria de Oitocentos apresentado como um local ideal para “acolher a memória dos *Grandes Homens nacionais*”⁹⁰, para acolher, como lhe chamou Fernando Catroga, o *Altar Cívico da Pátria*⁹¹

Alexandre Herculano recebeu Honras de panteão em 1888, tendo sido panteonizado na antiga Sala do Capítulo do Mosteiro dos Jerónimos. João de Deus, falecido 1896, foi panteonizado devido à sua acção enquanto pedagogo. Seguindo o pensamento de Fernando Catroga, Clara Moura Soares também se apoia na ideia de que a celebração do Autor de *A Cartilha Maternal* se desenvolveu na esteira das celebrações de Victor Hugo (que ocorreram um ano antes em Paris) tendo o pedagogo português sido imortalizado logo após a sua morte, recebendo honras de panteão e tendo sido decretado pelo governo três dias de luto⁹². Com as trasladações destas duas figuras, a que se junta Almeida Garrett em 1903, é possível observar uma predominância da corporação literária que tutela, neste período, quase exclusivamente, as honras de panteão (não esquecer que junto a Camões se encontra Vasco da Gama)⁹³.

A 15 de Março do ano de 1898, o deputado Queiroz Ribeiro apresenta um projecto de lei que consigna no artigo 1º “pantheon nacional o templo dos Jeronymos, em Belem”. No 2º artigo do mesmo projecto encontra-se estipulado um distanciamento temporal entre a morte da individualidade e a sua panteonização em 40 anos, abrindo excepção para Camilo Castelo Branco, defendendo, ainda, a trasladação das cinzas de Almeida Garrett⁹⁴. No entanto, à semelhança do ocorrido no passado, emerge oposição a proposta de transformar Santa Maria de Belém em Panteão Nacional, como é exemplo José de Figueiredo⁹⁵.

Ainda sob o regime monárquico, o Par do Reino Simões Margiochi salienta alguns aspectos importantes no ano de 1901. Na intervenção que faz à Câmara dos Pares do Reino, refere as dúvidas existentes sobre os restos mortais de Camões e Vasco da Gama. Abordando a panteonização daqueles dois heróis nacionais, refere que na capela onde estes foram recolhidos, *Capela do Presépio*, que depois das panteonizações passou a chamar-se *Capela de Camões e Vasco da Gama*⁹⁶, estavam recolhidos em aí “três caixões muito ordinários” que correspondiam aos restos mortais, como já foi referido, dos filhos de D. João IV, que, para o par do reino, deveriam repousar no Panteão Real em S. Vicente. Margiochi afirmava que as condições do Panteão dos Bragança eram deploráveis. Aproveitando a oportunidade de se discutir, na mesma altura, uma proposta sobre a transferências das oficinas e armazéns do arsenal do Exército, Margiochi refere que a Igreja de Santa Engrácia deveria acolher o Panteão Real⁹⁷.

Em 1906, a 12 de Outubro, Lisboa recebe a notícia da morte de Heliodoro Salgado (1861-1906). Figura maior do movimento republicano, conhecido pelo seu anticlericalismo, Fernando Catroga define-o como “um dos publicistas do laicismo mais prolíferos e numa das suas figuras que maior prestígio granjeou nas associações populares de Lisboa e Porto”⁹⁸. Aos quarenta e cinco anos aparece morto em Lisboa, surgindo a suspeita de que tenha sido envenenado por forças pró-clericais. Apesar de nunca se confirmar esta sus-

90 Idem, ibidem, P. 129.

91 Fernando CATROGA, *op. cit.*, P. 971. 92 Clara Moura Soares, *op. cit.*, P. 144. 93 Idem, ibidem, P. 143.

92 Clara Moura Soares, *op. cit.*, P.971.

93 Idem, ibidem, P. 143.

94 Diário da Câmara dos Deputados, N.º 32, (Sessão de 15/03/1898), P. 582 <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/032/1898-03-15/581>. [consultado a 15/11/2018] 95 Clara Moura SOARES e Maria João NETO *op. cit.*, P. 114.

95 Clara Moura SOARES e Maria João NETO *op. cit.*, P.114.

96 Idem, ibidem, P. 122.

97 Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino, nº 40, (Sessão de 19/04/1901), p. 367-368. <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cp2/01/01/01/040/1901-04-19> [consultado a 20-11-2018]

98 Fernando CATROGA, *op. cit.*, P. 839.

peita, o historiador afirma que a sua figura ganhou um prestígio martirológico que, em conjunto com o seu precoce desaparecimento, originou a que o seu funeral fosse o mais concorrido até então. Foi velado no Centro Eleitoral Democrático – espaço político republicano – tendo a sua cerimónia fúnebre seguido um forte pendor político. Catroga afiança que estavam presentes cerca de cem mil pessoas e, ao recordar funerais anteriores como o de José Elias Garcia (1830-1891), afirma que “os enterramentos de *Grandes Homens* do movimento laico funcionavam como uma espécie de funerais nacionais de contra-poder”⁹⁹, isto é, para além de afirmarem estas individualidades, mostravam uma outra dimensão social e política que, ao emergir no seio da sociedade, e na esteira das ideias positivistas, pretendia alterar o regime e os sectores mais tradicionais. A glorificação de Heliodoro Salgado pretendia “elevá-lo a apóstolo supremo do livre-pensamento”, tendo sido organizadas romagens nos dias em que se comemoravam o seu nascimento e a sua morte¹⁰⁰.

A monarquia cai em 1910. Em 1908 ocorreu o regicídio que vitimizou o Rei D. Carlos I e o príncipe herdeiro D. Luís Filipe. O acto foi encarado pelas forças opositoras à monarquia como um avanço rumo à República¹⁰¹. As forças monárquicas procuraram evitar que fosse dado destaque aos enterramentos, e respectivas cerimónias fúnebres, dos regicidas. Contudo, segundo Fernando Catroga, os grupos de Livre-Pensamento e os sectores anti-monárquicos não deixaram de homenagear Manuel Buíça e Alfredo Lopes, tendo encenado, a 16 de Fevereiro de 1908, uma simulação do funeral que contou com cerca de oitenta mil pessoas em romagem até ao Alto de S. João¹⁰².

2.2.4 - A escassa acção da I República

Cândido Dos Reis e Miguel Bombarda foram, respectivamente, os chefes militares e civis da revolução republicana. Faleceram ambos antes da implantação da República, facto que o regime saído da revolução de 1910 empolou de modo a torná-los novos heróis e a legitimar o regime. Assim, são menos relevantes o assassinato de Miguel Bombarda e o suicídio Cândido dos Reis, do que o fulgor do novo regime em torná-los referências nacionais, em associá-los a mártires da República. O regime republicano pretendeu a criação de dois símbolos republicanos que, ao serem bem recebidos pela população, ditariam a vitória simbólica da República¹⁰³.

Após a implantação da república em 1910, o primeiro momento, que se conhece, onde é abordado a questão do templo dos heróis portugueses, data de 12 de Junho de 1914, quando é aprovado projecto de lei nº 105 – C¹⁰⁴, apresentado por Francisco de Sales Ramos da Costa à Câmara dos Deputados, onde afirma que já há muito tempo a existência de um Panteão Nacional é debatida, apresentando “o majestoso templo de Santa Engrácia”, que “marca uma época notável da arquitectura nacional”, para albergar o *Templo da Fama Portugêses*. Assim determina, o projecto de lei, o templo como Panteão Nacional e incube o Ministério do Fomento de se apossar do edificio com vista à sua adaptação. Assim sendo, a 29 de Abril de 1916 é publicada em Diário de Governo a LEI N.º 520, assinada por Bernardino Machado, Afonso Costa e Fran-

99 Fernando CATROGA, *op. cit.*, P. 840.

100 Idem, *ibidem*, PP. 841 e 42.

101 Idem, *ibidem*, P. 847.

102 Idem *ibidem*.

103 No que concerne às cerimónias destes símbolos da Revolução Republicana, os seus corpos estiveram na Câmara de Lisboa de 8 a 16 de Outubro, data em que ocorreram os funerais. O cortejo foi composto por forças republicanas, associações políticas e científicas, pela maçonaria, por representantes do governo e do povo. Tendo o seu início na Baixa dirigiu-se à Rotunda (cuja simbologia se prende com a vitória republicana) e culminou no Cemitério do Alto de S. João. Com uma adesão de cerca de 200 000 pessoas, glorificação dos heróis republicanos confirmou a adesão popular à revolução de 5 de Outubro de 1910 Fernando CATROGA, *op. cit.*, PP. 848 a 850.

104 Diário da Câmara dos Deputados, 117.^a Sessão (12/06/1914) PP. 9 e 10 <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/01/04/117/1914-06-12/9>. [consultado a 10/01/2019].

cisco José Fernando Costa, onde se define Santa Engrácia como Panteão Nacional¹⁰⁵. Quanto ao segundo momento, as panteonizações, o Regime Republicano concedeu quatro honras de Panteão: Sidónio Pais, Soldado Desconhecido, Guerra Junqueiro e Teófilo Braga.

Sidónio Pais foi primeira individualidade a receber Honras de Panteão na República, o antigo Presidente da República faleceu, vítima de assassinato, no ano de 1918, em exercício de funções. Apesar de toda a controvérsia em torno da sua figura, o Presidente-Rei (como lhe chamou Fernando Pessoa), recebeu uma efusiva cerimónia fúnebre, tendo tido como local de repouso Santa Maria de Belém¹⁰⁶. Em 1924 ocorre o falecimento de Teófilo Braga. Figura incontornável, quer no âmbito político, quer no âmbito literário, o ex-Presidente é sepultado na Sala do Capítulo do Mosteiro dos Jerónimos. Local que tinha acolhido, um ano antes, Guerra Junqueiro. Com as panteonizações de Sidónio Pais e de Teófilo Braga, o *templo da fama* alargou o culto à esfera política, concedendo a sagração e a imortalidade também à corporação política.

Quanto ao Monumento ao Soldado Desconhecido, a 11 de Novembro de 1920 Bernardino Machado propõe que se erga nos Jerónimos um “Mausoléu comemorativo dos portugueses mortos na grande guerra do direito contra o despotismo”¹⁰⁷. Contudo, Santa Maria de Belém não chegou a albergar o monumento ao Soldado Desconhecido, cujo culto se institucionalizou em Santa Maria da Batalha. Clara Moura Soares e de Maria João Neto defendem que é possível que a escolha por Santa Maria da Vitória tenha recaído, entre outros, sobre o argumento de esta estar associada à vitória da Batalha de Aljubarrota, em 1395.

O templo de Santa Engrácia já é referido por Ramalho Ortigão, em 1896, como um espaço digno de receber o Panteão Nacional. Na obra *O culto da arte em Portugal*, Ortigão refere que Santa Engrácia era “o mais bello dos nossos monumentos do século XVII” exaltando a sua qualidade artística, chegando a afirmar que apenas se poderia comparar a Mafra, para o escritor da Geração de 70 “Aproveitada para panteon nacional esta igreja seria um dos mais imponentes edifícios da Europa”¹⁰⁸. Apesar dos desejos de Ortigão, o diploma que nomeia este templo como Panteão nacional apenas chega em 1916, com a já referida lei nº 520¹⁰⁹. O documento, aprovado pelo Congresso da República, lançado através da Secretaria Geral do Ministério das Finanças, decreta que o Panteão Nacional terá lugar no “antigo e incompleto templo de Santa Engrácia”, “o Ministério do Fomento tomará posse imediata do edifício” com vista ao término das obras de Santa Engrácia, e é *revogada toda a legislação em contrário*. Com esta lei, é revogado o Decreto de 21 de Novembro de 1836 que instituiu São Vicente de Fora enquanto Panteão Nacional. Contudo, apesar de este diploma, continuará por terminar e as panteonizações, como já referimos, concretizam-se em Santa Maria de Belém.

2.2.5 - O Estado Novo e o Terminar de um Mito

A 28 de Maio de 1926 ocorre em Portugal um levantamento militar que coloca termo à I República e instala um regime de Ditadura Militar. A este, sucede o Estado Novo, regime centrado na figura do professor de Coimbra António de Oliveira Salazar. O Regime ditatorial entra, oficialmente, em vigor 1933, com a

105 LEIN.º 520/1916, in Diário de Governo, I Série— nº 82, (29/04/1916). <https://dre.pt/application/file/620429>. [consultado a 15/10/2018]

106 João Medina relembra o caso de Teófilo Duarte que partiu “a tampa de vidro do esquife para abraçar o seu idolatrado chefe perdido”. João MEDINA, *op. cit.*, P. 295.

107 Diário das Sessões do Senado, IV legislatura, nº 140, (sessão de 11/03/1920). P. 4. <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cs/01/04/01/140/1920-11-11> [consultado a 2/02/2019]

108 Ramalho ORTIGÃO, *O Culto da Arte em Portugal*, António Maria Pereira, Livreiro-Editor, Lisboa, 1896, PP. 81 e 82.

109 LEI N.º 520/1916, In Diário de Governo. I Série – nº 82, (29/04/1916). <https://dre.pt/application/file/620429> [consultado a 15/10/2018]

assinatura da constituição política. Em 1934, um ano depois da oficialização do regime, o debate em torno Panteão Nacional é relançado. O Estado Novo almejava terminar as obras do templo de Santa Engrácia, e instalar nesse templo o Panteão Nacional (como decretado em 1916). Assim, foi constituída uma comissão como fito estudar a adaptação da igreja a Panteão Nacional¹¹⁰. Ciente que a conclusão de Santa Engrácia se revestiria numa importância extrema, que concluiria o mito do interminável, Salazar ordena em 1964 que se concluam os trabalhos em dois anos.¹¹¹ As obras seriam terminadas no ano de 1966, ou seja, 136 anos depois do decreto de Passos Manuel e 56 anos passados do estabelecimento do Panteão em Santa Engrácia. O ano apontado para o término das Obras de Santa Engrácia coincidia com as comemorações do 40º aniversário da Revolução Nacional¹¹².

O Estado Novo foi o regime que mais explorou a simbologia nacional. Em 1940, com um projecto político bem concebido, Salazar e o Regime utilizaram e criaram Arte e Património de modo a afirmar as suas bandeiras ideológicas. Nesse ano, edificou-se em Belém uma nova cidade onde através do património, que serviu de grafia à história e identidade, se glorificou a Pátria e o Império¹¹³. São vários os momentos em que Oliveira Salazar, como é o caso de 1956 por ocasião do 30º aniversário da Revolução Nacional, se apropria do património como base para campanhas propagandísticas¹¹⁴. Apesar de Santa Engrácia ser, desde 1916, Panteão Nacional, o templo ainda não tinha sido terminado e o mosteiro de Belém continuava a cumprir a função de Panteão. Assim sendo, na sequência das celebrações de 1940, o Mosteiro de Belém ocupou um papel de destaque na encenada Praça do Império. Foram reorganizados todos os túmulos (entendam-se os dos *Grandes Homens*, e não os túmulos reais) que se encontravam depositados no templo, optando-se por encerrar na sala do capítulo para além de Alexandre Herculano individualidades como: João de Deus, Almeida Garrett, Sidónio Pais, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro e Óscar Carmona¹¹⁵. Ao fazê-lo o Ministério das Obras Públicas foi contra a vontade da Monarquia que tinha concedido a exclusividade da Sala do Capítulo ao Historiador do Século XIX¹¹⁶.

O Estado Novo foi um regime autoritário, de base nacionalista. O projecto desenvolvido pelo regime para Santa Engrácia seguiu uma linha ideológica clara. Como afirma Helena Mantas¹¹⁷, no ano de 1965 é constituída uma comissão cujo objectivo era definir programaticamente o panteão, escolher quais seriam as individualidades a homenagear, como seria a cerimónia de inauguração do templo, bem como a

110 Estrutura composta por: João Pereira da Silva Dias, Director do Ensino Superior e das Belas-Artes; Júlio Dantas, Presidente da Academia de Ciências de Lisboa e inspector-geral das bibliotecas e arquivos nacionais; José de Figueiredo, Presidente da Academia de Belas-Artes; Gustavo de Matos Sequeira, arqueólogo; Luís Pastor de Macedo, Vereador na Câmara Municipal de Lisboa; Luís Cristino da Silva, arquitecto e professor na Escola de Belas-Artes de Lisboa; e Júlio Cesar de Almeida e Sousa, Primeiro- oficial chefe do Ensino Superior e das Belas Artes. Helena MANTAS, *op. cit.*, PP. 42-43.

111 Clara Mora SOARES e Maria João NETO, *op. cit.*, P. 137.

112 Revolução Nacional de 28 de Maio de 1826. Apesar de o regime vigente ter sido instituído em 1933, 1926 foi a data em que se terminou com a “balburdia” da I República e se instaurou a “ordem” em Portugal.

113 Apesar de a Exposição do Mundo Português de 1940 não constar do nosso objecto de estudo, este acontecimento teve implicação com o Panteão Nacional, que há época se encontrava em Santa Maria de Belém (apesar do decreto de 1916, Santa Engrácia ainda não se encontrava concluída), bem como foi um momento de exploração da identidade nacional.

114 vejam-se as grandes obras de restauro nos anos 40 onde, entre outros exemplos, podemos salientar o Castelo de Lisboa ou o Paço dos Duques de Bragança em Guimarães.

115 Clara Moura SOARES, *op. cit.*, P. 152.

116 Esta questão será discutida mais adiante, quando se abordar a panteonização de Herculano. Sendo ainda de referir que foi por esta altura, segundo Clara Moura Soares, que se procedeu à destruição do baldaquino que compunha o monumento sepulcral de Herculano. Amputou-se o túmulo do historiador para este não sobressair face aos demais, tendo, com isso, perdido a monumentalidade que o caracterizava. Quando se inaugura Santa Engrácia, os túmulos das individualidades que o acompanhavam na sala desde 1940 são trasladados para o novo panteão. Herculano fica uma vez mais com a exclusividade da sala capitular mas, desta vez, sem a monumentalidade que o seu túmulo teve outrora. Idem, *ibidem*, P. 154

117 Helena MANTAS, *op. cit.*, P. 47.

definição de um programa iconográfico estreitamente conectado com as bases ideológicas do Regime¹¹⁸. Os seis Cenotáfios, presentes na igreja, representam aqueles que foram considerados pela Comissão Consultiva, encarregue de terminar Santa Engrácia, como os “mais altos vultos nacionais” – D. Nuno Alvares Pereira¹¹⁹, Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama, Infante D. Henrique, Pedro Alvares Cabral e Luís de Camões. Em 1966 foram eleitas sete personalidades a abandonar os Jerónimos para ocuparem o Panteão Nacional. Entre elas: Herculano, Garrett, João de Deus, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Sidónio Pais, Óscar Carmona¹²⁰.

Apesar da inauguração do Panteão em Santa Engrácia estar prevista para o Primeiro de Dezembro de 1966 – uma escolha simbólica, associada à restauração da Independência - a mesma apenas ocorreu no dia sete desse mês. Contudo, e apesar do foco nacionalista da data, é corroborada a tese de Maria João Neto e Clara Moura Soares, quando afirmam que Salazar não tinha grande apreço pelo Panteão. Para o Presidente do Conselho de Ministros, o término das obras de Santa Engrácia representava o encerrar de um ciclo, o acabar com um mito. De facto, seria sob a alçada do Presidente do Conselho de Ministros que se concluiriam as obras de Santa Engrácia que, no fundo, viu nesta acção uma oportunidade de campanha política, difusão a sua acção, fortalecendo a sua figura e a do regime¹²¹. As obras de conclusão, que ficaram a cargo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) corroboram esta posição propagandista. O Estado Novo imprimiu monumentalidade, através da arte, ao edifício¹²² para que, desta forma, se conte uma narrativa, se afirmem discursos, se fortaleça a pátria¹²³.

É segundo esta perspectiva propagandista¹²⁴ que Helena Mantas afirma a necessidade de António de Oliveira Salazar na construção de um Panteão. *O Templo da Fama* cumpria não apenas o fito de enaltecer as figuras maiores da Pátria, mas também, e principalmente de cimentar a ideologia do regime. Assim sendo, não é de estranhar que o regime não comungue de um panteão liberal. António de Oliveira Salazar e o Estado Novo, na sua pretensão de criar uma nova ordem político-social, e ao não comungarem dos ideários Liberais e Republicanos, afastam-se do diploma de 1836, não se revêm nos heróis liberais e revolucionários, exaltando e adaptando as individualidades a um culto nacionalista. Neste contexto é com naturalidade que, para além dos cenotáfios, a única personalidade panteonizada sob a forma de sepultamento tenha sido

118 Quanto à comissão, esta foi composta por Damião Peres, que era o seu presidente, Manuel Lopes de Almeida, Mário Tavares Chicó, D. João Filipe de castro (cónego), Padre António da Silva Rego, Raul Lino, José da Lima Franco, João Filipe Vaz Martins e Eduardo Melo de Oliveira. No que concerne ao programa iconográfico, são representados os momentos mais importantes da Nação através de Santos, como: Santa Engrácia, S. Teotónio e Santo António, que representam a fundação da nacionalidade, a Primeira Dinastia com a Rainha Santa Isabel, a Dinastia de Avis com D. Nuno Alvares Pereira, os Descobrimentos com os Cenotáfios que se encontram na igreja e a Restauração com São João de Brito. Idem, ibidem, PP. 46 a 48.

119 A salientar que de todos os representados, este é aquele mais diz ao Regime. O Estado apropria-se do Santo Condestável enquanto forma de afirmação das suas bases nacionalistas.

120 Sendo que Alexandre Herculano permaneceu em Santa Maria de Belém. Helena MANTAS, *op. cit.*, P.46. Clara Moura SOARES e Maria João NETO, *op. cit.*, P. 149. Sendo que as autoras afirmam a existência de uma lista provisória de pessoas a panteonizar, elaborada pela comissão no ano de 1966, onde figuravam os nomes: Marquês de Pombal, Rainha D. Leonor, ou ainda heróis do ultramar como Mem de Sá e Salvador Correia de Sá.

121 Clara Moura SOARES, Maria João NETO, *op. cit.*, PP- 137-140.

122 João Medina afirma que a arquitectura do edifício é “Ideológica, própria dos seus pressupostos nacionalistas (...) já que na base tinha de prolongar uma república purgada de todas as suas veleidades ou tradições liberais”. João MEDINA, *op. cit.*, P. 296.

123 tal como fizeram os diversos monarcas ao encomendarem os seus monumentos fúnebres.

124 Acrescente-se ainda a construção, no mesmo ano, da então denominada Ponte Salazar (hoje ponte 25 de Abril), que serviria os mesmos propósitos e nas palavras do então ministro das Obras Públicas, Arantes de Oliveira. “é fora de dúvida que para a construção do futuro é a Ponte de Salazar o exemplo mais expressivo da obra realizada nestes anos de intenso labor”, colocando o Panteão a par desta, na medida em que via neste também uma *Construção do Futuro*. Arantes de Oliveira citado por Helena MANTAS, *op. cit.*, P. 49.

a de Óscar Carmona (cuja figura se confunde com o regime).

O momento político vivido em 1966 constituía, através da conjuntura internacional, um repúdio a políticas imperialistas, observando-se a emergência de tendências anticoloniais, a que se juntavam a disputa entre os Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas pela influência em territórios africanos. O Estado Novo, ao instituir um Panteão, pretendia “justificar a sobrevivência do Império Português, cuja construção fora possível dado o valor da raça lusa”¹²⁵. Nesta óptica, o Panteão não seria apenas um espelho dos heróis da metrópole, mas também de todo o Ultramar. Para Oliveira Salazar o templo de Santa Engrácia emergia como um “Panteão da Nação transcontinental, o símbolo da excelência da perenidade do mesmo”¹²⁶, ou seja, como afirma Helena Mantas, o Panteão cumpria o desígnio de afirmar a Nação Portuguesa no seu todo – afirmação essa desenvolvida através dos cenotáfios que exaltavam figuras associadas ao império Português. Assim, colocava-se uma outra questão: seria o templo de Santa Engrácia capaz de receber todas as individualidades merecedoras da Pátria? Face ao reduzido espaço do Panteão, Helena Mantas refere que se optaram por não transladar dos Jerónimos vultos como Alexandre Herculano, Camões e Vasco da Gama devido à “importância histórica e cultural que os seus mausoléus tinham adquirido ao longo do tempo no imaginário nacional”¹²⁷. Foi, ainda, colocada uma “lápide Comemorativa”¹²⁸ que estaria à entrada do Panteão¹²⁹. Nesta encontram-se inscritas as seguintes palavras:

“No ano de 1966, em comemoração do 40^a aniversário da Revolução Nacional sendo Presidente da República o Contra-Almirante Américo de Deus Rodrigues de Tomaz Presidente do Conselho o Professor Doutor António de Oliveira Salazar. Ministro das Obras Públicas o Engenheiro Eduardo Arantes e Oliveira concluiu a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais as obras deste Templo erigido sob a evocação de Santa Engrácia e inacabado durante mais de dois séculos no dia 7 de Dezembro do mesmo ano de 1966 Abençoado pelo Cardeal Patriarca de Lisboa D. Manuel Gonçalves Cerejeira na presença do Presidente da República do Governo e de outras Individualidades abriu ao Culto e ficou sendo Panteão Nacional para Glorificar Vultos Ilustres que a Pátria Respeita e Contempla.

MCMLXVI”

Em causa estava não apenas a conclusão o templo de Santa Engrácia e a sua dedicação a Panteão Nacional, mas antes afirmação simbólica de Portugal e das suas colónias, e, principalmente, o fortalecimento do Regime e de António de Oliveira Salazar que, com a conclusão do templo, terminaram com o mito de Santa Engrácia. Observa-se a apropriação do Património e a sua utilização, quer na sua vertente material (através do edifício) quer na sua vertente imaterial (os heróis e as ideias que os envolvem), com o fito de criar uma narrativa e se afirmarem referentes simbólicos.

Apesar do Estado Novo concluir a sua acção panteonizadora em 1966, a atitude referente aos Panteões não se encerra neste momento. Será com o Estado Novo que se encerrará o capítulo dos Panteões Régios. O regime e as forças monárquicas consideraram S. Vicente de Fora em quatro momentos distintos: o pri-

125 Helena MANTAS, *op. cit.*, P.50.

126 *Idem, ibidem*, P. 61.

127 *Idem, ibidem*, P. 50.

128 Tendo sido retirada no pós 25 de Abril, devido à forte alusão ao Estado Novo, e colocada no local onde se encontra ainda hoje, na antecâmara da sala dos túmulos dos antigos Presidentes da República (Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Sidónio Pais, Óscar Carmona).

129 *Idem, ibidem*, P. 69.

meiro ocorreu em 1932 quando recolhe ao panteão dos Bragança o último rei de Portugal D. Manuel II¹³⁰; o segundo momento em 1951 quando recolhe ao mesmo templo a última rainha portuguesa, D. Amélia de Orleans e Bragança; a 5 e 6 de Abril de 1967, ocorre o terceiro momento quando, o governo de António de Oliveira Salazar decide transladar para S. Vicente de Fora D. Miguel e a sua esposa D. Adelaide Sofia de Löwenstein; o quarto e último momento ocorre em 1972, sob ministério de Marcello Caetano que permite a trasladação de D. Pedro IV de Portugal (I do Brasil) para o monumento ao Ipiranga em São Paulo, Brasil¹³¹

2.2.6 - O Panteão e a Democracia

A 25 de Abril de 1974 ocorre um novo levantamento militar que termina com regime ditatorial que vigorava em Portugal.

Será em 1985¹³², 11 anos volvidos da revolução democrática, e 19 anos após inauguração de Santa Engrácia como Panteão Nacional, que o regime democrático apresentará a primeira proposta de panteonização. Manuel Alegre propõe a panteonização de Fernando Pessoa na Assembleia da República¹³³. Esta proposta apresenta um dado importante: a panteonização do autor da *Mensagem* recaiu sobre Santa Maria de Belém. Ou seja, apesar de 19 anos antes se terem concluído as obras de Santa Engrácia e aí se edificar o panteão dos *Grandes Homens*, a primeira proposta da Democracia recai não no templo de Santa Engrácia, mas sim em Belém. Tal escolha resulta da dimensão imaterial, identitária, não apenas do Mosteiro dos Jerónimos, como também de Luís de Camões e Fernando Pessoa¹³⁴. Luís de Camões inaugura a produção literária em torno do império, é ele a própria imagem identitária da aventura marítima, são Camões e Os Lusíadas o início do ciclo imperial. A panteonização de Fernando Pessoa está intimamente conectada com esta questão, se Camões marca o início do ciclo da produção literária da aventura marítima, Pessoa representa o fim dessa produção, o fim do império. Concretiza-se, assim, a primeira panteonização da Democracia, em Belém e não em Santa Engrácia.

A 5 de Outubro de 1990, cinco anos depois da panteonização de Fernando Pessoa, ocorreu a trasladação para a Igreja de Santa Engrácia dos restos mortais do General Humberto Delgado, tido como símbolo da liberdade, da luta antifascista. Segundo João Medina foi, contudo, uma “cerimónia discreta”, onde apenas intervieram Mário Soares, então Presidente da República e advogado da família Delgado, bem como Emídio Guerreiro, “correligionário do General em França”¹³⁵.

A 29 de Novembro de 2000 é aprovada a lei nº 28/2000 que *Define e regula as honras de Panteão*. O documento estabelece que o Panteão, que foi definido pelo decreto de 1836, permanece em Santa Engrácia e que:

“As honras de Panteão destinam-se a homenagear e a perpetuar a memória dos cidadãos portugueses que se distinguiram por serviços prestados ao País, no exercício de altos cargos públicos, altos serviços militares, na expansão da cultura portuguesa, na criação literária, científica e artística ou na defesa dos valores

130 O último monarca português faleceu a 2 de Julho de 1932, em Twickenham, Inglaterra, tendo sido trasladado para Portugal, para S. Vicente de Fora em Agosto do mesmo ano. Clara Moura SOARES e Maria João NETO, *op. cit.*, P. 94.

131 Idem, *ibidem*, PP. 97-99.

132 Ano em que é constituído o IPPC.

133 Segundo nos Contou José Manuel dos Santos na entrevista que nos concedeu, apesar de ter sido o Deputado Socialista a propor a panteonização – a decisão parte do Parlamento – foi Mário Soares, então Primeiro-Ministro quem coordenou e agilizou o processo e até, segundo o antigo assessor cultural de Mário Soares, foi do antigo Presidente da República que partiu a ideia da Panteonização de Fernando Pessoa.

134 Como podemos observar na entrevista que José Manuel dos Santos nos concedeu.

135 João MEDINA, *op. cit.*, P. 301.

da civilização, em prol da dignificação da pessoa humana e da causa da liberdade”

A presente lei introduz duas actualizações importantes na estruturação do Panteão. A primeira actualização permite uma abrangência mais diversificada de personalidades consideradas enquanto representantes da simbologia nacional; a segunda actualização consiste na possibilidade de concessão de honras de panteão em apenas um ano após a morte. Este último ponto nasceu da necessidade de panteonizar Amália Rodrigues, sendo a premissa que origina a panteonização imediata de Eusébio Ferreira.

O Projecto de Resolução nº 79/VIII da Assembleia da República, que concede Honras de Panteão a Amália, qualifica-a como *uma artista excepcional, que alcançou renome mundial (...) alargou horizontes e abriu novos caminhos ao fado, de que se tornou um símbolo. Amada e admirada dentro e fora de Portugal*. Afirmam ainda os deputados proponentes que *interpretando o sentimento popular*, decidem homenagear Amália com honras de Panteão. Este acontecimento marca um ponto de viragem no que constitui a ideia de Panteão Nacional. Não apenas é alargado o espectro de personalidades que podem receber Honras de Panteão, como também, pela primeira vez, é panteonizada uma mulher. O regime Democrático panteoniza uma mulher cuja prática artística foi sempre associada a uma dimensão popular da cultura portuguesa. Ao fazê-lo, altera do paradigma dos símbolos representativos da memória e identidade nacional.

A 16 de Maio de 2002 é apresentado o projecto de resolução nº 19/IX¹³⁶ para a concessão de honras de Panteão Nacional a Manuel de Arriaga. A sua panteonização, em 2004, resultou da sua acção política e militância republicana durante a monarquia, por ter sido o “primeiro Presidente Constitucional da República Portuguesa” e, ainda segundo os deputados que redigiram o projecto de resolução, por ser considerado enquanto “referência de estabilidade” política nos momentos iniciais da República.

Em 2003 a Lei nº35/2003 realiza a primeira alteração à Lei nº 28/2000. A alteração consiste no reconhecimento da Igreja de Santa Cruz de Coimbra o estatuto Panteão Nacional, embora seja ressalvada a continuação da prática do culto religioso¹³⁷. Em 2016 ocorre uma segunda alteração à lei de 2000. A lei nº 14/2016, de 9 de Junho, actual diploma que rege o Panteão Nacional, define que para além de Santa Engrácia e Santa Cruz de Coimbra os mosteiros de Santa Maria da Vitória e de Santa Maria de Belém recebem o estatuto de Panteão Nacional, salvaguardando novamente a prática do culto religioso nestes espaços¹³⁸. Quanto às honras de Panteão, estas só podem ser concedidas num prazo de 5 anos depois da morte, se for em representação por lápide, ou de 20 anos em caso de sepultamento.

Em 2007 a Assembleia da República aprova o Projecto de Resolução nº 189/X, de 2007¹³⁹ que concede

136 Projecto de Resolução N.º 19/IX, *Concessão de Honras do Panteão Nacional a Manuel de Arriaga*, In Diário da Assembleia da República, II Série – A, N.º 11, IX Legislatura, 1.ª Sessão Legislativa (2002- 2003), PP. 317 e 318 <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/09/01/011/2002-06-06/317?pgs=318-319&org=PLC&plcdf=true> [consultado em 5/02/2019]

137 LEI N.º 35/2003 – Reconhece o estatuto de panteão nacional à Igreja de Santa Cruz, em Coimbra - Primeira alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de Novembro, que define e regula as honras do Panteão Nacional, in Diário da República, I Série – A, N.º 193 (22/08/2003). https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/656117/details/normal?_search_WAR_drefrontoffice-portlet_dreId=120215 [03/03/2019]

138 LEI N.º 14/2016 Segunda alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de novembro, que define e regula as honras do Panteão Nacional, e quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, in Diário da República, I série - n.º 111, 09/06/2016). P. 1771 URL:https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/656117/details/normal?_search_WAR_drefrontoffice-portlet_dreId=120215 [03/03/2019]

139 Projecto de Resolução N.º 1232/XII (4.ª), Honras de Panteão Nacional para Aquilino Ribeiro. Diário da Assembleia da República, II Série – A, N.º 52, X Legislatura, 2.ª Sessão Legislativa (2006-2007), P.92 <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/10/02/052/2007-03-09/92?q=hONRAS%2BDE%2BPANTE%25C3%2583O%2BNACIONAL%2BPA-RA%2BAQUILINO%2BRIBEIRO> [consultado a 20/05/2019]. A salientar que no ano de 1988 os deputados Socialistas

honras de panteão a Aquilino Ribeiro, sendo os seus restos mortais transladados do cemitério dos Prazeres em Lisboa ainda no mesmo ano.

Sophia de Mello Breyner Andresen em 2014, dez anos após a sua morte, é panteonizada em Santa Engrácia. O Projecto de Resolução N.º 952/XII (3.^a), *Honras de Panteão a Sophia de Mello Breyner Andresen*¹⁴⁰, define Sophia enquanto:

“Grande poeta, cidadã exemplar, portuguesa ilustre, europeia consciente, Sophia de Mello Breyner Andresen foi uma das grandes figuras do nosso tempo. Na sua vida e na sua obra, há uma grandeza de ideais, de valores e de qualidades em que o país se reconhece e em que a democracia se revê”.

É assim descrita, sendo ainda lembrada pelos seus poemas que denunciaram a tirania. Por estes argumentos, e por uma segunda vez, ocorre a panteonização de uma mulher.

A mais recente personalidade a ser homenageada, foi Eusébio da Silva Ferreira. A sua recepção dividiu profundamente a sociedade. Eusébio é referido no Projecto de Resolução nº 1232/XII¹⁴¹ como *“mais do que um futebolista de excepção (...) foi uma figura marcante do século XX português. Imediatamente reconhecido em qualquer parte do globo e ligado à imagem de Portugal, também pela sua personalidade, afabilidade e humildade ganhou um estatuto especial no coração dos portugueses e uma dimensão simbólica que fundamentam as Honras de Panteão que agora propomos.”* Afirmando, à semelhança de Amália, a sua dimensão popular.

Em 2017 faleceu Mário Soares. Ex-Presidente da República, ex-Primeiro Ministro, político preso e exilado durante o Estado Novo, um dos vultos mais importantes para a fundação e afirmação da democracia portuguesa. Figura controversa, que colhe apoio, mas também oposição. Um ano após a Assembleia da República propõe um projecto de lei¹⁴² para panteonizar o ex-Presidente, contudo, a mesma não ocorreu.

No mesmo ano surgiu uma nova polémica em torno do Panteão. Um jantar realizado na nave central, no âmbito da Web Summit¹⁴³ provocou polémica junto da opinião pública, acusando este evento por se “jantar junto dos Mortos”, junto dos “heróis da pátria”. A discussão ocorrida em torno deste acontecimento demonstrou um profundo desconhecimento sobre o Panteão, na medida em que emergiu a ideia de que o

Raul Rêgo, Osório Comes, João Almeida, António Braga, Tito de Morais, Jorge Sampaio, Almeida Santos e Manuel Alegre apresentaram o Projecto de Lei N.º 318/V que previa a *Trasladação dos Restos Mortais de Eça de Queirós e Aquilino Ribeiro*. Projecto Lei N.º 318/V, Trasladação dos Restos Mortais de Eça de Queirós e Aquilino Ribeiro, in Diário da Assembleia da República, II Série – A, N.º 10, V Legislatura, 2.^a Sessão Legislativa (1988-1989), PP. 98 e 99 <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/05/02/010/1988-12-21/98?q=hONRAS%2BDE%2BPANTE%25C3%2583O%2BNACIONAL%2BPARA%2BAQUILINO%2BRIBEIRO>. [consultado a 20/05/2019]

140 Projecto de Resolução N.º 952/XII (3.^a), Honras de Panteão a Sophia de Mello Breyner Andresen. Diário da Assembleia da República, II Série – A, N.º 69, XII Legislatura, 3.^a Sessão Legislativa (2013-2014), PP. 54 e 55 <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/12/03/069/2014-02-19/54?pgs=54-55&org=PLC&plcdf=true>, [consultado a]

141 Projecto de Resolução N.º 1232/XII (4.^a), Honras de Panteão a Eusébio da Silva Ferreira, In Diário da Assembleia da República, II Série – A, N.º 65, XII Legislatura, 4.^a Sessão Legislativa (2014-2015), PP. 48 e 49 URL:<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/12/04/065/2015-01-28/48?pgs=48-49&org=PLC>, [consultado a 20/05/2019]

142 Projecto de Resolução N.º 1758/XIII (3.^a) Concessão de Honras do Panteão Nacional ao Presidente Mário Soares, In Diário da Assembleia da República, II Série – A, N.º 137, XIII Legislatura, 3.^a Sessão Legislativa (2017-2018), P. 44, <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/13/03/137/2018-07-06/44?pgs=44&org=PLC>. [consultado a 20/05/2019].

143 A Web Summit é a maior conferência sobre Tecnologia que se realiza na Europa, tendo ocorrido pela primeira vez em Lisboa em 2016.

jantar decorreu junto dos túmulos de Almeida Garrett, Sophia de Mello Breyner Andresen, da Amália e do Eusébio (principalmente destes três, como atesta o Jornal de Notícias)¹⁴⁴. Ora, tal evento ocorreu na nave central do Panteão onde estão representados os seis cenotáfios aí incorporados pelo Estado Novo (D. Nuno Álvares Pereira¹⁴⁵, Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama, Infante D. Henrique, Pedro Álvares Cabral e Luís de Camões). Embora as expressões nem sempre possam corresponder literalmente à verdade, o que realmente aconteceu (por influência ou não dos meios de comunicação social) foi a transmissão da ideia de que junto aos túmulos, principalmente, das individualidades supracitadas¹⁴⁶, um conjunto de pessoas, que pertenciam a uma elite do evento, tinha realizado uma refeição. Segundo o Canal televisivo SIC Notícias, António Costa, Primeiro-Ministro, terá afirmado que “a utilização do Panteão Nacional para eventos festivos é absolutamente indigna do respeito devido à memória dos que aí honramos.”, afirma ainda que mesmo que a utilização do espaço seja prevista legalmente “é ofensivo utilizar deste modo um monumento nacional com as características e particularidades do Panteão Nacional”. Já o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, afirma que o Panteão não deve acolher “jantares”, nem que seja “o jantar mais importante de Estado”¹⁴⁷. Por outro lado, Paddy Cosgrave, fundador da Web Summit, pediu desculpas a Portugal, com a certeza de que nunca pretendeu ofender os heróis nacionais, tendo justificado a escolha do Panteão com uma diferença cultural. Para Paddy, de origem irlandesa, a morte é celebrada. Na sua óptica, o jantar deveria ser encarado como uma homenagem e nunca como uma ofensa. Salienta ainda que em eventos anteriores já se tinham realizado estes jantares em locais como a Catedral da Santíssima Trindade em Dublin.¹⁴⁸

O acontecimento do jantar em Santa Engrácia deve ser lido à luz de duas reflexões distintas. A primeira alude para as novas práticas de gestão patrimonial. Relembrando os contributos dado por Enzo Traverso, o património é hoje visto como um meio de captação económica e turística. Para além de certos monumentos se apresentarem como lugares de memória e, conseqüentemente, estarem vocacionados para uma celebração colectiva através da sua musealização, verificam-se em certos monumentos, como em Santa Maria de Belém ou o Convento de Cristo em Tomar¹⁴⁹, uma recorrente a utilização do património numa óptica de rentabilização económica. A segunda reflexão demonstra desconhecimento face ao Panteão. A polémica foi gerada perante a percepção de que o jantar teria ocorrido junto de túmulos de individualidades Amália, Garrett, Eusébio e Sophia de Mello Breyner Andresen. Tal facto não corresponde à verdade na medida em que o jantar ocorreu na nave central do templo onde apenas se encontram os seis cenotáfios,

144 Jornal de Notícias, *Jantar da Web Summit no Panteão Nacional causa polémica*, 11 de Dezembro de 2017. «O jantar da “Founders Summit”, onde só participaram algumas dezenas de pessoas escolhidas pela organização, decorreu na sexta-feira à noite, no espaço central do Panteão, junto aos túmulos de personalidades como Amália, Eusébio, Almeida Garrett e Sophia de Mello Breyner Andresen.». <https://www.jn.pt/nacional/interior/jantar-da-web-summit-no-panteao-nacional-causa-polemica-8910486.html>. [consultado a 20-01-2019].

145 A salientar que de todos os representados, este é aquele mais diz ao Regime. O Estado Novo baseia-se na figura do Santo Condestável para propagandar a sua veia nacionalista.

146 O Jornal *O Observador*, indica o nome de Amália e Humberto Delgado. Cátia Bruno, Rita Tavares, *O Observador*, *O jantar exclusivo da Web Summit foi no Panteão Nacional*, 11 de Novembro de 2017. [consultado a 20-01-2019] - <https://observador.pt/2017/11/11/o-jantar-exclusivo-da-web-summit-foi-no-panteao-nacional/>.

147 Alias, as cerimónias protocolares mais altas da nação costumam realizar-se no Palácio Nacional da Ajuda.

148 SIC Notícias - *Acabaram-se os Jantares no Panteão Nacional* <https://sicnoticias.pt/pais/2017-11-12-Acabaram-se-os-jantares-no-Panteao-Nacional> [20/01/2019].

149 Que recentemente também se viu envolto numa polémica devido à utilização do espaço. Ao realizar-se a rodagem de um filme no seu claustro houve uma parte do mesmo que se danificou, o que, apesar do restauro, levantou polémica e vozes a condenar o acontecimento. O Património Português há muito que tem sido utilizado para diversas actividades que o extrapolam, o próprio Panteão recebeu em 2003 uma o lançamento de um dos livros da Saga *Harry Potter* e aí foi recriada uma escola de Magia, ou como adianta o jornal público, desde 2002 se realizem jantares no panteão. <https://www.publico.pt/2017/11/14/culturaipilon/noticia/se-estao-proibidos-os-jantares-no-panteao-nacional-tambem-estao-nos-jeronimos-1792426> [consultado a 20-01-2019].

denotando um desconhecimento sobre a localização dos túmulos no Panteão Nacional.

Estas duas reflexões permitem concluir que a ligação simbólica entre o Panteão e a sociedade se caracteriza por um desconhecimento desta face ao primeiro, bem como a necessidade deste património identitário. Necessidade essa, que é corroborada pelo facto de na última década, a discussão em torno do panteão apenas se tenha elevado em dois momentos específicos: a panteonização de Eusébio e o jantar da Web-Summit. Ambos tiveram consequências para a organização e visão em torno do Panteão. Se após o primeiro caso conduziu à alteração da lei, alargando o distanciamento temporal entre a morte da individualidade e a sua panteonização (cinco anos para cenotáfio e vinte sob forma de sepultamento); o segundo originou também uma revisão legislativa que condicionou a existência de eventos a ocorrer no Panteão Nacional.¹⁵⁰

150 Segundo o Despacho n.º 2884/2018, publicado em Diário da República, 2.ª série — N.º 57 — 21 de Março de 2018, P. 8318, “No Panteão Nacional, instalado na Igreja de Santa Engrácia, só podem ser autorizados eventos de natureza cultural, criteriosamente seleccionados e enquadrados com a dignidade dos espaços”.

Capítulo III – Teorias e Processos de Construção da Memória

A investigação patrimonial deve seguir uma metodologia multidisciplinar. Neste contexto, o estudo do campo da memória revela diversas dinâmicas que caracterizam e constroem o património, como também, permitem a compreensão do panteão e do culto cívico. Os panteões, independentemente da sua tipologia, são os locais onde o rito se materializa, permitem uma catarse colectiva perante aqueles que são considerados enquanto símbolos identitários. Constituindo-se enquanto lugares de memória¹⁵¹, transitam do estágio material para o imaterial, representando assim património identitário.

Numa escalada de aceleração em que vive a sociedade, Pierre Nora afirma a existência de uma “percepção global de que tudo está a desaparecer”, uma “ruptura no equilíbrio” social¹⁵². Ao mesmo tempo que a sociedade permanece apegada ao passado através da história e das tradições, vive num contexto de evolução, de mudança, de ambição no progresso. Tal situação origina um misto sentimento de apego ao passado e de vontade de futuro. Neste contexto, Nora demonstra que as sociedades contemporâneas, na sua “aceleração”, colocam-se perante uma enorme pressão quanto à “perda de memória”, perante a percepção da possibilidade de desaparecimento de objectos e símbolos do passado, originando a preocupação social de recolha e armazenamento da herança do passado enquanto testemunho para o futuro¹⁵³. Apesar do Património constituir um fundo de memória, esta caracteriza-se por um constante dinamismo e evolução e sujeita a variadas manipulações.¹⁵⁴

A memória pode ser entendida como um instrumento que nos permite viver o presente: “a nossa experiência do presente depende em grande medida do nosso conhecimento do passado”, porque é com base no nosso passado, nos momentos que nos antecederam que conseguimos justificar o presente¹⁵⁵. Por outro lado, Maurice Halbwachs (1877 – 1945) defende que a memória é uma reconstrução do passado. No entender do sociólogo, “o passado transforma-se em memória colectiva depois de ter sido seleccionado e reinterpretado segundo as sensibilizações culturais, as interrogações éticas e as convivências políticas do presente”¹⁵⁶. Com efeito, é necessário olhar para esta reconstrução do passado com algum distanciamento pois este pode ter sido forjado de modo a cumprir as necessidades no momento da sua reconstrução. Esta ideia é partilhada por Enzo Traverso, que defende como consequência do surgimento do “turismo da memória”. O turismo transforma “locais históricos em museus e em lugares de visitas organizadas (...) e promovido junto do público através de estratégias publicitárias”¹⁵⁷.

O sociólogo reconhece a existência de uma memória individual, na medida em que cada individuo vivencia acontecimentos de uma forma própria, onde as suas primeiras memórias são sempre construídas de uma forma individual. Contudo, e apesar desta formação individual inicial, para Halbwachs¹⁵⁸ a memória

151 Expressão de Pierre Nora.

152 Pierre NORA, *La fin de L’histoire-mémoire*, in Pierre NORA (dir.), *Les Lieux de Mémoire*, Volume I

153 Sejam testemunhos escritos em livros, objectos guardados em museus, ou de outro tipo. Idem, ibidem, PP. XIX e XXVI.

154 Idem, ibidem, P. XIX. Na contemporaneidade assiste-se a uma difusão dos emissores de memória, de valores, de símbolos, quer seja pelo aumento do turismo cultural, pelo dinamismo social que é marcado através dos actores tradicionais, como o Estado e a Igreja, mas, e principalmente, com maior preponderância, através da emergência de outros actores que passam pelos média, pela globalização, ou até mesmo pela importância que as redes sociais alcançaram junto das pessoas.

155 “Entendemos o mundo presente num contexto que (...) toma como referência acontecimentos e objectos que não estamos a viver no presente”. Paul CONNERTON, *Como as sociedades Recordam*, Celta Editora, 2ª edição, Oeiras 1999, P. 2.

156 Enzo TRAVERSO, *O Passado, Modos de Usar. História, memória e política*, Edições unipop, 2012, P. 10.

157 Idem, ibidem, ibidem. Este pensamento pode justificar o jantar da Web Summit (em 2017) que ocorreu no Panteão de Santa Engrácia. O crescimento do turismo, que se faz sentir em Portugal, aleado a esta ideia de “turismo da memória”, pode ter sido uma das razões para a escolha de Santa Engrácia enquanto local predilecto para o jantar da elite da convenção.

158 Os estudos de Halbwachs, nomeadamente *Les Cadres Sociaux De La Memoire* (1925) e *La Memoire Collective* (1950), são

apenas sobrevive em contexto de grupo. Isto é, para que seja capaz de relembrar o passado, certos acontecimentos ou símbolos, precisa de ser comparada e fortalecida por um grupo, a memória de um indivíduo apenas permanece articulada quando este se insere num colectivo, compondo, dessa forma, uma memória colectiva¹⁵⁹. Para este efeito é necessário, obviamente, que o indivíduo consiga cruzar laços com os restantes membros do grupo¹⁶⁰. Em suma, Halbwachs defende a memória enquanto faculdade humana¹⁶¹, na medida em que o Homem não retém dispersamente informação, mas, ao contrário, confrontando as incorporações dos restantes membros do grupo, assimila dados que em conjunto são capazes de formar uma memória plenamente reconhecida por todos, uma *memória colectiva*.

No entanto, a tese da *memória colectiva* é posta em causa por vários autores, como Elsa Peralta quando afirma que Halbwachs “negligencia as tensões dialécticas existentes entre a memória individual e a construção social do passado”¹⁶². Os críticos desta teoria apontam o facto do sociólogo considerar o indivíduo como um mero reproduzidor de uma memória composta por um colectivo. Mas também, e seguindo Peralta, Halbwachs não teve em atenção que “as memórias sociais são frequentemente o produto de uma construção política deliberada, (...) de que as construções mnemónicas encenadas pelos Estados são manifestamente incoerentes com a ordem social, feita de tensões e conflitos”¹⁶³.

Uma vez que o conceito introduzido por Halbwachs submete o “indivíduo a um determinismo colectivo”¹⁶⁴, nasceu por oposição o conceito de *memória social*. Embora sejam reconhecidas como importantes as teorias do sociólogo francês, nomeadamente no que diz respeito ao facto de que “todos os grupos sociais desenvolvem uma memória do seu próprio passado colectivo”¹⁶⁵ (memória essa que se traduzirá em identidade do grupo), Halbwachs não se distancia do determinismo colectivo, considerando o grupo, a memória e identidade enquanto estáticos. O conceito de *memória social*, opõe-se a esta visão cristalizadora da memória, dos grupos sociais e das suas identidades, defendendo que estes se aparentam dinâmicos e não estáticos.¹⁶⁶ No mesmo contexto, Paul Connerton afirmou, “estudar a formação social da memória é estudar os actos de transferência que tornaram possível recordar em conjunto”, a memória não se apresenta estática, mas antes reflecte uma relação de partilha, reflecte o dinamismo social¹⁶⁷.

Peralta refere a abordagem “presentista” – abordagem referente à memória social - defende que os regimes políticos, os detentores do poder, instrumentalizam a memória através de vários meios como a comunicação social, sistema de ensino, monumentos, museus, teatros, entre outros. Esta perspectiva assume como objectivo entender quem controla a memória social e o modo como esta serve o poder¹⁶⁸. Contudo uma das limitações desta visão consiste na abordagem excessiva da política, principalmente da manipulação por

reconhecidos como importantes pelo contributo pioneiro que deram ao estudo da memória. Contudo são diversos os autores que apesar de salientarem a sua importância acabam por divergir do pensamento do sociólogo francês. Em Portugal encontramos Sérgio Campos Matos, Elsa Peralta, Pedro Cardim. Salientando que, segundo Elsa Peralta “as teorias de Halbwachs foram negligenciadas durante muito tempo”, o que não deixa de ser curioso pois tanto no final do XIX, como no início do XX, se observava “uma autêntica obsessão pela memória”. Elsa PERALTA, *A Memória do Mar. Património, Tradição e (RE)imaginação Identitária na contemporaneidade*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 2008 p. 58.

159 Maurice HALBWACHS, *A Memória Coletiva*, Edições Vertice, S. Paulo, Brasil, 1990, P. 26.

160 Idem, *ibidem*, P. 34.

161 Idem, *ibidem*, P. 57.

162 Elsa PERALTA, *op. cit.*, P. 56.

163 Idem, *ibidem*, P. 57

164 Idem, *ibidem*, P. 57.

165 Idem, *ibidem*, P. 57.

166 Idem, *ibidem*, P. 57.

167 Paul CONNERTON, *op. cit.*, P 4.

168 Elsa PERALTA, *op. cit.*, PP. 58 e 59.

parte desta, em detrimento da dimensão experiencial.¹⁶⁹ À semelhança de Halbwachs, que concedia primazia à memória colectiva, esta concepção apresenta-se como redutora por enfatizar a manipulação por parte do poder. Esta não pode coexistir com os regimes democráticos, na medida em que, como afirma Peralta, estes caracterizam-se por uma “fluidez dos movimentos da população, pela multiplicidade das escolhas individuais e pela pluralidade de oportunidades”, são dinâmicos e não estáticos, contrários a verdades únicas, não permitindo um controlo político totalmente eficaz. A memória é entendida, nesta lógica, enquanto construção colectiva, apresentando-se como “multivocal e hegemónica”, na medida em que se debruça sobre vários grupos, congrega vários discursos que são, por vezes, dissonantes “num processo dinâmico”. Em suma, esta moderação contradiz o estaticismo inicial que advém da manipulação por parte do poder, pois ainda que a memória social seja criada com base nas instituições dominantes do passado, as relações que a constroem têm por base “grupos dinâmicos e múltiplos”¹⁷⁰.

A memória social apresenta-se, segundo Elsa Peralta, enquanto uma construção colectiva decorrente da manipulação ideológica e da experiência social de diversos grupos ou comunidades. É uma construção social assente nos “constrangimentos sociais próprios de um determinado grupo”, mas também numa “relação de partilha” social, relação esta que dita a própria memória.¹⁷¹

Uma outra variante da memória, com interesse para este estudo, reside no conceito de *memória histórica*. Segundo Sérgio Campos Matos, a *memória histórica* é exterior aos grupos sociais e vai ao encontro das “regras e exigências engendradas racionalmente que estão para além da tradição vivida”, a memória histórica constrói-se a partir de factos, com momentos do passado que foram seleccionados segundo as regras específicas que os agentes de então necessitavam¹⁷². Deste modo, visto que a memória histórica responde a “questões que a comunidade coloca” e que constitui “uma das bases da identidade de uma nação”¹⁷³, a sua construção é feita através dos variados lugares da memória, que se podem identificar como museus, arquivos, obras historiográficas, monumentos, através do próprio panteão, através daquilo que a Campos Matos denominou de “comemorativismo histórico”.

A memória da nação é composta por símbolos que se apresentem como identitários, logo, tal como afirmam Foucault e Peralta, as dinâmicas que permitem a emergência de memórias de âmbito nacional são controladas por quem detém o poder, na medida em que é este que reproduz a visão mais consensual e aceite em torno do passado¹⁷⁴. A *memória nacional* corresponde, então, a uma construção com base em pressupostos de uma identidade colectiva, de coesão nacional, onde se assiste a um primeiro momento com a construção do Estado Moderno, finais do século XV, ganhando especial atenção e preponderância no século XIX¹⁷⁵. Ao analisar o século XIX, Campos Matos refere este século como de suma importância

169 *Idem, ibidem.*, P. 60.

170 *Idem, ibidem.*, P. 66.

171 Peralta contradiz Halbwachs, pois enquanto este afirma que só se memoriza em contexto de grupo, do colectivo, para Peralta um indivíduo nunca relembra exactamente (algo que Halbwachs também reconhece) como o outro, logo, mesmo em contexto de grupo, a memória nunca será totalmente idêntica entre todos, existem sempre pontos de vista diferentes que não permitem uma memória completamente linear (segundo Halbwachs, a memória teria de ser linear, ou então não era memória). *Idem, ibidem*, P. 72.

172 Maurice HALBWACHS, *op. cit.*, P. 80; Sérgio Campos MATOS, *Historiografia e Memória Nacional. 1846 – 1898* Edições Colibri, Lisboa, 1998, P. 56

173 *Idem, ibidem*, P. 58.

174 Elsa PERALTA, *op. cit.*, P. 62.

175 Sendo uma “memória colectiva à escala de uma comunidade nacional”, tem a condicionante de se sobrepor a memórias que sejam locais, regionais ou de minorias étnicas. Campos Matos realiza ainda uma comparação entre Halbwachs e os estudos *Les lieux de la mémoire*, dirigidos por Pierre Nora. Para o historiador português, Halbwachs também considerava esta dimensão da memória, mas apenas salientava que esta apenas correspondia à “necessidade de visão de conjunto que é também uma necessidade social de unidade”. Já Nora, vai reatualizar o pensamento de Halbwachs, alargando a nação a um

para a memória histórica e nacional, época que denota uma preocupação com aqueles que são considerados os símbolos identitários e a memória da nação. Com o triunfo do poder liberal em oitocentos, a memória da nação afirmou-se na “cultura histórica portuguesa”¹⁷⁶. Esta importância referida por Campos Matos encontra-se em vários exemplos como a criação, por decreto de Passos Manuel, em 1836 de um Panteão Nacional.

Contudo, apesar de se reproduzir uma visão consensual sobre o passado, a memória é sempre caracterizada pelo seu dinamismo. Com este pressuposto, o conceito referido por Foucault de *contra-memória*¹⁷⁷ merece a nossa atenção. O presente conceito advém de um entendimento que não aceita a existência de uma verdade absoluta, remetendo a memória para uma faculdade em permanente actualização. Ou seja, apesar de a memória ser construída com base numa verdade, em factos que aconteceram, estes nunca permanecem como únicos e imutáveis, na medida em que, com a evolução histórica, novos contextos, novos acontecimentos e modificam essa verdade. Em suma, o dinamismo e actualização marcam fortemente a memória¹⁷⁸. É este dinamismo, estas actualizações que permitem as várias releituras de que são alvos a história, a memória e o património

Estas actualizações podem ocorrer em função de vários factores. Este conceito resulta da existência de versões de memória diferentes das impostas pelo grupo dominante¹⁷⁹. Quando grupos marginalizados produzem uma memória diferente da dominante, ocorre a aplicação do conceito de *contra-memória*, estamos perante a aplicação do conceito de *contra-memória*. Sendo possível que esta *contra-memória* se torne em discurso dominante caso os grupos que ela representa cheguem ao poder¹⁸⁰.

Como constatamos, a memória activa as sociedades em torno de uma união a um passado comum. No entanto, também observámos que a memória não é estática, estando sujeita a manipulações. Neste contexto, Elsa Peralta evoca Eric Hobsbawm e Terence Ranger para demonstrar, através do conceito de “invenção da tradição”, a utilização do passado, não apenas enquanto meio de coesão de um grupo, mas também enquanto legitimação do presente¹⁸¹. Esta visão da memória complementa-se com a visão, identificada por Enzo Traverso, de “reificação do passado”¹⁸², com a transformação - por intermédio do património, a memória e o turismo - do passado em objecto de consumo. Em suma, e à semelhança do património, a memória apresenta-se permeável a manipulações e releituras, não sendo, por isso, estática (como as leituras de Halbwachs podem transparecer), mas antes dinâmica e colectiva.

Ao observar as diferentes variantes de memória, facilmente se encontra uma figura representativa da identidade nacional portuguesa, na qual é possível rever todos os conceitos. Luís de Camões é exemplo de uma *memória colectiva*, assumido como um dos maiores expoentes da língua portuguesa, perdura ao longo de

todo e com uma “multiplicidade de objectos e lugares”. Entre os lugares da memória que Pierre Nora identifica, encontram-se bibliotecas, arquivos, museus e, obviamente, panteões. Sérgio Campos MATOS, *op. cit.*, PP. 58 e 59

176 *Idem, Ibidem*, P. 61.

177 Apud Elsa PERALTA. *op. cit.*, PP. 63 e 64.

178 *Idem, Ibidem*, P. 63.

179 *Idem, Ibidem*, P. 63.

180 *Idem, idem*, P. 64 Um exemplo de *contra-memória* é a abertura do Forte de Peniche enquanto memorial aos presos políticos do Estado Novo. Aquela que era uma das mais emblemáticas prisões do Estado Novo, onde se encontravam os presos políticos (na sua grande maioria afectos ao Partido Comunista Português) é exemplo deste conceito. O que existia era a memória de uma prisão, de um símbolo do regime de António de Oliveira Salazar, com reabertura da prisão aplica-se *contra-memória* na medida em que deixa de ser um símbolo do Estado Novo, para passar a ser o símbolo de um grupo marginalizado por esse regime (embora tenha demorado precisamente 45 anos desde a queda do regime, em 1974).

181 Elsa PERALTA, *op. cit.*, P. 59.

182 Enzo TRAVERSO, *op. cit.*, P. 11.

gerações nos manuais escolares enquanto leitura obrigatória. Camões e *Os Lusíadas* são assumidos como uma das bases identitárias da cultura portuguesa. Do mesmo modo, é uma figura indubitavelmente associada à *memória histórica*. Os seus feitos, nomeadamente através da produção da epopeia, garantiram-lhe a entrada para a identidade histórica da nação¹⁸³. É, igualmente, enquanto figura identitária, utilizado pelos diversos regimes políticos da contemporaneidade, sendo alvo de releituras, de diversas narrativas e de contra-memórias. Os republicanos apropriam-se de um Camões imperialista, irreverente, capaz de restaurar um império que se encontrava decadente graças à incapacidade da monarquia. O Estado Novo recicla essa imagem republicana de Camões, enfatizando o homem das letras e do império, este último como forma de fortalecer a sua política colonial. A Democracia, depois de consolidada e capaz de reactivar a ligação do épico português à identidade nacional, constrói uma nova narrativa em torno de Camões, valorizando a sua produção artística, a sua carga identitária associada aos descobrimentos, mas, ao invés do Camões imperialista e nacionalista do Estado Novo, associa o autor de *Os Lusíadas* à diáspora, às comunidades portuguesas¹⁸⁴. Comemora um Camões do mundo, como forma de afirmação de uma nação que, apesar de já não possuir um império, permanece universal.

Em suma, verifica-se a apropriação de Camões mediante diversos contextos. Tal apropriação resulta do dinamismo e das variações intrínsecas ao processo de construção da memória, esteja ou não condicionada pelo poder, seja colectiva, histórica ou social. No século XX Portugal vê a existência de quatro regimes diferentes (Monarquia, República, Estado Novo e Democracia), as leituras realizadas em torno do autor de *Os Lusíadas* resultam do contexto que lhes é coevo, nenhuma corrói a sua dimensão simbólica, mas todas alteram o seu valor.

No século XX português é possível encontrar diversas evidências do conceito de *contra-memória*, nomeadamente através de três momentos: 1910, 1928/1933 e 1974. Na primeira data Portugal assistiu à implementação da República. Ao longo do século XIX, o movimento republicano foi apropriando símbolos identitários, transformando-os em bandeiras de modo a fortalecer a sua adesão nos diversos sectores sociais. Exemplo maior dessa apropriação foi Luís de Camões, cuja data de apoteose remonta a 1880. O Estado Novo viu nele um exaltar da portugalidade e, através de campanhas propagandistas, justificar a sua política colonialista e os propósitos político-ideológicos do regime. A democracia utiliza-o como figura maior das letras e como símbolo da diáspora portuguesa. Todos utilizaram a sua memória, a simbologia que o épico encerra, mas segundo leituras diferentes. Ou seja, todos partiram de uma “contra-memória” que passou a discurso dominante.

Uma vez entendida a importância que a memória ocupa no seio da sociedade, importa introduzir algumas questões que articulam o conceito de memória com o conceito de património. Desta forma, o termo introduzido por Pierre Nora, *os lugares de memória (les lieux de mémoire)*, é fundamental para compreender esta inter-relação. Existem “há lugares de memória porque não existe um fundo de memória”¹⁸⁵. Como consequência do medo da perda de memória criam-se lugares que, através de testemunhos do passado, mantêm essa memória viva. Assim podemos justificar a existência de museus que, através do seu acervo, permitem reviver momentos, certos aspectos e até civilizações do passado. Do mesmo modo, o panteão, ao imortalizar na memória aqueles que já partiram e que são assumidos como símbolos identitários, cons-

183 e isso vê-se através da estatua e no largo que recebeu o seu nome em Lisboa, ou através de toda a efervescência apoteótica de 1880 que culminou na sua panteonização, acrescentando o facto de ter sido um dos primeiros *Grandes Homens*, juntamente com Vasco da Gama, fora dos círculos tradicionais – entenda-se Igreja, família real, e militares – a serem panteonizados.

184 O dia 10 de Junho começa a ser comemorado pelos republicanos, é reciclado pelo Estado Novo que lhe chama Dia de Camões, de Portugal e da Raça, sendo novamente alterado no pós-25 de Abril para Dia de Camões e das Comunidades portuguesas.

185 Pierre Nora, *op. cit.*, P. XVII.

titui um lugar de memória para as gerações vindouras. Neste contexto, é pertinente a afirmação de Nora quando justifica que uma sociedade só consegue construir estes lugares da memória quando ultrapassar a visão histórica e lhe conferir uma dimensão mística e religiosa¹⁸⁶. A memória, como já foi referido, é dinâmica, está em constante actualização, não podendo, por isso, estes lugares lembrar apenas o passo. Neste contexto, Santa Maria de belém não se resume a uma mera evolução histórica, à memória do reinado de D. Manuel e à da expansão marítima, mas antes é portadora de valores religiosos, uma religiosidade cívica que assenta no misticismo imperial, no início da aventura marítima e até no regresso de D. Sebastião.

Mais do que um monumento pétreo, afirma-se enquanto lugar de memória porque se encontra imbuído de todo este misticismo e desta religiosidade cívica

A sociedade global contemporânea é uma “sociedade sem ritual”, no entanto o património, os testemunhos, os lugares da memória em conjunto com aniversários cívicos (como datas de implantação de regimes, de revoluções, de símbolos identitários, entre outros), ritualizam a sociedade em torno de uma “vontade colectiva”¹⁸⁷. Nora atribui dois movimentos ao estudo destes lugares: um no campo historiográfico, onde se estudam estes monumentos com base na sua história; um segundo que se caracteriza por um momento próprio que se encontra no fim de uma tradição da memória¹⁸⁸. Por isso, enquanto francês, afirma que tanto a Marselhesa como os monumentos aos mortos sejam vividos no espectro do conflito de uma sociedade que, por um lado tem um sentimento de pertença, mas que por outro de desprendimento. Da mesma forma que, ao contrário do passado, hoje não se celebra a nação, mas estudam-se as celebrações da nação¹⁸⁹.

A sociedade contemporânea é marcada por uma aceleração, por um dinamismo, uma evolução constante, onde os sentimentos de perda, nomeadamente a perda de memória, são activados frequentemente. O ser humano tem vindo, como analisamos anteriormente, a criar mecanismos para a salvaguarda patrimonial, e esses mecanismos nascem desta necessidade de salvaguardar memória e identidades. A memória é uma reconstrução do passado que, por ser construída colectivamente, se torna ela própria em identidade desse colectivo. Por isto, percebemos que os Panteões Nacionais constituem lugares de memória, espaços onde a memória nacional, histórica e colectiva se encontra preservada. Estes templos permitem, ou concedem, às sociedades um fundo de memória, um fundo simbólico que permite a catarse colectiva perante aqueles que são entendidos como os seus maiores exemplos.

186 *Idem, Ibidem*, P. XX.

187 *Idem, Ibidem*, P. XXIV.

188 *Idem, Ibidem*, P. XXIII.

189 Embora o exemplo francês não seja aqui discutido, ele é elucidativo da conjuntura portuguesa. *Idem, Ibidem*, P. XXIV e XXV.

Capítulo IV

Imagens e Símbolos Identitários

4.1- Nascimento e evolução do ideal de *Grande Homem* (séculos XVIII e XIX)

4.1.1 - O nascimento do ideal de *Grande Homem*

Apesar de ser uma prática anterior à Revolução Francesa, a exploração da memória dos *Grandes Homens* emerge neste momento como meio de pedagogia e afirmação de novos símbolos e da nova ordem político-social¹⁹⁰.

O primeiro traço a salientar na nova definição de culto que nos chega no século XVIII é a sua democraticidade. A atribuição do estatuto de *Grande Homem* não se prende, desde então, com preceitos como os do nascimento, de ordem social, de qualquer ascendência divina ou justificação providencial¹⁹¹. O *Grande Homem* não é, por isto, um rei, um herói ou até um homem ilustre. Os *Grandes Homens* constituem uma “assembleia, ou uma “república de talentos e virtudes”, como lhe chamou Mona Ozouf, porque o que distingue os *Grandes Homens* é o seu mérito. O Rei, só por ser rei, não é considerado um Grande Homem, mas pode ascender a essa “república de virtudes” se assim o seu mérito o ditar e os *Grandes Homens* o desejarem¹⁹².

Na nova escala valorativa distinguem-se os *Grandes Homens* dos Heróis. Enquanto estes se caracterizam por uma acção concreta, isolada no tempo, os primeiros caracterizam-se pelo seu oposto, por acções contínuas na precursão da utilidade e do bem comum¹⁹³.

Referimos que a Revolução apenas se apropriou de uma prática anterior e que, ao achar-se “investida de uma missão emancipadora e de dimensão universal”, vai apropriar-se do culto dos *Grandes Homens* não apenas como forma de colmatar o vazio existente pela sua acção descristianizadora, mas também para criar uma nova “sacralidade laica” e “um novo capital simbólico” que sustente a nova ordem instaurada¹⁹⁴. No entanto, segundo Fernando Catroga, é apenas em Oitocentos que esta *sacralidade laica* se desenvolve em pleno¹⁹⁵.

4.1.2 - Concepções e evoluções do ideal de *Grandes Homens* no Portugal de Oitocentos

O século XIX português assistiu a inúmeras reflexões acerca do ser português. Neste contexto, Oliveira Martins acreditava que o heroísmo não se confinava a algumas personalidades, mas sim ao todo dos génios peninsulares e nacional, cujo carácter era, na sua óptica, superior aos dos outros povos¹⁹⁶. Já para Eça de

190 Mona OZOUF, *Le Panthéon. L'École normale des morts*, in Pierre NORA (dir.), *Les Lieux de Mémoire*, Volume I *La République*, Gallimard, Paris 1984, P. 141.

191 Fernando CATROGA, *O Culto Cívico de D. Pedro IV e a Construção da Memória Liberal*, in *Universidade*, Revista de História das Ideias, Volume 12, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, P. 445.

192 Mona OZOUF, *op. cit.*, PP. 142 e 143.

193 *Idem*, *Ibidem*, P. 143.

194 Fernando CATROGA, *O Culto Cívico de D. Pedro IV e a Construção da Memória Liberal*, in *Universidade*, Revista de História das Ideias, Volume 12, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, P. 446.

195 *Idem*, *ibidem*, P. 447.

196 Embora não seja de elevada importância para este trabalho, convém salientar a importância concedida às figuras da dinastia de Avis por Oliveira Martins. Sérgio Campos MATOS, *Memória e Nação: historiografia portuguesa de divulgação e*

Queiroz, um *Grande Homem* é aquele consegue despertar um sentimento de entusiasmo, uma veneração na sociedade, aquele que através da grandeza das suas obras e valores causa na sociedade uma admiração que se eleva à categoria da religião¹⁹⁷.

Autores como Antero de Quental, Oliveira Martins, Camilo Castelo Branco, Teófilo Braga ou Ramalho Ortigão, entre outros, entenderam que a vertente pedagógica das biografias, através do enunciar ao povo analfabeto os feitos dos *Grandes Homens*, poderia constituir uma alavanca de progresso civilizacional¹⁹⁸. Para Oliveira Martins as biografias permitiam ressuscitar o passado, possibilitam uma aproximação mais correcta e concreta a este do que qualquer outra produção, mesmo que histórica, devido ao facto de as considerar mais “realista e impressiva à vida de uma nação numa determinada época, muito mais eficaz em termos de recepção pública”¹⁹⁹. Oliveira Martins entendia que os heróis congregavam as “virtualidades do organismo colectivo” e ao representarem momentos específicos activavam, através dessas virtualidades, as “forças colectivas”²⁰⁰.

No século XIX existem duas teorias que justificam os *Grandes Homens*. Uma define que estes surgem após momentos de caos, como o Marquês de Pombal que emergiu com o desastre de 1755; a outra teoria remete-nos para a teoria evolucionista, onde os *Grandes Homens* são entendidos enquanto “produto de uma evolução histórica anterior”²⁰¹.

Auguste Comte (1798-1857), o principal teórico do Positivismo, “integrou a concepção dos *Grandes Homens* numa filosofia da história fundante de uma nova religião”²⁰². A avaliação da *grandeza* de um homem era, assim, efectuada, ou conhecida, quando a acção do homem se funde com a evolução histórica e “da «alma» de um povo ou de uma humanidade”²⁰³. Positivistas como Teófilo Braga e Manuel Emídio Garcia tiveram uma acção fundamental no desenvolvimento da ideia de *Grande Homem* em Portugal. Teófilo Braga considera que são “grandes individualidades” aqueles que “prestaram algum serviço relevante à humanidade, dotando-a com «noções positivas»”²⁰⁴. Teófilo concede importância a filósofos, cientistas e artistas em detrimento dos estadistas, guerreiros e santos católicos²⁰⁵. A ideia de uma individualidade que representa uma época e que é capaz da sua exemplaridade transformar o presente e o futuro²⁰⁶. Os positivistas defendiam a teoria do evolucionismo histórico, onde os *Grandes Homens* se apresentavam enquanto produto desse mesmo evolucionismo, razão pela qual teriam de estar enquadrados à época a que pertenceram, sob pena, caso não o fossem, de se desvirtuar a sua acção. Como explica o evolucionismo histórico, os *Grandes Homens* não são os responsáveis pelos acontecimentos, mas sim estes pelos *Grandes Homens*. A presente teoria afirma que a atribuição deste estatuto reside na capacidade do Homem em ler os aconte-

nacionalismo (1846-1898). Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1995, P. 485.

197 *Idem, ibidem*, P. 487.

198 *Idem, Ibidem*, P. 491.

199 *Idem, Ibidem*, P. 494.

200 *Idem, Ibidem*, P. 494.

201 Sendo importante referência a existência da teoria “povo-herói”, para a qual a nação congrega uma “virtualidade colectiva”, denotando a existência de um herói colectivo. *Idem, Ibidem*, PP. 500 e 501

202 Fernando CATROGA, O Culto Cívico de D. Pedro IV e a Construção da Memória Liberal, in *Universidade*, Revista de História das Ideias, Volume 12, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, P. 447.

203 *Idem, Ibidem*, 447.

204 Sérgio Campos MATOS, *Memória e Nação: historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1995, P.487

205 *Idem, Ibidem*, P. 488.

206 Fernando CATROGA, O Culto Cívico de D. Pedro IV e a Construção da Memória Liberal, in *Universidade*, Revista de História das Ideias, Volume 12, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, P. 447.

cimentos e a evolução histórica e apresentar-se enquanto força motriz desta.²⁰⁷

Pinheiro Chagas (1842-1895), embora destaque a relevância dos *Grandes Homens*, não lhes atribuía a acção de conduzirem a sociedade rumo ao progresso ou à decadência. Para Pinheiro Chagas, as grandes individualidades constituíam apenas «'elos' da "cadeia" da evolução histórica». De outro modo, homens como Rebelo da Silva defendiam a teoria de que era a providência que investia os povos de *Grandes homens*. Isto é, existiam homens exemplares porque a providência assim o desejava. Para Rebelo da Silva, a Providência é responsável pelas acções dos *Grandes Homens*, a responsável pela época dos descobrimentos e por a crise instalada após a morte de D. Sebastião em Alcácer-Quibir. No fundo, tanto a ventura como o fatalismo resultam da vontade e decisão da Providência²⁰⁸.

Em contraponto ao Providencialismo encontram-se os positivistas. A ideia positivista de *evolução* assenta na história, mas principalmente na ciência e em "leis rigorosas", não podendo, por isso, depender de qualquer vontade divina ou ditame providencial. No contexto português, deve ser ainda considerada a frágil conjuntura nacional, principalmente após o *Ultimatum* Britânico de 1890, que originou a defesa de *Grandes Homens*, por positivistas como Emídio Garcia²⁰⁹. No mesmo sentido, a tese de herói-síntese encontrou eco nos positivistas, como é caso José de Arriaga que defendia Manuel Fernandes Tomás enquanto representante da revolução Liberal de 1820, Pombal enquanto «representante da revolução "ideológica" antijesuitica», ou ainda quando Emídio Garcia vê em Camões "a personificação acabada da literatura e da ciência suas contemporâneas" e Vasco da Gama enquanto o empreendedor da expansão portuguesa²¹⁰.

No fundo, para estes intelectuais positivistas, e republicanos, os *Grandes Homens* não eram assimilados enquanto a grande força motora da sociedade. Embora concedendo importância aos *Grandes Homens*, os positivistas exaltavam antes o curso científico e evolutivo da sociedade. Os *Grandes Homens*, como pensavam de Pombal, eram somente Homens que por conseguirem ler o curso evolutivo da sociedade, complementavam e promoviam essa mesma evolução. Apesar desta concepção, será com os positivistas que a partir de 1870 se percebe a *Grande Homem* enquanto "benfeitor da humanidade", dotado de valores altruístas e de "solidariedade humana"²¹¹.

No Portugal de Oitocentos, o culto aos *Grandes Homens* não se encerra na atribuição de honras de Panteão. Os monumentos públicos constituíram uma outra variante desta religiosidade cívica com relativo eco no século XIX português. Para Campos Matos²¹², apesar de já existirem monumentos erguidos a D. José I, D. Pedro IV e D. Pedro V, o primeiro culto, ou o efectivo culto através de monumentos públicos dá-se com a estátua erigida a Camões. A par deste momento, que considera como o primeiro em termos de culto através de monumentos, o historiador refere ainda ao culto de figuras como Passos Manuel, Duque da Terceira, Sá da Bandeira e José Estevão, individualidades associadas ao constitucionalismo monárquico, como ainda as de D. Afonso Henriques, o Infante do Henrique e Afonso de Albuquerque²¹³.

207 *Idem, Ibidem*, P. 448.

208 «a Providência "não quis" que surgissem personalidades dotadas de qualidades à altura da situação, nem tão pouco o "entusiasmo cívico que as incentivasse". Sérgio Campos MATOS, *Memória e Nação: historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1995, PP. 507 a 509.

209 *Idem, Ibidem*, P. 511.

210 A referir que Tanto José de Arriaga como Emídio Garcia perfilavam do ideário republicano. *Idem, Ibidem*, PP. 511 e 512.

211 *Idem, Ibidem*, P. 513.

212 *Idem, Ibidem*, P. 519.

213 Neste seguimento, o Iberista D. Rafael de Labra considerava a estatuária lisboeta enquanto "monumentos comemorativos", questionando a inexistência de monumentos alusivos a Pombal e Vasco da Gama. *Idem, Ibidem*, PP. 519 521.

Como sabemos, é em 1836 que surge o decreto fundador do Panteão Nacional. Contudo, só podemos falar da existência de um Panteão Nacional em 1880, no momento das comemorações do Centenário Camoniano, quando para a Igreja de Santa Maria de Belém são trasladados os presumíveis restos mortais de Luís de Camões e de Vasco da Gama. Com as comemorações dos grandes centenários²¹⁴ surgem as panteonização de Camões e de Vasco da Gama (no tricentenário Camoniano em 1880) momento em que se corporiza a instituição do novo culto cívico, através da consagração dos primeiros *Grandes Homens* Portugueses²¹⁵.

Considerando as comemorações dos centenários enquanto apogeu das celebrações cívicas no século XIX em Portugal, não pode ser descurado o culto cívico em torno de D. Pedro IV (1798-1834). O monarca a quem se deve a vitória do liberalismo, considerado enquanto o “pai” do novo regime, faleceu com apenas 36 anos, originou um “sentimento de orfandade” e desencadeou, no imediato à sua morte, um movimento cívico de culto ao Monarca²¹⁶. Este movimento deve ser lido enquanto a “sacralização cívica de uma memória”, pois se por um lado a deposição do coração do monarca na igreja da Lapa no Porto constituiu, não apenas a “secularização de uma variante do culto do «sagrado coração»”, por outro, assistiu-se à “intenção de tornar o relicário num centro cultural colocado ao serviço da legitimação da ordem monárquico-constitucional”²¹⁷.

Para Fernando Catroga, o culto a D. Pedro não se encontrava apenas associado à morte do jovem rei, mas também à evocação do Liberalismo²¹⁸. Após a sua morte, uma das propostas apresentada à Câmara dos Pares do Reino concebia a edificação de um monumento na cidade do Porto onde se suporia “D. Pedro no cume de um panteão a ser povoado por pequenas estátuas dos seus principais chefes militares”²¹⁹. Esse monumento, onde seria colocado o coração do monarca, teria a forma de uma coluna onde assentaria uma estátua colossal, que pudesse ser vista de terra e de mar. Seria ainda cercada por jardins públicos (a serem construídos) onde seriam erigidos monumentos aos defensores da causa Liberal.²²⁰ Perante a proposta, Fernando Catroga afirma que esta representava a execução de um Panteão alusivo à vitória Liberal²²¹. No entanto, observamos ainda que esta proposta não representa qualquer actualização na narrativa tipológica de panteão. pelo contrário, representa antes a tipologia clássica onde se cultuam, neste caso, um monarca e os heróis militares do Liberalismo.

Em 1836, mais propriamente em Setembro, ocorreu uma reviravolta política que faz chegar a Esquerda Liberal ao poder, dando-se início ao período definido por setembrismo²²². Os Setembristas, como ficaram

214 Centenários de Camões em 1880, Marquês de Pombal em 1882, D. Afonso Henriques em 1885, Batalha de Aljubarrota em 1885, Infante D. Henrique em 1894, Santo António em 1895, Padre António Vieira em 1897, Descobrimento do caminho marítimo para Índia em 1897, descobrimento do Brasil em 1900. *Idem, Ibidem*, P. 526.

215 Embora tenha ocorrido em 1863 a panteonização do Duque da Terceira em 1880 a panteonização do Duque de Saldanha, ambas em São Vicente de Fora, não será abusivo firmar que estas individualidades representam momentos específicos do constitucionalismo monárquico, razão pela qual são entendidas mais enquanto Heróis, e menos enquanto *Grandes Homens*. *Idem, Ibidem*, PP. 523 a 527.

216 Veja-se também os últimos cumprimentos de D. Pedro, o facto de no leito de morte dirigir palavras ao Regimento de Caçadores 5 do Porto, do qual foi coronel. Fernando CATROGA, *O Culto Cívico de D. Pedro IV e a Construção da Memória Liberal*, in *Universidade*, Revista de História das Ideias, Volume 12, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, PP. 451 e 452.

217 *Idem, Ibidem*, P. 455.

218 *Idem, Ibidem*, P. 455.

219 *Idem, Ibidem*, P. 455.

220 *Idem, Ibidem*, P. 456.

221 “Como se verifica, a ideia apontava para a criação de um autêntico panteão liberal enaltecendo, sobretudo, da gesta guerreira que derrotou o absolutismo”. *Idem, Ibidem*, P. 456.

222 Para saber mais sobre o setembrismo, veja-se a entrada sobre o Setembrismo no Dicionário da História de Portugal de Joel Serrão.

conhecidos os actores políticos desta facção, compreenderam que a consolidação do novo regime teria de partir de uma nova consciência nacional, alicerçada em novos símbolos que teriam de ser consensuais.²²³. É neste contexto que surge o decreto de 26 de Setembro que funda o Panteão Nacional, justamente como forma de consolidar simbolicamente a nova ordem²²⁴. Se é verdade que Passos Manuel reconhece D. Pedro enquanto “*duas vezes libertador da Nação Portuguesa*”²²⁵, também é verdade que alguns o equipararam a Napoleão e afirmaram que a Revolução estava para França, como D. Pedro estava para Portugal²²⁶. Porventura o que diferenciava D. Pedro IV dos restantes monarcas e o tornava um putativo merecedor do estatuto de *Grande Homem* foi a sua capacidade de, tal como os positivistas defendiam, conseguir ler e encorajar a evolução histórica²²⁷.

As comemorações dos centenários dos *Grandes Homens* não são exclusivas de Portugal. Em Itália, nos anos de 1874 e 1875, tiveram lugar as comemorações de Petrarca e Miguel Ângelo, em França, em 1878, de Voltaire e Rousseau. Em Portugal as comemorações tiveram o seu começo com a celebração de Camões. A escolha do poeta, enquanto primeiro *Grande Homem* homenageado, não foi de suma importância. A celebração de Camões não se esgota nas comemorações do seu tricentenário, pelo contrário, decorreu ao longo do século XIX, através de autores como Garrett. Este via no poeta “um homem de letras e aventureiro de existência atribulada, tinha vivido intensas paixões, mas também um destino ingrato, a incompreensão e o esquecimento dos seus contemporâneos”²²⁸.

Como todos os símbolos nacionais, Camões, mesmo no momento das comemorações do seu tricentenário, foi lido segundo visões distintas. Para Oliveira Martins Camões constituía o representante máximo de Portugal, e a sua obra, *Os Lusíadas*, mais do que universal, era nacional²²⁹. Já Teófilo Braga salienta o poeta enquanto “símbolo de unanimidade e coesão nacional perante a Europa”²³⁰. Para o futuro Presidente da República, Camões não era «apenas a “síntese” da nação e de “todas as suas aspirações”, mas ainda o símbolo da Europa moderna»²³¹. Camões não representava apenas Portugal, mas, de certa forma, a Europa. Através da sua epopeia, é afirmada a ideia do papel histórico que Portugal teve no progresso civilizacional. Para o Visconde de Juromenha, *Os Lusíadas* constituíam um “evangelho do patriotismo”²³². O republicano Latino Coelho associa o poeta à alma nacional, ao mesmo tempo que, através dele, critica à Monarquia Constitucional²³³. Já a Emídio Garcia, também ele positivista e republicano, interessava-lhe mais as consequências culturais que as comemorações dos centenários, que se iniciaram com Camões, trariam a Portugal²³⁴.

223 Fernando CATROGA, *O Culto Cívico de D. Pedro IV e a Construção da Memória Liberal*, in *Universidade*, Revista de História das Ideias, Volume 2, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, P. 456.

224 À semelhança do exemplo da Revolução francesa, que se apropriou dos *Grandes Homens*, de uma forma pedagógica, para a criação e activação de uma nova simbologia, os setembristas utilizaram o Panteão e aos novos símbolos liberais com o mesmo desígnio. Daí a tentativa de cultuar Manuel Fernandes Tomás e D. Pedro I.

225 Relatório do Decreto de 26 de Setembro de 1836, in *op. cit.*, PP. 24 e 25.

226 Fernando CATROGA, *O Culto Cívico de D. Pedro IV e a Construção da Memória Liberal*, in *Universidade*, Revista de História das Ideias, Volume 2, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, P. 463 e 464.

227 *Idem, Ibidem*, P. 468.

228 Sérgio Campos MATOS, *Memória e Nação: historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1995, P. 528

229 *Idem, Ibidem*, P. 529.

230 *Idem, Ibidem*, P. 530.

231 *Idem, Ibidem*, P. 530.

232 Citado por Sérgio Campos matos. *Idem, Ibidem*, P. 531.

233 *Idem, ibidem*, P. 531.

234 *Idem, ibidem*, P. 531.

A grande maioria das comemorações gerou unanimidade, no entanto, a comemoração do Centenário Pombalino representa a excepção nessa unanimidade. Sebastião José de Carvalho e Melo reassumiu preponderância no século XIX, defendido pelos seus apoiantes enquanto estadista exemplar, responsável pela expulsão dos jesuítas e ainda apontando o surgimento do declínio da nação aquando do momento em que abandona a condução dos destinos nacionais²³⁵. Personalidades como Camilo Castelo Branco e Ramalho Ortigão, consideravam o Marquês de Pombal enquanto uma figura opressora, acusando-lhe a Expulsão da Companhia de Jesus²³⁶. Para os republicanos, que enfatizavam esse anticlericalismo, Pombal teria promovido não apenas as transformações sociais ocorridas no século XIX, como também se apresentava enquanto promotor de um futuro regime republicano²³⁷.

O culto ao Infante D. Henrique, que já encontrara eco na *Crónica dos feitos da Guiné*, escrita por Zurara no século XV, ressurgiu no século XVIII com a biografia elaborada por Francisco José Freire, onde lhe são atribuídas qualidades de “herói de aras”, enaltecidos os seus “estudos astronómicos e geográficos”²³⁸. Frei Francisco de S. Luís, segundo Campos Matos, atribui-lhe a virtude de ser o primeiro a conceber um projecto de via marítima até Oriente²³⁹. Para Rebelo da Silva, seguindo Herculano, “uma pequena potência permanece independente pela sua vontade, pela sua vontade e capacidade das suas elites e dos seus *Grandes Homens*”²⁴⁰. Rebelo da Silva considerava o infante enquanto símbolo dessa persistência, fé e vontade de que deveriam ser feitos os *Grandes Homens*²⁴¹. É de assinalar este ponto de vista de Rebelo da Silva que coloca um certo messianismo no Infante D. Henrique, enaltecia-o, segundo Campos Matos, enquanto “paradigma maior do heroísmo nacional”²⁴². Mas os ecos do Infante não se ficaram apenas por Portugal. No século XIX, Thomas Pitt e James Murphy desenvolveram uma particular curiosidade em torno do Mosteiro da Batalha, especialmente no que concerne à sua arquitectura e à ligação da Rainha D. Filipa de Lencastre (de origem britânica) ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória²⁴³. Da mesma forma, o Historiador britânico Henry Major (1868-1877) via o Infante D. Henrique “o propulsor dos descobrimentos e conquistas portuguesas”, considerava-o como o grande responsável não só dos descobrimentos, mas do Império português e exaltava o seu papel científico e enquanto “fundador da escola de Sagres” e da “cadeira de Matemática da Universidade de Lisboa”, recolhendo ainda alguns destes triunfos também para Inglaterra devido ao facto do Infante ser filho de D. Filipa de Lencastre²⁴⁴.

Perante essa atitude dos britânicos, de recolherem para si alguns dos triunfos do Infante D. Henrique, Mona Ozouf, embora não atente neste exemplo, concede-nos uma resposta clara: os *Grandes Homens* não têm de corresponder a uma memória nacional, pois o que os destinge dos demais são as suas virtudes e essas são transversais a várias nações²⁴⁵. Ou seja, independentemente do seu local de nascimento ou da sua ascendência, o Infante D. Henrique pode ser considerado enquanto um *Grande Homem* tanto para uma nação, como para a outra. Da mesma forma, ao observarmos a teoria evolucionista da história, o infante pode ser considerado um *Grande Homem* por conseguir ler e alavancar a evolução histórica. Para Oliveira

235 *Idem, ibidem*, P. 506.

236 *Idem, ibidem*, PP. 532 e 533.

237 *Idem, ibidem*, P. 535.

238 *Idem, ibidem*, P. 537.

239 *Idem, ibidem*, P. 538.

240 *Idem, ibidem*, P. 538.

241 *Idem, ibidem*, P. 538.

242 *Idem, ibidem*, P. 539.

243 Maria João NETO, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*, Editorial Estampa, 1997, P. 29.

244 Sérgio Campos MATOS, *Memória e Nação: historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1995, P. 539

245 Mona OZOUF, *op. cit.*, P. 145.

Martins, o Infante não foi um mero propulsor dos Descobrimentos, foi mais que isso, ele obedecia a um “Inconsciente”, a um destino ao qual ele guiou Portugal. O Infante “encarnara a alma nacional no momento histórico em que vivia”, as condições para averiguar o seu valor não se encontravam em si, mas nas obras, nas acções que fazia, encontrava-se na “razão de Estado à qual subordinava os interesses particulares”²⁴⁶.

Em 1897 ocorre o IV centenário do descobrimento do caminho marítimo para Índia. Aqui assiste-se a uma diferença ao que foi o Centenário de Camões ou do Marquês de Pombal. Se nestas duas comemorações as figuras dos *Grandes homens* eram o centro das comemorações, se, de certa forma, existiu um afastamento entre as individualidades e a coroa, neste centenário de 1897 “o monarca ocupava agora um lugar destacado nas comemorações históricas”²⁴⁷, dado o avanço civilização por parte de Portugal que se queria afirmar com estas comemorações. Ao mesmo tempo era exaltado Vasco da Gama enquanto figura-chave da Viagem Marítima²⁴⁸.

A panteonização de Camões e Vasco da Gama “era vista como um acto de educação moral do povo e de afirmação do sentimento de independência da nação, no plano internacional”²⁴⁹. Uma vez perdido o Brasil, Portugal volta-se para África, a memória daquilo que foi o momento áureo nacional importava neste momento crítico de sentimento de desvalia nacional, onde África representava agora um possível futuro auspicioso. A viagem marítima representava, portanto, o confirmar, ou um afirmar, da identidade e independência nacional. Ainda a par desta conjuntura, devemos ressaltar que a Conferência de Berlim de 1885 declara não o interesse histórico, mas sim a ocupação efectiva dos territórios; bem como em 1890 o *Ultimatum* britânico. Tudo isto fará o surgimento de Vasco da Gama enquanto símbolo de resistência face à Grã-Bretanha e contra incapacidade monárquica. Assim, dado que a celebração do centenário ocorreu em 1897, Vasco da Gama foi encarado enquanto símbolo nacional contra um presente fragilizado²⁵⁰. É exactamente este contexto, da crise moral da monarquia, que advém do descrédito dos partidos políticos, da política, da questão do *Ultimatum*²⁵¹, que a discussão em torno de *Grandes Homens* toma uma nova vitalidade, como forma de compensação moral pátria e, até como forma de revitalização.

A conjuntura histórica condicionou as escolhas de Homens representativos. Com o século XIX, primeiro com a instauração do Regime Liberal, e depois com o ascender do ideal republicano, assiste-se a um certo apagamento de ideais religiosos e ecuménicos (como demonstram os exemplos dos enterramentos civis e o culto em Panteão), assim é natural que a figura de D. Nuno Álvares Pereira, exactamente pela sua ligação religiosa, acabe por ser desvalorizada²⁵². D. Nuno Álvares Pereira encontrava-se sepultado no Convento do Carmo (do qual foi fundador). Em 1836 foi trasladado para São Vicente de Fora e em 1865 para a igreja do Carmo, numa cerimónia discreta. Tendo no Final da mesma década a Ordem dos Carmelitas encetado o seu processo de beatificação (algo que apenas ocorreu em 1918, já em República, durante a vigência de Sidónio Pais²⁵³.

246 Sérgio Campos MATOS, *Memória e Nação: historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1995, P. 540.

247 *Idem, ibidem*, P. 544.

248 *Idem, ibidem*, P. 544.

249 *Idem, ibidem*, P. 545.

250 *Idem, ibidem*, P. 545.

251 *Idem, ibidem*, P. 547.

252 *Idem, Ibidem*, P. 549.

253 A este propósito, tenha-se em consideração que com o crescimento, no final do XIX, do nacionalismo em Portugal, o Santo Condestável é recuperado segundo preceitos de ordem religiosa e militar e enquanto garante da independência nacional. Oliveira Martins observava em D. Nuno Álvares Pereira o responsável pela independência nacional, um Mártir, messias que “repusera a ordem”. Luís de Magalhães associou os anos 90 do XIX à época do Condestável, de modo a enfatizar a necessidade de um novo D. Nuno que extinguisse o sentimento de tristeza e desvalia nacional. *Idem, Ibidem*, PP. 549 e 550.

4.1.3 - A necessidade de *Grandes Homens*

Os panteões Nacionais surgem segundo uma visão de “valorização pedagógica do culto dos mortos”, mas continuam a ser espaços fechados e sacralizados, embora se constituam de forma distinta aos antigos panteões que apenas cultuavam individualidades da Igreja ou da nobreza²⁵⁴. Com a Revolução Francesa observa-se, não apenas uma ruptura, mas antes uma actualização em torno do culto em panteão, uma vez que o cidadão, independentemente do seu estatuto social, do berço onde nasceu pode receber honras de Panteão²⁵⁵.

Como também já aludimos na contextualização histórica, o exemplo britânico denota uma enorme diferença em relação ao modelo do francês. Se neste último ocorre uma ruptura com o passado, no primeiro observa-se uma continuidade. O Panteão britânico denota uma constante evolução desde o século XI, centúria onde já se verifica o sepultamento de monarcas e nobres no templo de Westminster. Mais tarde, no século XVII assiste-se ao sepultamento em Westminster de Poetas como Chaucer, Spencer, Dryden, Tennyson; já no século XVIII ocorre uma nova actualização com a introdução de individualidades associadas a diversas áreas como o teatro, a história, a música, a ciência e política²⁵⁶. Se em França se procede a uma ruptura com um passado, decorrente da necessidade da criação de novas simbologias para sedimentar a nova ordem político-social, em Inglaterra o projecto de panteão acompanha a evolução da sociedade onde se insere. Como já o referimos anteriormente, a construção da ideia de Panteão em Portugal é fruto destes exemplos anteriores.

A 26 de Setembro de 1836 é decretada a constituição de um Panteão Nacional, sendo para isso necessário encontrar um monumento, já edificado, para acolher o novo “altar cívico da pátria”, como lhe chamou Fernando Catroga. Ainda nesse ano, a 21 de Novembro, um novo decreto de Passos Manuel define São Vicente de Fora como monumento a acolher o Panteão Nacional. No entanto, apenas em 1880 podemos falar de um Panteão, nos moldes modernos, em Portugal, sendo que é apenas em 1916 que se decreta Santa Engrácia enquanto Panteão Nacional e que é apenas em 1966 que se terminam as obras de Santa Engrácia, transformando o templo em Panteão Nacional.

Com o fim do Antigo Regime, foi necessária a criação de novos mecanismos simbólicos de aproximação do indivíduo à nova sociedade. O Panteão, através de festas e cerimoniais cívicos, activa esse simbolismo na sociedade. Daí que Fernando Catroga afirme que “se o legislador fazia leis para o povo, os cultos cívicos tinham por função social preparar o povo para as leis”²⁵⁷. O modelo francês propõe uma ruptura com o culto cristão da morte, pretende ultrapassá-lo, destroná-lo em prol de um novo culto mais consistente em termos profanos. É, como Catroga o afirma, um modelo descristianizador, tendo sido visto enquanto “precursor do jacobinismo” o que lhe garantiu controvérsia²⁵⁸.

Em suma, o caso português verifica uma proeminência da literatura na hagiografia cívica portuguesa. o culto a Camões é anterior a 1820 e, quando a esquerda liberal toma o poder, em 1836, se decreta um Pan-

254 Fernando CATROGA, *O Culto Cívico de D. Pedro IV e a Construção da Memória Liberal*, in Universidade, Revista de História das Ideias, Volume 12, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, PP. 448 e 449.

255 *Idem, Ibidem*, P. 449.

256 *Idem, ibidem*, P. 449.

257 *Idem, ibidem*, PP. 449 e 450.

258 veja-se ainda, como já aludimos na contextualização, os artigos publicados em jornais como é o caso de *O Pantheon publicado na Camara Optica com vistas modernas* nº 7 de 1837, pp. 49-57, bem como de *O Pantheon, e a Academia das Belas-Artes*. Nº 11, de 1838, pp. 41-44. 258 Fernando CATROGA, *O Culto Cívico de D. Pedro IV e a Construção da Memória Liberal*, in Universidade, Revista de História das Ideias, Volume 12, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990, P. 450.

teão Nacional o objectivo é não apenas cultuar D. Pedro IV e os heróis liberais, como também reacender a memória de Camões²⁵⁹. Ao épico português juntar-se-ão outros nomes como Herculano, João de Deus e Garrett. Isto permitiu não apenas uma unanimidade em torno das figuras maiores, como a criação de uma nova simbologia e memória nacional²⁶⁰. Verificando-se o domínio da tese evolucionista na concepção da ideia de *Grande Homem* e, como o caso de Pombal, a não panteonização de todas as individualidades celebradas nos centenários.

Como já foi referido, o século XIX, e principalmente a Geração de 70, questionaram Portugal e o que significa ser português. Neste sentido, convém referir o posicionamento de Ramalho Ortigão quando questiona a existência portuguesa enquanto pátria, na sequência da “decadência” afirmada pela Geração de 70²⁶¹. Neste mesmo quadro cultural, pode ser ainda identificado Alexandre Herculano que via no “amor do passado pátrio” a afirmação da nacionalidade, bem como no “desfalecer do sentimento patriótico um sintoma de morte da nação”²⁶². No século XIX, como é sobejamente conhecido, é assimilado por alguns dos seus intelectuais uma decadência profunda e uma descrença na regeneração pátria. Neste contexto, esses intelectuais não idealizavam como *Grandes Homens* os actores políticos seus contemporâneos, mas antes aqueles que participaram no período áureo português, no período dos descobrimentos²⁶³.

Uma vez que o *Grande Homem* tem de estar coordenado com os avanços sociais, e deles deve ser promotor, o *Grande Homem* do século XIX (leia-se o *Grande Homem* contemporâneo a esse século) teria de se associar ao pano político de então. O decreto de Passos Manuel é peremptório nesta questão:

“Um dos Edifícios Nacionais deverá ser destinado para receber as Cinzas dos Grandes Homens, mortos depois do dia vinte e quatro de Agosto de mil oitocentos e vinte”

Apesar de aceitarem algumas excepções como explana o Art.º 4 do mesmo decreto, o Panteão Nacional destinava-se ao culto dos *Grandes Homens* que se distinguissem depois da instauração do liberalismo. No entanto, e como já se afirmou, a decadência social apontada por autores como Oliveira Martins não permitia a emergência de *Grandes Homens* em oitocentos, consequência, segundo a leitura de Campos Matos, de factos como as crises políticas e financeiras, de 1868 a 1871, desacreditarem o regime.²⁶⁴

Assim, não é de estranhar que em finais do XIX, uma conjuntura com momentos como o *Ultimatum* Britânico de 1890, a crise política através de uma rotatividade de governos, a criação de governos de iniciativa régia, o reforço do poder moderador, estes factores contribuíram para um acentuar do debate em torno dos *Grandes Homens*. Face à *decadência* sentida por factores internos ou externos (*Ultimatum*), surgiram como alavanca para encontrar em figuras do passado, uma vez que as do presente estavam desacreditadas, a força necessária para ressuscitar a pátria. Figuras essas que poderiam ser as fundadoras do regime liberal ou as da “Idade de Ouro dos descobrimentos e da expansão ultramarina”.²⁶⁵

259 *Idem, ibidem*, PP. 467 e 468.

260 *Idem, ibidem*, PP. 468 e 469.

261 Sérgio Campos MATOS, *Memória e Nação: historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898)*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1995, PP. 301 e 302.

262 *Idem, Ibidem*, PP. 302 e 304

263 Embora alguns vultos do XIX, como Passos Manuel, Mouzinho da Silveira e D. Pedro IV fujam à descrença destes homens. *Idem, ibidem*, P. 497.

264 *Idem, Ibidem*, PP.497 e 498.

265 *Idem, ibidem*, P. 499.

4.2 – Os Contributos de Eduardo Lourenço para a Narrativa Imagética e Identitária Portuguesa

“Nenhum povo pode viver em harmonia consigo
mesmo sem uma imagem positiva de si”

Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*.
Psicanálise mítica do destino português

A problemática sobre a Identidade Nacional tem sido discutida em diversos momentos do Portugal Contemporâneo. Desde a visão mais decadentista da Geração de 70, à visão colonialista do Estado Novo, a diáspora da Democracia, variadas narrativas e visões recaíram sobre o que significa *ser* português e sobre a Identidade Portuguesa. O estudo da matriz identitárias portuguesa constitui uma enorme complexidade, que nos permite percorrer diversos caminhos. Embora não neguemos a existência de outros autores e visões em torno da matriz identitária portuguesa, decidimos abordar este tema com base nas teorias do Professor Eduardo Lourenço por este desenvolver, desde meados do século XX, uma nova e sistemática narrativa em torno da identidade e simbologia nacional. O simbolismo que se encontra presente em obras como *O Labirinto da saudade*.

Psicanálise mítica do destino Português, ou ainda *Portugal como Destino e Mitologia da Saudade*, permite-nos uma aproximação crítica às diversas imagens portuguesas, bem como à apropriação da identidade nacional nos dois últimos séculos por parte de grupos que exerceram e exercem o poder em Portugal.

Eduardo Lourenço refere, por diversas vezes, que Portugal se encontra aprisionado a imagens irrealista sobre si mesmo, imagens essas que condicionaram, e condicionam, não apenas a sua identidade, mas também a sua vivência. Este irrealismo, varia conforme os momentos, a conjuntura e os agentes de poder que modificam as imagens e a forma como estas identificam Portugal.

Portugal emerge no quadro das Cruzadas, no contexto da luta contra a expulsão dos Muçulmanos da Península Ibérica, enquanto se tenta afirmar enquanto reino soberano e independente face a Castela²⁶⁶. Com esta conjuntura, Portugal assume-se desde cedo como *reino cristão*, esta é a “sua primeira identidade e matriz intemporal da sua futura mitologia”²⁶⁷. Esta sua caracterização não é de menor importância. Portugal foi entendido como um milagre, a sua independência e permanência enquanto tal gerou, sempre, um “sentimento profundo de fragilidade”, fragilidade para a qual a sua justificação fora encontrada na esfera do divino, isto é, como uma vontade divina que faz subsistir Portugal²⁶⁸.

A existência nacional foi assimilada, durante um largo período de tempo, não por acção humana, mas sim por algo superior: Portugal existia porque assim o divino o desejava. Por este factor, este sentimento de fragilidade era, ao mesmo tempo, vivido segundo um outro sentimento, o de superioridade, na medida em que se Deus protegia o pequeno e frágil Portugal, este país tinha de ser superior para merecer tal distinção. A conjugação destes dois sentimentos contrários vai gerar, segundo Eduardo Lourenço, um conflito nunca resolvido. Um conflito que, consoante a conjuntura, faz emergir um e submergir o outro sentimento. Este jogo entre sentimentos antagónicos apenas cumpre a missão de mascarar Portugal da sua “intrínseca fragilidade”. Tal como Eduardo Lourenço afirma, Portugal é desde sempre “uma pequena nação” que sempre se recu-

266 Eduardo LOURENÇO, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Grádiva, 6ª Edição, 2018. PP. 10 e 11.

267 *Idem, ibidem*, P. 10.

268 *Idem, ibidem*, P. 12.

sou a ver-se enquanto tal²⁶⁹. Eduardo Lourenço considera que a consciência portuguesa é marcada por uma “leitura popular do nosso destino colectivo” que, assente numa protecção divina, combina um complexo de inferioridade e de superioridade. Se este paradoxo marca a essência portuguesa em certos momentos, por um outro lado, justifica o sentimento português de querer esconder de si mesmo as suas fragilidades²⁷⁰.

Tanto as visões do passado como as que recaem sobre a identidade estão em constante movimento. O passado e a identidade portuguesa confundem-se variadas vezes. Essa osmose ocorre num momento específico, no período considerado áureo de Portugal: expansão portuguesa. A questão em torno do Império português, mais concretamente em torno da inicial aventura marítima, esteve, e está, em permanente discussão desde o momento em que as naus portuguesas saíram do rectângulo Ibérico²⁷¹.

Os Descobrimentos, a epopeia que lhe está associada, formam uma das bases mais sólidas da identidade portuguesa. Mesmo após o 25 de Abril, que poderia relegar este momento e a epopeia devido à carga que lhes foi impressa pelo Regime de António de Oliveira Salazar, o momento da expansão portuguesa continua presente no imaginário colectivo, não sendo a Democracia capaz de lhe retirar a sua força identitária. Ao invés, dada, precisamente, a sua importância identitária e não apenas histórica, e mesmo contrariando a política colonial do regime de Oliveira Salazar, a Democracia revisitou, releu a gesta portuguesa e construiu uma narrativa segundo os seus preceitos²⁷². Do mesmo modo, a tónica imperial continua presente nas comemorações do dia de Portugal. Se Estado Novo celebrava o *Dia de Camões, de Portugal e da Raça*, a Democracia celebra o *Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas*. A base identitária é a mesma, o objecto é o mesmo - o passado imperial. No entanto, apesar de toda a carga nacionalista que o regime ditatorial português lhe imprimiu, a democracia celebra a herança do império: as comunidades Portuguesas., celebra-se a sua herança: as Comunidades Portuguesas.

Quanto ao Império, e a forma como este operou na mentalidade portuguesa, deve ser tido em conta que interessou menos a aventura do que o *proveito* obtido. Esse *proveito*, de que nos fala Eduardo Lourenço, fez-se a partir de tudo o que o Império acrescentou a Portugal em termos económicos, mas principalmente mentais e culturais. Império serviu, e em certa medida ainda serve, como mascara sobre a realidade portuguesa, foi a maior arma contra uma realidade diminuída sentida em determinados momentos, servindo de afirmação do papel português no mundo²⁷³. O Império português assumiu-se, acima de tudo o resto, no plano moral. As possessões portuguesas, Brasil e Índia numa época, África noutra, agiram de forma compensatória, a compensação que aniquilava a pequenez intrínseca portuguesa e que, de certo modo, representava igualmente um refúgio²⁷⁴. Este império, compensatório e de fuga construiu um dos traços que mais singularizam Portugal e as suas gentes, o facto de os portugueses se verem e viverem “simbolicamente como uma ilha”²⁷⁵. Este sentimento de “ilha” está conectado com um outro, apreendido não apenas pelo exterior, mas também pelos portugueses: Portugal era “«um país que tinha um império»” isto identificou Portugal e “convertera-nos na ilha histórica mítica por excelência da Europa”. O Império, para Eduardo Lourenço, não foi apenas uma mera continuação territorial e económica do país, cumpria antes um outro desígnio: tornar Portugal em algo maior e apresentar-se enquanto refúgio²⁷⁶.

269 Eduardo LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Grádiva, 15ª Edição, 2019. P. 25.

270 *Idem, ibidem*, P. 25.

271 Veja-se a recente polémica em torno da proposta do Museu das Descobertas.

272 *Idem, ibidem*, P. 12.

273 *Idem, Ibidem*, P.44.

274 Quanto a isto, veja-se o momento em que Família Real sai da Metrópole para o Brasil, aquando das invasões francesas.

275 Eduardo LOURENÇO, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Grádiva, 6ª Edição, 2018. P. 16.

276 *Idem, Ibidem*, P. 16.

No entanto, e apesar de actuar neste plano moral, que por si só carrega uma força identitária bastante considerável, o império apenas foi realmente sentido metropolitanamente quando se sentiu que poderia vir a ser perdido. Assim foi quando em 1890 o *Ultimatum* britânico se constituiu como uma “das mais sentidas humilhações da nossa história”²⁷⁷.

Da aventura marítima e das suas subsequentes valorizações resultaram dois símbolos nacionais por excelência: Camões e *Os Lusíadas*. O Épico português e a sua obra são considerados como a maior herança que os portugueses receberam do império que é/foi tido como momento áureo de Portugal. Camões é assumido enquanto herói nacional e a sua obra como prova e afirmação de Portugal: “Camões se torna objecto das nossas paixões nacionais, que são menos literárias ou culturais do que ideológicas, patrióticas, cívicas e por vezes partidárias”²⁷⁸. Camões e *Os Lusíadas* serviram aos Portugueses enquanto afirmação, assim o foi, por exemplo, quando o Morgado Mateus publicou uma edição monumental de *Os Lusíadas* na conjuntura das invasões francesas. Mais do que a publicação de uma obra, publicava-se a *Obra*, constituiu não apenas uma afirmação cultural, como também simbolizou e afirmou Portugal num momento de fragilidade. Para Eduardo Lourenço, este acto consistiu no “primeiro momento significativo de um processo de canonização patriótica cívica”²⁷⁹, ou seja, o primeiro momento da consagração cívica do Épico português enquanto herói e símbolo identitário nacional. A maior exaltação feita a Camões é, como é sobejamente conhecido, a comemoração do seu tricentenário em 1880, que culmina com a sua panteonização em Santa Maria de Belém²⁸⁰.

Se a Expansão marítima constituiu, e em certa medida ainda constitui, um dos núcleos, ou mesmo o núcleo, nevrálgico da identidade portuguesa, o momento que lhe sucedeu condicionou, também ele, o viver de Portugal e dos Portugueses. A morte em Alcácer-Quibir do jovem Rei D. Sebastião deu aso a uma nova mitologia portuguesa. O Sebastianismo, a vinda do *desejado* marcou a pulsão mental dos portugueses até ao presente. Após Alcácer-Quibir ocorre a União Ibérica. 60 anos de Governação Filipina suscitaram em Portugal um sentimento de morte pátria, aquilo que os portugueses mais temiam desde a hora do seu nascimento ocorreu: a perda de independência. A este momento Eduardo Lourenço atribui-lhe a designação de *Traumatismo*²⁸¹. Contudo, em termos de mentalidade o traumatismo foi fortemente sentido. Isto porque o assumir a perda de independência, o passar de reino imperial e descobridor a subalterno de outro reino, deixaria marcas profundas no imaginário Português. Neste contexto, o Sebastianismo, que é messiânico e não nostálgico, representa estes sessenta anos de domínio filipino, sessenta anos em que persistiu o sentimento em como “Portugal tivesse ficado com um presente virtual, um passado morto, embora glorioso, e um futuro onírico”²⁸².

277 Eduardo LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Grádiva, 15ª Edição, 2019. PP.45 e 46.

278 Eduardo LOURENÇO, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Grádiva, 6ª Edição, 2018. P. 147.

279 Importa salientar que, de facto, constituiu um profundo momento de fragilidade, de subalternidade, no entanto, não existiu alteração nos quadros culturais ou religiosos, na medida em que a Península Ibérica partilha de um quadro cultural comum. *Idem, ibidem*, P. 148.

280 Celebrações estas, das quais devem ser deixadas as notas de que Antero de Quental e Oliveira Martins se distanciaram na medida em que não concordaram com a apropriação partidária do épico Português, por parte dos Republicanos, e porque o Camões que se exaltava não poderia conferir identidade a um Portugal que consideravam decadente. Para Oliveira Martins, *Os Lusíadas* constituíam “um memorial” do que tinha sido Portugal, não poderiam salvar o país da decadência sentida, representavam apenas uma “prova póstuma da nacionalidade”. Eduardo LOURENÇO, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Grádiva, 6ª Edição, 2018. PP. 150 e 151.

281 Eduardo LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Grádiva, 15ª Edição, 2019. P. 27.

282 Eduardo LOURENÇO, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Grádiva, 6ª Edição, 2018. P. 19.

Durante essas seis décadas, a crença no milagre do regresso de D. Sebastião foi cultivada no imaginário Português. O sebastianismo apresenta-se, portanto, como um irrealismo onde, segundo Eduardo Lourenço, “(...) a raiz de toda a esperança, era o termos sido”. Com isto quer-se dizer que a esperança de glórias futuras estava no sonho do que tinha sido o passado, entendido como glorioso, e na obra mestra portuguesa que conferia nacionalidade, identidade, mas, acima de tudo o resto, que permitia aos portugueses verem-se como superiores. O sentimento que outrora justificava a existência nacional através do divino foi, então, suplantado por uma crença no futuro assente no que tinha sido o passado português, o passado anterior à morte de D. Sebastião e à aurora descobridora²⁸³. Em Alcácer-Quibir quem morre, ou desaparece, não é apenas um rei jovem, mas sim Portugal enquanto reino. É aqui que reside o valor simbólico que afetará a mentalidade portuguesa desde esse momento. O sebastianismo é mais do que a crença da vinda do desejado, consiste na “imagem e contradiscurso de um povo que tinha perdido, com a sua independência política, a sua identidade”²⁸⁴.

Falar das imagens portuguesas e da identidade portuguesa significa também compreender o século XIX. Após a Revolução Francesa o cidadão é dotado de Direitos Universais e “torna-se responsável pelo destino e pela figura dessa nova entidade, a nação”²⁸⁵. Os escritores vão sentir-se enquanto “messias de destinos pátrios”²⁸⁶. Para Eduardo Lourenço, o primeiro homem que em Portugal assim se entendeu foi Garrett, ao encetar um “processo de autognose de Portugal”, através da sua obra *Camões*, que terminará com Fernando Pessoa em a *Mensagem*. Tanto nesta última obra como em *Os Lusíadas* conseguimos observar “a trama inteira do percurso nacional enquanto aventura rematada por desastres de essência redentora, na memória que os evoca ou de messianismo que dele se alimenta”²⁸⁷.

O século XIX arrancou com as invasões francesas, a viagem da família real para o Brasil, a constituição do novo centro político do reino e a administração britânica na metrópole. Esta situação despoleta a lembrança da perda de independência, bem como uma preocupação para com o futuro. Eduardo Lourenço lembra o *Frei Luís de Sousa* de Garrett para analisar a obra e o autor da seguinte forma: “o drama de Garrett é fundamentalmente a teorização de Portugal como povo que já só tem ser imaginário”. Em *Frei Luís de Sousa* quando o Romeiro se define enquanto “ninguém”, este ninguém não é somente D. João de Portugal, mas sim a própria pátria. Nesta obra encontramos presente uma “natureza histórico-política ou, se se prefere, simbólico-patriota”²⁸⁸.

Durante o XIX persiste uma tentativa, ou obsessão, em repor Portugal, os homens de oitocentos pretendiam, através das suas obras, “regenerar” Portugal”. Garrett e Herculano constituem a primeira fase dessa reposição e isso trona-se patente ao olhar para os heróis das suas histórias que partilham todos do sentimento patriótico²⁸⁹. Desta regeneração, que estes homens foram pioneiros, o primeiro dado a ter em conta é a refundação do imaginário cultural Português. Pela primeira vez, com Almeida Garrett e Alexandre Herculano, o imaginário português foi reestruturado e problematizado, não sobre a forma tradicional do catolicismo, mas sim em termos profanos²⁹⁰. Almeida Garrett fá-lo através de *Camões*. A partir dele, *Camões*

283 Eduardo LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Grádiva, 15ª Edição, 2019. P. 28.

284 Eduardo LOURENÇO, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Grádiva, 6ª Edição, 2018. PP. 134 a 136

285 Eduardo LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Grádiva, 15ª Edição, 2019. PP. 82 e 83.

286 *Idem, Ibidem*, P. 83.

287 *Idem, ibidem*, P. 84.

288 *Idem, ibidem*, P. 86.

289 *Idem, ibidem*, PP. 87 e 88.

290 Eduardo LOURENÇO, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Grádiva, 6ª Edição, 2018. PP. 27 a 32.

torna-se o símbolo identitário por excelência de Portugal, Garrett encontra em Camões um D. Sebastião, representa a memória e apresenta-se enquanto um símbolo do que foi Portugal. O passado, que se evoca a partir de Camões, ao contrário do sebastianismo, não é apreendido segundo um sentimento messiânico, mas sim de saudade.²⁹¹

Com a Geração de 70 é exacerbado um espírito de desconfiança e de decadência, tendo como momento de maior explosão as Conferências do Casino, onde não se questionam apenas a realidade portuguesa, realidade política e histórica, mas sim, e mais importante em termos de mentalidade, a “totalidade do seu ser histórico-cultural”²⁹². Este sentimento de decadência é fruto do sentimento de atraso de Portugal face à Europa. Assim, estes homens pretendiam a reposição de Portugal no rumo do progresso europeu.

Este processo ocorreu de forma tão violenta que, para Eduardo Lourenço as Conferências do Casino representaram um “parricídio”²⁹³. As Causas da Decadência Nacional são talvez o que de maior e melhor identifica a Geração de 70.²⁹⁴ As posições de Antero de Quental assumiram uma “natureza de acto cultural, assumidamente subversor do discurso explícito ou implícito que os portugueses tinham de acerca de si mesmos, do seu papel na história universal e do próprio Portugal como história”²⁹⁵. O grande objectivo da Geração de 70 consistia na Europeização de Portugal, troná-lo mais próximo dos centros civilizados da Europa, como Paris. No entanto apenas conseguiu submergir o país, num sentimento profundo de decadência, por nunca concretizarem essa aproximação aos centros europeus²⁹⁶.

Aprofundando o sentimento de fragilidade, o *Ultimatum* Britânico representará o “traumatismo-resumo” desse século²⁹⁷. Mais do que o plano político, este momento feriu o pano cultural e simbólico de Portugal. Foi a confirmação da subalternidade do país e de que este pouco valia em termos europeus. Como resposta, Portugal volta-se para as possessões em África e nelas se fecha até 1974²⁹⁸.

Durante século XIX, principalmente com a Geração de 70, o *ser* português e a identidade nacional foram problematizados. No século XX, mais propriamente durante a vigência do Estado Novo, as imagens nacionais e a identidade foram utilizadas de forma a cumprir objectivos e ditames específicos. O regime pretendeu a criação de uma nova narrativa em torno da identidade nacional, utilizando, para esse efeito, as imagens que identificavam e simbolizavam Portugal. O sucesso desta operação deve-se ao facto de o regime não actuar somente no pano ideológico, mas também, e principalmente, no pano cultural, o que originou a inculcação da narrativa do regime no imaginário colectivo e a impossibilidade de contrapor outras imagens ou contra-memórias.²⁹⁹ Tendo constituído “a mais grandiosa e sistemática exploração do fervor nacionalista de um povo que precisava dele como pão para a boca”³⁰⁰. Por outras palavras, o nacionalismo constituiu para o regime uma forma de afirmação e manutenção do poder. Portugal, sob um sentimento de uma realidade diminuída face ao seu passado glorioso, via nesta afirmação nacionalista a

291 A salientar que Almeida Garrett incorpora a saudade imaginário português. *Idem, ibidem*, P. 32.

292 Eduardo LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Grádiva, 15ª Edição, 2019. PP. 89 e 90.

293 *Idem, ibidem*, PP. 90 a 92.

294 Eduardo LOURENÇO, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Grádiva, 6ª Edição, 2018. PP. 38 e 39.

295 *Idem, ibidem*, P. 39.

296 *Idem, ibidem*, P. 46.

297 Eduardo LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Grádiva, 15ª Edição, 2019. P.87.

298 Eduardo LOURENÇO, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Grádiva, 6ª Edição, 2018. P.56.

299 Sendo esta operação cultural uma das bases da manutenção do próprio regime. Eduardo LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Grádiva, 15ª Edição, 2019. P.34.

300 *Idem, ibidem*, P. 34.

sua razão e justificação para o futuro. Ao mesmo tempo que afirma o nacionalismo como uma sólida base de apoio, afasta o patriotismo republicano que, apesar da sua importância no XIX, se mostrou incapaz de se apresentar enquanto ideologia válida nos inícios do XX.³⁰¹

Para Eduardo Lourenço, Salazar conheceu bem o povo que governou. Quando este afirma que é “pobre filho de pobres”, não escolhe as palavras ao acaso, mas antes, utiliza-as de modo a aproximar-se das massas, a ir ao encontro da identidade nacional que, neste caso, se encontra na assunção de uma humildade que caracterizava Portugal³⁰². Congregando a exaltação nacionalista que faria de imagens e momentos do passado com a inculcação dos seus ditames, construiu um regime “cultivando e impondo como ideal cultural uma exaltação mitificada do nosso passado”³⁰³.

Com o fim do Estado Novo cai o império. O fim deste, que consistiu no último *Traumatismo* identificado por Eduardo Lourenço, seria o momento ideal para Portugal e os Portugueses repensarem o que eram efectivamente, o que representavam, qual o seu destino, bem como na sua imagem e identidade. Seria, portanto, um momento de confrontação entre a forma como se viam e a sua realidade³⁰⁴, repensar a efectiva presença portuguesa, o rectângulo ibérico. Contudo, a momento histórico que constituiu o final do império foi vivido de forma acelerada, sem tempo para profunda e necessária reflexão apontada por Eduardo Lourenço³⁰⁵.

Apesar do 25 de Abril ter realizado uma ruptura com passado, ter alterado política e socialmente Portugal, a revolução não se conseguiu desligar da velha cultura de cariz imperial. Tal ruptura nunca poderia ocorrer na medida em que os Descobrimentos são uma das matrizes identitárias portuguesas³⁰⁶. O novo regime político teve necessidade de encontrar novas narrativas em torno da identidade nacional. No entanto, a nova mitologia adopta também um carácter nacionalista, mas numa vertente revolucionária e democrática (o que aproximou Portugal das democracias ocidentais e o afastou das sociedades tidas como arcaicas)³⁰⁷. O 25 de Abril, ao constituir esta imagem, rompeu com a visão pacífica, de povo “amorfo” que o Salazarismo criou, cortou com a mitologia afirmada pelo anterior regime e com o irrealismo em que, segundo Eduardo Lourenço, este mergulhou Portugal³⁰⁸. Surgiu, portanto, a necessidade de uma contra-imagem que aproximasse os portugueses da sua realidade, no entanto, esta contra-imagem revolucionária, operou-se em termos análogos à do anterior regime. Enquanto o Estado Novo inculcou uma imagem positiva de Portugal de país perfeito, um “oásis de paz”³⁰⁹, o espírito revolucionário do 25 de Abril transmite a imagem de um país revolucionário exemplar³¹⁰. A rápida descolonização corrobora a nova imagem positiva, de povo democrático à maneira ocidental, que se construiu com Abril.

Com a acção descolonizadora da Revolução de 1974, foi posto termo ao Império, o que, segundo Eduardo Lourenço, representou um “traumatismo profundo” comparável à perda da independência³¹¹. A derrocada de um império que durou cerca de quinhentos anos, um império que era tido como afirmação da existência portuguesa e que fazia parte da “imagem corporal, ética e metafísica de portugueses, acabou sem drama”³¹². Para Eduardo Lourenço, além da discussão dos retornados e de como se fazer a descolonização, o

301 *Idem, ibidem*, P. 34.

302 *Idem, ibidem*, PP. 58 e 59.

303 *Idem, ibidem*, P. 59.

304 *Idem, ibidem*, P. 11.

305 *Idem, ibidem*, P. 66.

306 *Idem, Ibidem*, P. 12.

307 *Idem, Ibidem*, PP. 49 e 50.

308 *Idem, Ibidem*, P. 60.

309 Expressão de Marcello Caetano, citado por Eduardo Lourenço. *Idem, Ibidem*, P.66

310 *Idem, Ibidem*, P. 61.

311 *Idem, Ibidem*, P. 46.

312 *Idem, Ibidem*, P. 47.

drama não existiu na medida em que não existiu um repensamento profundo sobre a mentalidade nacional. Mentalidade que se alterara no imediato, pois se as elites até 24 de Abril defendiam as colónias portuguesas, as novas elites do 25 de Abril abandonaram as suas possessões Africanas³¹³. Para Eduardo Lourenço, o fim do ciclo histórico não surgiu através de uma consciencialização colectiva, mas antes através da chegada dos retornados³¹⁴.

Deveremos ainda recordar a citação que abre este capítulo “Nenhum povo pode viver em harmonia consigo mesmo sem uma imagem positiva de si”³¹⁵. Os Portugueses, enquanto povo, foram vivendo, criando, readaptando as imagens e os símbolos de forma a poderem ver-se positivamente. No entanto, algo que Eduardo Lourenço critica³¹⁶ veemente é o irrealismo que se associa às imagens nacionais, defendendo que Portugal só se encontrará consigo mesmo quando olhar menos para o exterior e se afirmar a partir do que realmente representa. O assumir a modéstia, a fragilidade, mas sem entrar numa imagem irrealista de povo fraco, mas conquistador, ou no exagero decadentista.³¹⁷

Da mesma forma, Eduardo Lourenço afirma que os povos carregam desde sempre um destino e uma “promessa de duração eterna”³¹⁸. Neste âmbito, no século XIX já não se discutia a existência nacional, ou melhor, a sua independência, mas sim, uma outra temática: a decadência nacional. As preocupações não residiam já no “estado de Portugal”, “nas suas desgraças ou catástrofes políticas”, mas antes na sua existência. Perante a decadência assinalada, Portugal adopta o comportamento de se mascarar através de imagens irrealistas. Em África tenta uma nova era, tenta compensar a perda do Brasil. No entanto, tais tentativas acabam por sair goradas com aquilo a que Eduardo Lourenço chama de “traumatismo-resumo de um século de existência traumatizada”, ou seja, o *Ultimatum* britânico³¹⁹. Este século *traumatizado* começou logo por sê-lo em 1807 com as invasões francesas e consequente fuga da família real para o Brasil; com a administração britânica que lhe seguiu; e ainda com as guerras entre liberais e absolutistas. Com as críticas sociais levadas a cabo pela Geração de 70, a impotência nacional face à “Europa Civilizada” e, principalmente, ao Reino Unido, no final do século XIX assiste-se ao nascimento de um misticismo nacionalista, que terá mais tarde com o saudosismo uma “tradução poético-ideológica (...) que representa a mais profunda e sublime metamorfose da nossa realidade vivida e concebida como irreal”³²⁰.

No que toca à problematização de Portugal, ao entender a sua história e a sua mitologia, o século XX pode ser dividido em três regimes que viu nascer. A república construiu uma mitologia assente em valores laicos, citadinos e patrióticos, serve-se do patriotismo para recuperar o destino colectivo de Portugal que se encontrava “confiscado (...) pela Casa de Bragança”. A República nasceu imbuída de um sentimento de que em 1910 “pela segunda vez (a primeira fora em 1820) os portugueses tivessem uma Pátria”³²¹. Quanto ao Estado Novo, este abandonou o patriotismo republicano a favor do nacionalismo. Nacionalismo que constituiu a matriz ideológica do regime e cuja inculcação na identidade colectiva se tornou determinante para à manutenção do regime.³²²

313 *Idem, Ibidem*, P. 47.

314 *Idem, Ibidem*, P. 49.

315 *Idem, Ibidem*, P. 64.

316 Seja em *O Labirinto da Saudade*, em *Mitologia da Saudade*, ou ainda sobre nas ortodoxias das suas *Heterodoxia*.

317 *Idem, Ibidem*, PP. 51 a 53.

318 Eduardo LOURENÇO, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Grádiva, 6ª Edição, 2018. P. 9.

319 Eduardo LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Grádiva, 15ª Edição, 2019. P. 30.

320 *Idem, Ibidem*, P. 31.

321 *Idem, ibidem*, P. 31; Eduardo LOURENÇO, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Grádiva, 6ª Edição, 2018. P. 62 e 63.

322 Eduardo LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Grádiva, 15ª Edição, 2019. P. 32.

Teixeira de Pascoaes e Fernando Pessoa simbolizam um momento importante na construção do imaginário português, na medida em que o primeiro recentra a saudade de no imaginário nacional, enquanto o segundo refunda, ou tenta refundar, o destino nacional³²³. Teixeira de Pascoaes transporta, segundo Eduardo Lourenço, a Pátria para uma outra dimensão ao introduzir a “Pátria-saudade”, bem como a ideia de que “o futuro é a aurora do passado”. É precisamente através desse futuro “que Pascoaes mitifica a pátria”³²⁴. Segundo Eduardo Lourenço, para Pascoais a importância do império residia na imagem positiva que este conferia aos portugueses³²⁵.

Para Eduardo Lourenço, quando Fernando Pessoa se anunciou enquanto o Supra-Camões, pretende “resgatar o subconsciente nacional não tanto de históricos e acidentais complexos de dependência, mas de si mesmo”³²⁶. Afastando-se do patriotismo de Camões e da saudade de Pascoaes, a universalidade de Fernando Pessoa, o não ser nada, mas ter em si “todos os sonhos do mundo”, é, talvez, segundo Eduardo Lourenço, a melhor expressão do seu *ser português*. Ao mesmo tempo que os Portugueses sentem que “não são nada” têm todos os sonhos, sonhos que vão ao encontro do passado imperial tão apregoadado e desejado³²⁷.

O lugar português é muito superior ao que lhe estava destinado à nascença³²⁸. Sentindo-se como universal, Portugal não conhece fronteiras pois todo o mundo é a sua casa. Espera a vinda de um D. Sebastião que lhe restitua a “sua vida passada”, fazendo da saudade a sua maneira de viver. Neste campo, Eduardo Lourenço refere três sentimentos profundamente associados aos portugueses: saudade, melancolia e nostalgia. Quando se olha para o passado segundo, ou emerso, em sentimentos nostálgicos ou saudosos, não se lembram apenas momentos, mas sim “Inventam-no como ficção”³²⁹. Portugal torna-se na terra da saudade, da saudade de um passado que se quer reviver, torna-se num símbolo identitário de Portugal, que apenas nesse país encontra expressão, e de forma tão profunda³³⁰.

Por se constituir um povo saudoso, o messianismo encontra, igualmente, uma forte expressão em Portugal e nos portugueses. No século XX houve quem encontrasse um novo D. Sebastião em vários momentos: Salazar, enquanto “salvador da Pátria”, a República que, como já foi referido, foi tida como uma regeneração, ou até mesmo na morte de Sidónio³³¹. O Estado Novo pretendeu reformular todo o imaginário e identidade nacional. Desde logo afirmou-se como país colonizador, imperial. Como exemplo, para além do colonialismo africano, uma das maiores exposições realizadas em Portugal: a Exposição do Mundo Português de 1840.

A questão imperial constituiu, como temos vindo a demonstrar, um dos traços identitários portugueses. Como sabemos, o regime democrático teve alguma dificuldade em comunicar esta identidade, dada a exploração sistemática do Estado Novo. Neste contexto, o regime democrático encontrou na diáspora uma afirmação desta simbologia nacional, identificando o 10 de Junho enquanto dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portugueses³³².

323 *Idem, Ibidem*, P. 81.

324 *Idem, Ibidem*, P. 102.

325 *Idem, Ibidem*, P. 102.

326 *Idem, Ibidem*, PP. 106 e 107.

327 Eduardo LOURENÇO, *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Grádiva, 6ª Edição, 2018. P.90.

328 “O seu lugar não se situa no mapa. E muito menos se circunscreve ao pequeno rectângulo à beira do Atlântico”. *Idem, ibidem*, P. 90.

329 *Idem, ibidem*, P. 92.

330 *Idem, ibidem*, P. 103.

331 *Idem, ibidem*, P. 65.

332 Em 1977 ocorreu na Guarda a primeira celebração, após o 25 de Abril, do 10 de Junho. A imagem nacional ao invés de transmitir um passado colonizador, coloca a simbologia do império num Portugal emigrante, o “português-emigrante”.

Quase 46 anos volvidos da revolução de Abril, qual é a imagem que os portugueses têm de Portugal? o misticismo do Estado Novo desapareceu por completo do imaginário colectivo? Se por um lado, em determinados aspectos, Portugal continua associado a uma visão nacionalista e apoteótica, por outro correntes contrárias pretendem uma ruptura com esta visão. O 25 de Abril representa um passado bastante presente, não sendo possível, por isso, uma alteração profunda das mentalidades em torno da questão identitária³³³.

O passado não deve ser lido à luz dos parâmetros contemporâneos, como não deve ser lido de forma apoteótica ou desastrosa. Antes, deve e pode ser visto segundo um espírito crítico que o analise tal e qual como é. Apesar de, como afirma Nora, a sociedade contemporânea ser marcada por uma aceleração, não existe ainda o distanciamento suficiente para um repensamento profundo como almeja Eduardo Lourenço.

As imagens, os símbolos, a identidade, o foco do estudo de Eduardo Lourenço, são aquilo que compõem o Panteão Nacional. Este não é um lugar meramente físico, mas antes simbólico. Em primeiro lugar porque as duas primeiras figuras que nele foram panteonizadas representam simbolicamente o núcleo central da identidade Nacional: os Descobrimentos. Luís de Camões e Vasco da Gama representam não apenas a aventura marítima, como também outros aspectos que Eduardo Lourenço afirma a estrutura identitária de Portugal. Representam a recusa de Portugal se constituir enquanto uma pequena nação, tal como os descobrimentos actuam no plano mental, estes dois *Grandes Homens* representam um sentimento compensatório, conferindo aos portugueses a imagem positiva que estes necessitam para se viverem enquanto povo. Nomeadamente, Luís de Camões representa ainda o espírito de sobrevivência, uma superioridade moral na medida em que é o criador de uma das maiores heranças, um dos maiores patrimónios identitários de Portugal: *Os Lusíadas*. O Panteão, enquanto lugar de memória, representa todas estas identidades, como também representa as releituras, não apenas as que o épico foi sofrendo ao longo dos períodos históricos, mas também as releituras do próprio *Altar cívico da pátria*. Como todo o património, o Panteão é uma construção social do Homem que, desde 1836 até aos nossos dias, tem sofrido releituras e actualizações identitárias. Se quando nasce tem o propósito de representar uma identidade liberal (relembramos que as honras, com excepções como a de Camões, apenas deveriam recair para homens falecidos após 1820), ganha uma dimensão republicana em 1880, é explorado de uma forma nacionalista pelo Estado Novo, e por fim representa em Democracia, essencialmente, a identidade do regime saído do 25 de Abril de 1974. Foi precisamente no Estado Novo que as imagens e símbolos nacionais, que a identidade nacional foi mais fervorosamente explorada. O fascismo viu nesta uma forma de afirmação e manutenção. Camões foi o *Grande Homem* português que, para além todas as leituras de que foi alvo, mais explorado foi durante o Estado Novo. Todos os regimes necessitam de activações simbólicas e identitárias. A maior conclusão que retiramos da análise do pensamento de Eduardo Lourenço reside no facto de a verdadeira imagem nacional apenas pode ser alcançada quando o país se libertar de todas as amarras irrealistas e refluir para si mesmo, quando repensar em profundidade o que significa Portugal. Neste contexto, este repensamento profundo que o próprio Eduardo Lourenço afirma ser essencial, acreditamos que o Património pode constituir uma forma de activação repensamento, na medida em que, e relembramos as definições de Prats e Choay, o património consiste numa construção social do Homem, numa selecção consciente da herança do passado. Enquanto lugar da memória nacional, o Panteão constitui, também ele, a activação de uma narrativa, ou narrativas, assente em visões identitárias.

Este primeiro 10 de Junho em Democracia não apenas releu a imagem e simbologia nacional, como o facto de ter ocorrido na Guarda, numa “cidade fronteira”, simbolizou a afirmação de uma independência nacional. Eduardo LOURENÇO, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Grádiva, 15ª Edição, 2019. PP. 119, 124 e 125.

333 Como exemplo do supra enunciado, surge a tentativa de criação de um museu das descobertas, ou da estátua do Padre António Vieira. Os apoiantes e os opositores a estes exemplos envolveram-se em tais discussões que as conclusões ficam em terra de ninguém. A única conclusão retirada é que não existe um consenso relativamente a estas questões.

Capítulo V

O Panteão e os Grandes Homens: um Património Identitário Português.

Memória e identidade são dois conceitos que constituem a essência do Património. Estes conceitos caracterizam e constituem o património na medida em que é a partir destes que o Homem, conscientemente e colectivamente, selecciona uma herança do passado e a define enquanto património. Quando reflectimos sobre a temática da identidade, abrimos o capítulo dedicado ao pensamento de Eduardo Lourenço com a seguinte citação: “*Nenhum povo pode viver em harmonia consigo mesmo sem uma imagem positiva de si*”. Esta imagem positiva que o povo guarda de si mesmo encontramos-la no Património, que é um escudo, uma defesa, para a valorização e salvaguarda da essência de uma comunidade, de um país: a sua Identidade. Esta perspectiva é corroborada pela aceleração da sociedade contemporânea, que activa esta imagem positiva através da salvaguarda e protecção patrimonial. Protecção que ocorre em vários níveis, nomeadamente através de mecanismos criados pelo Homem, como Cartas e Convenções patrimoniais, ou ainda legislações nacionais de protecção e salvaguarda patrimonial. Documentos que assumem uma forte componente de salvaguarda e variolização patrimonial, seja na sua envolvimento com o espaço onde se insere, na valorização do seu legado histórico, na interdisciplinaridade do seu estudo, na consciencialização da população, na sua protecção e transmissão às gerações futuras, assumindo ainda o património enquanto factor determinante para um desenvolvimento sustentável, na medida que este representa e transmite valores como a Identidade e a Memória colectiva das sociedades a que pertence. No fundo, o Património é menos uma mera herança que relembra momentos passados, épocas históricas, é antes algo que, quando verdadeiramente activado, estabelece uma ligação de apego com o ser humano na medida em que se constitui enquanto a raiz da sua existência, por formar e afirmar a identidade do próprio Homem.

O Património estabelece uma relação simbólica com o ser humano, causando neste, através dos seus vínculos identitários, sentimentos de apego e pertença a um passado comum. No entanto, por se constituir enquanto uma construção social pode ser, e é, alvo de manipulações. Independentemente de épocas históricas, ou regimes políticos, verifica-se uma constante sujeição do Património aos actores políticos e às mensagens que estes pretendem inculcar no imaginário colectivo. Neste contexto, observamos a existência de um património identitário que foi relido consoante os diferentes regimes políticos existentes desde o século XIX: os Descobrimentos. A título de exemplo que explana estas releituras, observam-se Grande Exposição do Mundo Português de 1940, onde o Estado Novo se apropria da memória do império para afirmar as suas opções políticas, de Estado Colonialista, Universal, e com isso fortalecer a imagem do regime; ou a Exposição Mundial de 1998 (EXPO 98): Os Oceanos um Património para o Futuro, onde se comemoram os 500 anos dos Descobrimentos e se afirmam os Oceanos enquanto Património de Futuro. Em ambas as exposições assistimos, não apenas à apropriação do Património como forma de afirmação de imagens nacionais e políticas, mas também, e principalmente, à leitura do mesmo património, com objectivos idênticos, mas com ideologias antagónicas. Estas narrativas e releituras ocorrem, não apenas por o património constituir construção social do Homem, ou uma selecção consciente da herança do passado, mas também por se encontrar sujeito a pressões por parte de grupos sociais, culturais e políticos dominantes em cada época e que, por vezes, originam a criação de novas realidades. Em suma o património encontra-se sempre sujeito a recontextualizações que permitam inculcar os valores dos grupos sociais/políticos dominantes³³⁴.

334 E vejam os exemplos do Paço dos Duques de Bragança, do Castelo de São Jorge, do Padrão dos Descobrimentos, entre outros, que de maneiras diferentes servem para afirmar a Identidade Nacional, mais precisamente a identidade nacional que o Regime do Estado Novo pretendia.

A Identidade e a Memória constituem a principal matriz da existência e preservação patrimonial. A memória afigura-se importante por permitir a construção uma cadeia evolutiva do passado até ao presente. Passado este que é seleccionado e reinterpretado segundo os preceitos das diferentes épocas, tornando-se, após esta selecção, em memória colectiva. Como verificamos, a tese da *memória colectiva*, defendida por Maurice Halbwachs, afirma que o ser humano em colectivo consegue visitar o passado e através dele construir uma memória transversal, uma memória colectiva. O Património constitui essa Memória Colectiva, na medida em que permite ao ser humano visitar esse passado e construir a cadeia evolutiva até ao presente. No entanto, e apesar de concordarmos que o património é ele mesmo uma memória colectiva, aproximando-nos da teoria de Halbwachs, verificámos a existência de um outro conceito que nasceu por oposição ao do sociólogo francês: Memória Social. Este conceito defende que a memória (como também ocorre com a identidade e com o património) não é algo estático, mas antes dinâmica, que se vai construindo e adaptando ao longo dos tempos. Quando observávamos o dinamismo social e alteração dos valores sociais, o próprio património é também alvo dos julgamentos consequentes deste dinamismo e da memória que este representa³³⁵. Ainda no seguimento deste pensamento, abordamos a tese “presentista” que observa a instrumentalização da memória por parte da comunicação social, do ensino, dos monumentos. Apresentando-se, no entanto, como redutora na medida em que foca excessivamente a fragilidade da memória ao poder e a forma de como este a utiliza condiciona. Verificamos que esta tese não poderia coexistir com os regimes democráticos, na medida em que estes se caracterizam por uma fluidez social e porque nestes regimes não é possível a existência de uma única verdade, não sendo possível um controlo total pelos grupos de poder. O património, a memória e a identidade são por diversas vezes manipulados de forma a conduzir a sociedade para o rumo que os grupos de poder pretendem imprimir³³⁶.

Um outro conceito abordado quando estudámos a memória, foi o conceito de *Memória Histórica*. Esta tipologia não se enquadra nos grupos sociais, mas antes nos agentes de poder que, através de uma selecção, identificam os momentos a memorar. Esta vertente de memória responde às necessidades da população através dos lugares da memória que encerram em si uma identidade colectiva. O Panteão Nacional constitui um exemplo de memória histórica: a panteonização de *Grandes Homens* representa uma selecção consciente do homem de símbolos identitários que definem uma *memória histórica*. Assim ocorreu quando a monarquia, por meio dos republicanos, panteonizou Luís de Camões, assim ocorreu quando o Estado Novo panteonizou Óscar Carmona, ou quando a Democracia Panteonizou Humberto Delgado e Sophia de Mello Breyner Andresen

Por último, referimos ainda o conceito de *contra-memória* que se baseia no dinamismo da memória, bem como na não existência da verdade absoluta. Denota a existência de uma base verdadeira, mas as leituras que fazem do momento original podem variar. Este conceito aplica-se, principalmente, quando se está perante uma memória que foi no passado assimilada de uma certa forma, por meio de um grupo dominante que a impôs, mas que no presente um grupo ou grupos, que tenham sido marginalizados/que eram minoritários, têm a capacidade de modificar essa mesma memória segundo uma releitura diferente. Denotamos a existência de contra-memória com o Forte de Peniche, que durante o Estado Novo constituiu uma prisão política, mas que aos dias de hoje representa antes uma memória de oposição a esse mesmo Regime³³⁷. O mesmo podemos dizer do Império ou de Camões. O Épico português foi celebrado pelos Republicanos como o expoente máximo português, mas também enquanto herói rebelde, sendo o seu estado de vida, os infortúnios, os amores e o seu espírito irrequieto uma das bases da sua produção artística, bem como a luz

335 Vejam-se as recentes reacções a estátuas (principalmente) em diversas cidades do mundo que surgiram como consequência da morte de George Floyd nos Estados Unidos da América.

336 Vejam-se os exemplos dos Grandes Centenários ou da exploração simbólica e identitária do Estado Novo.

337 É, desde 2017, *Museu Nacional. Resistência e Liberdade*.

necessária para a restauração pátria (que se dava, obviamente, através da República). Já o Estado Novo desassocia-se desta imagem rebelde, liberal do épico, assumindo-o antes enquanto expoente nacionalista, preferindo a epopeia à sua rebeldia. A democracia, dada a exploração dos símbolos nacionais, nomeadamente de Camões, pelo Estado Novo, teve dificuldades em assimilar a imagem do Épico a um novo contexto, a forma encontrada foi colocando-o como o expoente da Diáspora Portuguesa.

Denotámos a existência de *Lugares da Memória*, de espaços que constituem um fundo que permite às sociedades preservarem as suas memórias. Estes lugares constituem-se, principalmente, devido ao medo da perda de memória. Dos vários lugares da memória existentes, percebemos que o Panteão Nacional se constitui enquanto tal, na medida em que, através da evocação memorial, mantém vivos símbolos identitários da nação a que serve. Corroboramos a teoria de Pierre Nora, que defende a construção social de lugares de memória, construção que ocorre quando estes lugares ultrapassam a dimensão material e a visão histórica, ascendendo a uma dimensão imaterial/religiosa³³⁸. No entanto, e apesar de confirmarmos esta teoria, não descaramos o facto de aceleração contemporânea desvitalizar o culto e proceder a uma certa “dessimbolização” das sociedades. É neste contexto, e tendo presente que todas as sociedades necessitam de símbolos, que o património emerge como activação dos mesmos, conferindo uma revitalização histórica, salvaguardado memórias e identidades. Por se constituir enquanto lugar de memória que activa identidades e simbologias, o Panteão Nacional não representa apenas um património material, mas principalmente a transposição para uma dimensão imaterial, para a dimensão de uma religiosidade cívica. É nesta transposição que reside o capital simbólico, identitário, patrimonial do nosso objecto de estudo: os *Grandes Homens*.

O ideal de *Grande Homem*, ou seja, o estatuto que é atribuído às figuras detentoras de honras de panteão, adquire com a revolução francesa uma nova concepção. O nascimento, a ordem social, a ascendência divina, a justificação providencial, estes factores que tão fortemente marcavam o Antigo Regime, foram relegados em prol de uma democratização do culto cívico, que passou a considerar a meritocracia enquanto núcleo da nova sacralidade cívica. O ideal de *Grande Homem* é, igualmente, sinónimo de democraticidade, isto porque ao não olhar a questões de berço/extractos sociais permite que todos possam ser cultuados/ eleitos para a “república de virtudes”³³⁹. O *Grande Homem* distingue-se ainda do herói, pois, como verificámos, este representa um instante, um momento importante, ao passo que o *Grande Homem* representa uma evolução, uma constante de acontecimentos e feitos que desenvolve ao longo da sua vida em prol da utilidade e do bem comum.

Como tivemos oportunidade de verificar, é no Portugal de Oitocentos que se instituiu, pela primeira vez, o Panteão Nacional. É decretado em 1836 por Passos Manuel, em 1880 assistimos às duas primeiras panteonizações de *Grandes Homens*. No século questões como o heroísmo e a identidade nacional³⁴⁰ foram profundamente reflectidas, como observámos em Oliveira Martins que acreditava numa superioridade do génio peninsular, ou em Eça de Queiroz que, em linha com o que temos vindo a afirmar em relação à elevação de religiosidade cívica, afirma que o Grande Homem, através dos seus feitos causa uma admiração no corpo social que o faz ascender, justamente, a esse nível religioso. Os Grandes Homens cumprem, ou ajudam a cumprir, uma visão pedagógica em torno da nação. Exacerbando os seus feitos e virtualidades, e silenciando alguns dos seus defeitos, o culto destas individualidades serve como forma de promoção e glorificação pátria, tendo, principalmente no século XIX, o fito do progresso civilizacional. Assim não é de

338 Pierre NORA, *Ob. Cit.*, P. XX.

339 Ver pág. 49 da presente dissertação.

340 Relembramos tudo aquilo que abordámos quando falámos na Contextualização histórica do *Panteão Liberal Português*, mas também quando abordámos a questão dos *Grandes Homens* e dos símbolos identitários.

estranhar, como já verificámos, que para homens como Oliveira Martins, os heróis nacionais representam virtudes colectivas e, através desta, activam um sentimento identitário, o mesmo é dizer que os *Grandes Homens* são capazes de construir uma imagem positiva para que o povo a quem servem se possa sentir, ver e viver, de forma harmoniosa.

Durante o século XIX existem duas teorias no que respeita à concepção dos *Grandes Homens*. A primeira defende que estes surgem na sequência de momentos de caos (como aconteceu, para alguns dos seus defensores, com a figura do Marquês de Pombal, que emergiu após o terramoto de 1755). A segunda teoria, a Evolucionista, considera os *Grandes Homens* enquanto produto de uma evolução, isto é, fruto de uma evolução histórica que permite a sua ascensão. Segundo esta perspectiva, não são os *Grandes Homens* os responsáveis pelo progresso civilizacional, mas antes este pelos *Grandes Homens* que ascendem a este estatuto por conseguirem ler essa cadeia evolutiva e, através dos seus feitos exemplares, contribuir para essa evolução. Em contraponto da tese evolucionista, encontrava-se a providencialista que considerava os *Grandes Homens* enquanto produto divino.

5.1 - De 1836 à actualidade, um percurso simbólico

Denotamos a existência de cinco momentos³⁴¹ de elevada importância no percurso do Panteão em Portugal: 1º com o decreto de 1836 que institucionaliza o Panteão Nacional, ainda que sem espaço físico definido (ficando a faltar a escolha de uma igreja para o receber); 2º quando, no contexto das comemorações Camonianas em 1880, ocorrem as duas primeiras panteonizações – Luís de Camões e Vasco da Gama; 3º em 1916 quando a I República dedica, através de decreto, Santa Engrácia enquanto Panteão Nacional; 4º 1966 quando o Estado Novo termina as Obras de Santa Engrácia e o templo se torna Panteão Nacional; 5º A Revolução e o Pós-25 de Abril com todas as actualizações em torno do Panteão Nacional. Em suma, acontecimentos variados que ocorrerem nos múltiplos regimes desde o início do Século XIX até aos dias de hoje.

Como sabemos, e tivemos oportunidade de reflectir aquando do estudo da contextualização histórica dos Panteões em Portugal, embora o Panteão tenha sido decretado em 1836, a sua efectiva constituição apenas ocorreu anos mais tarde, ou mesmo um século depois conforme a perspectiva. Podemos afirmar que o Panteão Nacional tem entre duas a três datas de fundação: 1836, 1880 e 1966. 1836 com o Decreto de Passos Manuel; 1880 como o ano chave para o nascimento do Panteão, na medida em que é nesta data que ocorreram as duas primeiras panteonizações; ou podemos considerar somente 1966, uma vez que é efectivamente neste momento que se dedica um templo enquanto Panteão Nacional. No entanto, acreditamos que o efectivo nascimento ocorreu em 1880. Defendemos a data das comemorações Camonianas na medida em que é com a dupla panteonização que se assiste ao surgimento de um Panteão Nacional na sua acepção moderna (ou seja, segundo o modelo saído da Revolução Francesa). Embora nem a Igreja, nem o Mosteiro de Santa Maria de Belém estivessem dedicados a acolher o “altar cívico da pátria”, como denominado por Fernando Catroga, nesse momento assiste-se ao nascimento de um Panteão destinado a acolher os *Grandes Homens* Portugueses. Neste contexto, importa referir que em 2016 é-lhe reconhecido, através uma alteração à lei que *define e regula as honras do Panteão Nacional*, o estatuto de Panteão Nacional. Isto significa, como nos refere a lei, que, apesar de o Panteão se encontrar instalado na Igreja de Santa Engrácia, a dedicação Mosteiro de Belém a templo de *Grandes Homens*³⁴². Tais escolhas, quer em

341 Não são todos os momentos de importância, mas sim aqueles que, dentro desses, mais se destacam.

342 LEI n.º 14/2016 Segunda alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de Novembro, que define e regula as honras do Panteão Nacional, e quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro. Diário da República. I Série — N.º 111 (9/06/

1880, quer em 2016, não são estranhas, ou inusitadas, na medida em que, apesar de templo católico (como expressa a lei de 2016 que o atribui o estatuto de Panteão Nacional sem prejuízo do seu culto religioso), Santa Maria de Belém constitui um templo de religiosidade cívica, laica. Afirmar-se enquanto lugar de memória através da sua transposição de um monumento material, para um monumento imaterial, inserindo-se no Património Identitário Português.

Em nosso entender, a questão identitária corresponde à matriz do Panteão Nacional. Este destina-se a acolher e a cultuar aqueles que são considerados enquanto *Grandes Homens*. Para se considerar alguém enquanto tal, e não recaindo ainda sobre as várias teorias que enformam este conceito, é unanimemente aceite³⁴³ que a acção destas individualidades contribuiu para o enaltecimento das suas sociedades. Através das suas acções, essas individualidades tornaram-se símbolos nacionais, o que lhes conferiu o estatuto de Grande Homem e confirmou a relevância que adquiriam ao longo da sua vida. Esta confirmação e ascensão ao “altar cívico da Pátria” representa a assunção destas personalidades enquanto Património Identitário³⁴⁴. O Panteão, através das suas personalidades, assume-se enquanto espaço simbólico de catarse colectiva perante os *Grandes Homens*.

O século XX português assistiu à queda da Monarquia, à Implantação da República, ao surgimento do Fascismo e, por fim, a um regime Democrático. Perante esta sucessão de alterações, que não ocorreu apenas no plano político, mas também no plano social, as ideias que nortearam o Panteão Nacional são, obviamente, distintas entre todos os regimes políticos, especialmente no que diz respeito ao Estado Novo e à Democracia. O regime democrático teve, e tem, dificuldade na associação e exaltação dos símbolos e da memória colectiva nacional, dado que o Estado Novo explorou profundamente a simbologia nacional, a História, a Memória, de modo a consolidar a sua força e adesão popular (como são exemplos a narrativa nacionalista sobre Camões, a Grande Exposição do Mundo Português em 1940, a Igreja de Santa Engrácia enquanto afirmação de poder e de uma narrativa colonialista). Tal como refere o Engenheiro José Manuel dos Santos, era o Estado quem guardava e orientava a memória colectiva, utilizando para esse efeito os rituais, os símbolos nacionais, e relendo a identidade nacional de modo a inculcar uma imagem do Estado Novo enquanto filho de uma evolução histórica ímpar, e o regresso de um *D. Sebastião* que finalmente chegara e colocara ordem num país desornado. Perante esta apropriação da simbologia nacional, nos momentos subsequentes a 1974, a Democracia, que não apenas terminou com uma ditadura de 48 anos, como também destruiu, ou tentou destruir os seus referentes simbólicos, normalmente não conseguiu aproximar-se da simbologia e da imagética nacional. A exemplo disto, podemos referir o funeral de Francisco Sá Carneiro (que desempenhava as funções de Primeiro-Ministro quando se dá o desastre de Camarate)³⁴⁵. A morte do então Primeiro-Ministro de Portugal ocorreu em 1980. O 25 de Abril tinha ocorrido apenas 6 anos antes, o novo regime ainda não sabia lidar com uma situação em que a simbologia e os rituais de estados precisavam de ser activados. A desorientação nas cerimónias fúnebres é reflexo dessa incapacidade.

O Panteão Nacional esteve como que esquecido nos momentos seguintes à revolução. O primeiro momento

2016), PP. 1771 e 1772. https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/74661189/details/normal?_search_WAR_drefrontofficeportlet_dreId=74661186. [consultado a 03/03/2019].

343 Veja-se o que escrevemos no capítulo dedicado às Imagens e Símbolos Identitários, mais precisamente no que diz respeito ao Nascimento e evolução do ideal de *Grande Homem* (séculos XVIII e XIX).

344 Residindo nesta questão a justificação para, quando se pretendeu realizar exames aos restos mortais de personalidades panteonizadas, os detentores de cargos políticos tenham recusado a sua persecução. Como afirmou João Soares, a abordagem em torno Panteão tem de se constituir mais no plano afectivo e menos no racional. Levantar a questão sobre a veracidade dos restos mortais, por exemplo, de D. Afonso Henriques e D. Sancho I, poderia constituir numa uma fissura no imaginário nacional que dificilmente se seria encerrada.

345 Onde se verifica uma certa desorganização nas cerimónias fúnebres. Para se entender melhor como ocorreu este momento específico, veja-se <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/funeral-de-francisco-sa-carneiro/>.

do Panteão em Democracia ocorre em 1985 quando se comemoram os 50 anos da morte de Fernando Pessoa. Mário Soares, Primeiro Ministro à época, articula com o então deputado Manuel Alegre uma proposta de panteonização de Fernando Pessoa (ainda que a sua panteonização tenha ocorrido em Santa Maria de Belém). O segundo momento relevante para o Panteão ocorre poucos anos mais tarde, em 1990, também por intermédio de Mário Soares (então nas funções de Presidente da República) com a panteonização de Humberto Delgado. A acção simbólica deste acto reside na restituição da Presidência da República ao Marechal Humberto Delgado³⁴⁶.

Por fim, sem esquecer as panteonizações ocorridas entre 1990 e 2015, em 2017 ocorreu o último momento em que o Panteão foi amplamente discutido em termos sociais, através da polémica do Jantar da Web Summit na nave central de Santa Engrácia. Como já aludimos anteriormente³⁴⁷ (e aqui apenas trataremos da questão simbólica), emergiu um desconforto e crítica social pois foi permitido um jantar junto “aos mortos”. A indignação social instalou-se e com a noção de um desconhecimento profundo do Panteão Nacional. Na nave central, como sabemos, encontram-se apenas os seis cenotáfios aí colocados pelo Estado Novo, nenhum túmulo com restos mortais de alguma individualidade. É certo que os cenotáfios representam *Grandes Homens* que aí não estão sepultados, no entanto, a grande maioria da crítica social desconhece, ou desconhecia, o facto de nave central estarem apenas cenotáfios. Talvez por não saberem o que são cenotáfios, talvez por não se saber que são cenotáfios ou talvez por a grande maioria nunca ter visitado o Panteão Nacional. Apesar da indignação gerada, em grande parte promovida pela comunicação social, a prática de eventos desta natureza é anterior ao exemplo apresentado³⁴⁸. Perante a polémica que emergiu no espaço público, surgiu um sentimento de adesão e protecção ao *altar cívico da Pátria* ao capital simbólico, denotando a manifestação de um sentimento existente de apego entre a sociedade e as individualidades panteonizadas.

5.2 - Grandes Homens Portugueses – um património identitário

Como verificamos, as personalidades distinguidas com honras de Panteão são designadas de *Grandes Homens*. Mas o que são na verdade *Grandes Homens*? O que os enforma?

Verificámos que este conceito surge com a Revolução Francesa, com a nova forma de olhar o Panteão, apelidada de *moderna*, a qualquer Homem, independentemente da sua classe social, poderia ascender a este estatuto mediante o conjunto de acções que desenvolvera ao longo da sua vida com vista persecução do progresso civilizacional e do bem comum. Denotámos a existência de duas teorias que explicam o surgimento dos *Grandes Homens*: a primeira que defende a existência destes após momentos de caos – podendo ser considerado, através desta teoria, o caso do Marquês de Pombal –, a segunda teoria apelida-se de evolucionista e defende os *Grandes Homens* enquanto produto de uma evolução histórica. Em suma, os *Grandes Homens* distinguem-se pelos seus feitos e contributos para o progresso civilizacional. Esta é a teoria que tem acompanhado a definição daqueles que são distinguindo com honras de panteão. Estará esta definição correcta aos dias de hoje?

No nosso entender, consideramos que para além dessa contribuição civilizacional, as individualidades distinguidas com honras de Panteão encerram em si três conceitos sem os quais não poderia existir: Memória, Identidade e Património.

346 Referimo-nos às Eleições de 1958.

347 Assunto discutido no subcapítulo *Os Panteões em Portugal. Uma contextualização histórica*, na parte referente a *O Panteão e a Democracia*.

348 Neste contexto, relembramos um acontecimento relativamente recente, quando o túmulo de Alexandre Herculano serviu de bengaleiro a um grupo de estudantes que nele colocaram as suas mochilas.

As individualidades distinguidas com Honras de Panteão deixam como legado uma memória. É de memória, da sua salvaguarda e preservação que se trata quando se panteoniza uma determinada personalidade. As suas obras, as suas vidas destacaram-se além das demais, o que realizaram sobressaiu de alguma forma perante um ser colectivo, sendo essa afirmação individual no meio do colectivo que se preserva, a memória do seu legado. Ao mesmo tempo que representam a memória, essa memória assume-se enquanto identidade (Camões e *Os Lusíadas*, Amália e o Fado, Sophia a poesia e a Democracia). Por isso, a identidade é o segundo conceito que enforma esta distinção.

Estas personalidades são panteonizadas porque a marcaram no presente a sociedade portuguesa. A(s) obra(s) que nos deixam, o que elas representam, o que significam, a simbologia que encerram, assume-se enquanto Património Identitário (seja Óscar Carmona enquanto identidade do Estado Novo, seja a Sophia enquanto identidade da Democracia). Todas as sociedades precisam e vivem de Memória, Identidade e Património. Sem um conhecimento da história, da sua identidade e do seu passado, sem estes mecanismos de coesão colectiva uma sociedade não consegue sobreviver. Defendemos a teoria de Lorencç Prats quando afirma o Património enquanto construção social do Homem. O Homem conscientemente selecciona a herança que recebe do passado e transforma-a em Património, escolhe aquilo que considera enquanto maior transmissor de uma memória e identidade colectiva e preserva essa herança para as gerações futuras. O património é, portanto, a face visível da história, memória e identidade, o que justifica, afirma e demonstra o passado. Quando observamos o Panteão Nacional e as individualidades que nele são cultuadas, estamos a observar não apenas figuras que se destacaram ao longo do percurso histórico português, mas sim a própria memória e identidade dos portugueses, qualquer português encontra nos *Grandes Homens*, como poderia encontrar no Castelo de Guimarães ou em Santa Maria de belém, a sua própria memória e identidade, em suma a sua própria essência.

Sob o modelo de sepultamento, encontram-se panteonizadas as seguintes individualidades (consideramos aqui aqueles que estão sob a jurisdição do Panteão Nacional): D. Afonso Henriques, D. Sancho I, Luís de Camões, Vasco da Gama, Alexandre Herculano, João de Deus, Almeida Garrett, Sidónio Pais, Soldado Desconhecido, Guerra Junqueiro, Teófilo Braga, Óscar Carmona, Fernando Pessoa, Humberto Delgado, Amália Rodrigues, Manuel de Arriaga, Aquilino Ribeiro, Sophia de Mello Breyner Andresen e Eusébio Ferreira; sob o modelo de cenotáfio, encontram-se na igreja de Santa Engrácia: Luís de Camões, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Ifante

D. Henrique, Afonso de Albuquerque, D. Nuno Álvares Pereira. Perante estas personalidades escolhemos abordar seis que, no nosso entender melhor demonstram, não apenas uma memória histórica ou colectiva, mas principalmente a transposição do Panteão enquanto Lugar de Memória material para o estádio de Património Identitário. São elas: Luís de Camões, Fernando Pessoa, Humberto Delgado, Amália Rodrigues Sophia de Mello Breyner Andresen e Eusébio Ferreira.

Afirmámos que a globalização outorgou uma nova dinâmica às sociedades. Com o imediatismo que se faz sentir é acentuado um medo de perda do passado, o que origina, naturalmente, uma maior preocupação e atenção para com os vestígios que este legou. O Século XX foi atravessado por duas Guerras Mundiais e se, por um lado, a produção artística conheceu um novo fulgor, por outro lado o medo da perda do passado tornou-se uma constante cada vez maior. A valorização patrimonial ocorre enquanto meio de protecção, apresentando-se a sua valorização e salvaguarda enquanto consequência do medo de perda do passado, e como forma de activar a ligação do Homem à sua memória e identidade. Entendemos, portanto, o património não como um mero objecto material, ou como um reproduzidor de valores, mas antes enquanto a própria identidade e existência do ser humano.

O património, à semelhança da memória (que é uma das bases patrimoniais), apresenta-se enquanto mutável, e susceptível a manipulações. O mesmo património pode sofrer distintas leituras consoante os valores do momento, ou os valores que se querem inculcar. Como tão bem sabemos, um exemplo de património identitário que sofreu leituras e releituras é Luís de Camões e *Os Lusíadas*. Aquando da apoteose cívica em torno das comemorações do Tricentenário da morte de Camões, os republicanos utilizaram-no para fins políticos: através de Camões exacerbaram um sentimento de decadência nacional, cuja culpa apontavam à Monarquia e, principalmente, a Casa de Bragança, apresentando um Camões irreverente, aventureiro, que não apenas escreveu a obra de referência de Portugal, como também era o maior exaltador da glória nacional – os Descobrimentos –, utilizaram o património camoniano enquanto forma de afirmação política. Mais tarde o mesmo ocorreu com o Estado Novo. O regime nacionalista, que tão bem soube ler como a simbologia nacional e os rituais de Estado poderiam servir para a afirmação e sustentação do seu poder, releu Camões com base em preceitos diferentes, e em certa medida antagónicos, dos republicanos: o património Camoniano é antes um império, uma nação com séculos de história, destinada à aventura marítima e onde as colónias, ou províncias ultramarinas, são tão legítimas como a metrópole. Era um Camões Colonial, caseiro e não irreverente, que se exaltava, e cuja maior obra, *Os Lusíadas*, não significava somente a identidade nacional, mas identidade política das colónias. A democracia, quando consolidada e apta a recuperar as imagens e símbolos nacionais, recupera Camões contruindo uma nova narrativa em torno do autor de *Os Lusíadas*. À conotação nacionalista, patriótica (na acepção do Estado Novo), contrapõe Camões enquanto representante simbólico das Comunidades portuguesas.

Camões e o Império apresentam-se enquanto Património identitário de Portugal, confundem-se com a matriz identitária portuguesa. Ambos se encontram presentes nos três símbolos maiores da República Portuguesa: o Hino Nacional – “Heróis do Mar”; a Bandeira Nacional com a presença da Esfera Armilar; o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Enquanto símbolos identitários portugueses, apresentam-se, igualmente, como lugares de memória e activam uma ligação com Homem, permitindo a activação de uma memória colectiva.

Quando se define algo enquanto património procede-se a um acto simbólico, na medida em que a memória e a identidade são dois conceitos essenciais para designação e classificação patrimonial. Partindo desta concepção patrimonial, observamos que o capital simbólico é um dos factores fundamentais na concepção patrimonial. Este simbolismo é, igualmente, a matriz das panteonizações de individualidades como Luís de Camões, Amália Rodrigues e Eusébio Ferreira. Quando se procede à consagração cívica destas individualidades, afirmam-se identidades e memórias colectivas. Neste contexto, referimos a entrevista que João Soares nos concedeu, quando este afirma “as pessoas são património se existem do ponto de vista intelectual. A Memória que conta, é a memória da obra e do rasto que cada um deixa”. As individualidades panteonizadas comportam em si um capital simbólico pré-existente à sua consagração cívica, pré-existente à sua consagração enquanto património identitário. Com este exemplo confirmamos a teoria de que o património é uma construção social do Homem, é seleccionado através da carga simbólica e identitária de que revelador. Um exemplo de monumento pétreo que, através de individualidades panteonizadas, se transporta para dimensão imaterial e identitária, reside em Santa Maria de Belém. A confirmação simbólica deste monumento, também presente na arte dita Manuelina, é confirmada através das Panteonizações de Camões e Vasco da Gama, como também quando em 1986 através da panteonização de Fernando Pessoa. Em 1980 é afirmado o império através desta dupla panteonização, em 1986 a panteonização de Fernando Pessoa representa o encerrar do ciclo da Expansão Portuguesa.

Luís de Camões e *Os Lusíadas* representam uma das bases mais sólidas do património, da identidade e da memória colectiva de Portugal. Trata-se de um autor e de uma obra que, como observámos, é transversal

a qualquer regime político ou a qualquer ideologia. Celebrado em 1880 o tricentenário da sua morte, com as celebrações cívicas é alcançado um velho desígnio de início do século XIX: a edificação de um Panteão Nacional, com a dupla panteonização de Camões e Vasco da Gama em Santa Maria de Belém. A partir de então, o Mosteiro de Belém recebe uma nova função: a de Panteão Nacional (ainda que a legislação que o venha a confirmar o estatuto de Panteão Nacional seja apenas de 2016). Na Igreja de Santa Maria de Belém encontram-se dois túmulos com os supostos restos mortais de Camões e de Vasco da Gama. Este ponto não é de suma importância. Não podemos afirmar que nos túmulos estejam os verdadeiros restos mortais destes *Grandes Homens*, no entanto, a importância da presença dos túmulos e dos supostos restos mortais destes dois símbolos identitários reside no plano mental e não no material. A importância de se afirmar que naquele espaço repousa Luís de Camões e Vasco da Gama é superior (no contexto social e simbólico) à confirmação desta afirmação (o mesmo se aplica às dúvidas existentes sobre os túmulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I).

Camões é o mal-aventurado homem a quem a vida lhe foi difícil, desde questões amorosas, a brigas que lhe custaram o olho, a prisões, naufrágios onde “conseguiu salvar a epopeia”, e que, apesar destas desventuras conseguiu deixar uma das obras, senão a obra, mais importantes de Portugal. Congrega em si todas as imagens que Eduardo Lourenço identifica acerca de Portugal e dos Portugueses, nomeadamente o espírito de sobrevivência e subsistência face à desventura. Como verificámos, quando o Morgado Mateus faz editar uma edição monumental de *Os Lusíadas* procede à afirmação de Portugal, afirma a existência nacional e a necessidade de ressurreição pátria. Camões não é apenas um homem, um poeta, um épico, é o próprio Portugal, a identidade nacional. Seja enquanto esperança dos Republicanos e ressuscitar a decadência da pátria, seja no Estado Novo enquanto alicerce de uma política nacionalista e imperialista, enquanto meio para inculcar numa entidade colectiva os ideais de um novo regime a quem os rituais, liturgias e símbolos nacionais iriam ser a sua maior força; seja num regime Democrático, sem império e anti-imperialista, onde surge enquanto símbolo da diáspora e das comunidades portuguesas. Todas estas leituras representam uma continuada construção social em torno de um património identitário. No entanto, a identidade que Camões representa não se esgota no império, Camões é a própria identidade nacional que formou o império, aquela compensação moral que Eduardo Lourenço escreveu, é o símbolo da recusa de Portugal ser uma pequena Nação, a recusa de uma realidade diminuída. Se para Eduardo Lourenço o império actuou no plano interno, Camões deve ser lido no mesmo contexto. A sua internacionalização representa mais para o plano interno do que para o externo, a sua afirmação permite a criação de uma imagem positiva, a imagem de que Portugal não é um país pequeno, não é uma realidade diminuída.

À semelhança de Camões, em 1986, apesar de já concluído e em funcionamento o Panteão Nacional em Santa Engrácia (para onde tinham sido trasladadas todas as personalidades que se encontravam em Belém, à excepção de Camões, Vasco da Gama e Herculano), ocorre a panteonização no claustro do Mosteiro de Santa Maria de Belém Fernando Pessoa. A panteonização de Fernando Pessoa representa o primeiro momento na história da Democracia portuguesa em que ocorre a activação da simbologia nacional. Todos os regimes precisam de liturgias, de rituais e de símbolos identitários, no entanto, devido à exploração simbólica, da memória, da história e da identidade nacional levada a cabo pelo Estado Novo, a Democracia teve dificuldades em lidar com a activação dos símbolos identitários e com os rituais de Estado (exemplo disso foi, como já abordámos, o funeral de Francisco Sá Carneiro). A decisão de panteonizar Fernando Pessoa³⁴⁹ em Belém, o *Supra-Camões* como se autodenominou o autor da *Mensagem*, tem que ver precisamente com o épico e com o encerrar de um ciclo Histórico. Camões representa o início dos Descobri-

349 Na entrevista que o Engenheiro José Manuel dos Santos nos concedeu, este explica que como Mário Soares era Primeiro-Ministro e a decisão tinha de ser do Parlamento, Mário Soares articulou com Manuel Alegre, mas, segundo o assessor cultural do ex-Presidente da República, a ideia partiu e foi coordenada por Soares.

mentos e o início da grande produção literária sobre a aventura marítima. Pessoa representa o fim destas obras e o fim do ciclo, a *Mensagem* é a última grande publicação sobre a aventura marítima, bem como a panteonização do seu autor representa simbolicamente a chegada derradeira das naus a Santa Maria de Belém, representa o fim do ciclo histórico e literário em torno do império.

Humberto Delgado é também ele um símbolo de identidade e de memória. Uma memória escolhida, tal como o é o Património. Humberto Delgado, que no início do regime foi um dos seus apoiantes, candidatou-se em 1958 contra Américo Tomaz e morreu em 1965, assassinado por agentes da policia política do regime. A memória seleccionada é a de opositor ao Estado Novo. A sua panteonização ocorre, como já o referimos, como forma de restituição da Presidência da República que este ganhou, mas que nunca lhe foi atribuída. Humberto Delgado representa por isso a memória de todos aqueles que combateram o antigo regime. Não apenas representa uma contra-memória – se tivermos em consideração que representa a memória de um grupo marginalizado na época do Estado Novo e que, após o 25 de Abril, se constituiu enquanto grupo dominante – como representa a identidade da democracia (através da sua associação ao combate ao Estado Novo)³⁵⁰.

Amália Rodrigues foi a primeira mulher a receber honras de Panteão. Com ela ocorre a primeira grande actualização do paradigma do Panteão Nacional. Até então assistimos à panteonização de figuras militares, de Presidentes da República, de poetas e escritores, a partir de 2001 uma mulher, uma fadista, considerada enquanto representante de uma cultura dita popular, recebe honras de Panteão. Segundo nos transmitiu José Manuel dos Santos (assessor cultural do então Presidente da República, Jorge Sampaio, e responsável pela coordenação as cerimónias de trasladação), o falecimento de Amália Rodrigues teve um enorme impacto na sociedade. Algo que também João Soares nos transmitiu, quando refere a história de um grupo de “Amalianos” querer renomear a Rua de São Bento enquanto “Rua Amália Rodrigues”. Quando o então Presidente da República, segundo José Manuel dos Santos, se dirige à Basílica da Estrela é interpelado com a questão *Senhor Presidente tivemos aqui a ver, a Amália tem que ir para os Jerónimos. O senhor tem alguma coisa a opor?*³⁵¹. Santa Maria de Belém não tinha, à data, estatuto de Panteão Nacional. Como sabemos, o templo de Belém representa um ciclo histórico que teve início com Camões e o seu fim com Fernando Pessoa. Dado isso, não existia justificação para Amália Rodrigues ser panteonizada em Santa Maria de Belém.

A adesão popular em torno da Fadista constituiu num dos maiores suportes para a sua panteonização, era tida como uma *mulher* do povo da cultura portuguesa e a grande voz e representante do Fado (que actualmente se encontra declarado pela UNESCO enquanto Património Imaterial da Humanidade). Amália não era apenas uma mulher e uma fadista, foi no século XX uma das figuras representativas de Portugal, quer no Estado Novo, quer no pós-25 de Abril. Granjeando de uma dimensão internacional, projectou Portugal, embora de uma forma diferente, como Luís de Camões o fizera. Perante estes factos, acrescendo a circunstância de ser considerada como a grande difusora do fado, é tida enquanto símbolo identitário português. A este facto, junta ainda o de ser a grande responsável pela difusão do Fado, principalmente no estrangeiro, é tida como a *face* do fado.

Sophia de Mello Breyner Andresen é, em 2014, a segunda mulher a receber honras de Panteão em Portugal. Sophia é considerada como uma das maiores poetizas da história Portuguesa. A sua panteonização dá-

350 Neste contexto, devemos referir que a única panteonização do Estado Novo sob a forma de sepultamento foi a do Marechal Óscar Carmona, que se reveste de uma afirmação identitária do regime durante o qual exerceu o cargo de Presidente da República.

351 Veja-se a entrevista que o Engenheiro José Manuel dos Santos nos concedeu.

-se em dois níveis: político e artístico. A seguir ao 25 de Abril é eleita deputada à Assembleia constituinte e a sua obra poética alude também à forma como pensou e ambicionou a formação política da sua sociedade.

*“Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo”*³⁵²

Sophia congrega em si não apenas uma produção artística que a fez sobressair perante os demais, como também uma visão política e simbólica da Democracia. A sua panteonização ocorre em 2014, dez anos depois da sua morte e quarenta após o 25 de Abril. No artigo que José Manuel dos Santos escreve para o público, onde o autor dá o mote para a panteonização da poetiza, José Manuel dos Santos afirma que, para além do tributo merecido, era uma forma de conceder “ao país o momento de uma restituição, de um reencontro, de um reconhecimento e de uma aliança com o seu futuro.”³⁵³ Este texto foi escrito em 2013, a conjuntura político-económico-social era bastante frágil (principalmente a questão económica-social), o que levou o autor a afirmar Sophia como uma esperança de futuro, a sua panteonização seria um símbolo de esperança para a sociedade. Sophia não recebeu Honras de Panteão apenas pela sua obra poética, mas antes por congregar em si (como o autor refere na entrevista que nos concedeu) uma acção política³⁵⁴ e cívica, não apenas pelo poema que anteriormente citámos³⁵⁵, e por preconizar a identidade e os valores do regime democrático. Como José Manuel dos Santos nos disse na entrevista, “o acto de panteonização é um acto político, não tem de ser um acto de propaganda política, mas é um acto de escolha política”. À semelhança de Humberto Delgado, a panteonização de Sophia representa um acto político, de afirmação do regime democrático português.

Um ano após a panteonização de Sophia, em 2015, ocorre a panteonização de Eusébio Ferreira (última figura que Panteonizada até ao momento em que escrevemos esta dissertação³⁵⁶). À semelhança de Amália, no momento do falecimento do *Pantera Negra* surge o ensejo da sua panteonização. Eusébio é primeira individualidade fora do cânone político-cultural então vigente a receber honras de panteão. É igualmente a primeira individualidade negra a receber honras de Panteão. Eusébio e Amália surgiram enquanto símbolos nacionais durante a vigência do Estado Novo e, apesar de momentos de maior contestação, ambos permaneceram enquanto tal após o 25 de Abril. Ambos serviram ao anterior regime como forma de afirmação da nacionalidade, mas serviram, e servem, ao actual como forma de difusão nacional. Eusébio serviu ao anterior regime não apenas como um símbolo de Portugal, o seu reconhecimento internacional serviu os propósitos políticos de transportar a imagem que o Estado Novo valorizava aqueles que eram oriundos das colónias, afirmando dessa forma a sua política colonialista.

A panteonização do *Pantera Negra* não significa apenas a confirmação de que Eusébio é um símbolo nacional. constitui uma ruptura na concepção de individualidades merecedoras de Honras de Panteão. Até então apenas se encontravam panteonizados Presidentes da República, Militares, os dois primeiros reis de Portugal, poetas, escritores, e duas mulheres. Se a panteonização de Amália constituiu mais uma actualização, Eusébio consiste antes numa ruptura.

352 Poema *25 de Abril* Sophia de Mello Breyner ANDRESEN.

353 José Manuel dos SANTOS, *Sophia de Mello Breyner no Panteão Nacional*, 17 de Novembro de 2013. <https://www.publico.pt/2013/11/17/culturaipsilon/opiniao/sophia-de-mello-breyner-no-panteao-nacional-1612779>. [consultado a 7/06/2020].

354 Relembramos que Sophia foi deputada à Assembleia Constituinte.

355 Que pode ser lido enquanto obra identitária do regime vigente.

356 pesar de já se encontrar aprovado o projecto de resolução para a panteonização de Aristides de Sousa Mendes.

Estas três personalidades – Luís de Camões, Amália Rodrigues e Eusébio Ferreira – são todas dispare, mas semelhantes ao mesmo tempo. Quando observamos o que enformava um *Grande Homem* afirmámos quera o seu contributo para a evolução histórica. Porque se quando falámos de Camões dissemos que o épico internacionalizou e valorizou a imagem de Portugal, o mesmo ocorre com Amália e Eusébio. A primeira através do Fado e o segundo do Futebol. Estas duas últimas individualidades actuaram, tal como Camões, mais no plano interno do que no externo. À imagem de navegadores e descobridores, juntaram a imagem de um jogador de futebol e de uma fadista – ressaltando que o Fado, para além de hoje ser património mundial da Unesco, é um estilo português – a importância destas duas personalidades reside no que representam, no acrescentar à imagem nacional um sentimento de orgulho pelos feitos destas individualidades, como outrora os actores do império o fizeram, negando a imagem de uma realidade diminuída.

Concluimos que as individualidades distinguidas com Honras de Panteão são efectivamente Património Identitário português. São-no porque o que as constitui é mesmo que constitui o património: são uma construção social do Homem, uma selecção que este faz conscientemente; exprimem valores de memória, seja colectiva, histórica ou de contra-memória e valores de identidade, seja os que mais se aproximam da identidade nacional (como os casos de Luís de Camões, Amália Rodrigues ou Eusébio), ou de identidades de regimes políticos (Luís de Camões, Teófilo Braga, Óscar Carmona, Humberto Delgado, Sophia de Mello Breyner Andresen). São exemplos de uma evolução histórica (como defendiam os Positivistas), da actualização dos valores contemporâneos e até da aceleração da sociedade contemporânea. O Panteão e os templos com este estatuto, em termos materiais, não são mais que um lugar de memória que salvaguarda e valoriza um património que não apenas é simbólico, mas que, por ser identitário, consiste na coesão social. Por esta razão (tal como nos disse João Soares na entrevista que nos concedeu) a sua utilização tem de ser mais afectiva e menos racional, o Panteão e as suas individualidades consistem na activação simbólica das sociedades, na activação do seu património identitário.

Capítulo VI

Considerações Finais e Perspectivas em Aberto

Este trabalho que vos apresentamos consiste mais como um ponto de partida e menos num ponto de chegada. Sugere mais perspectivas em aberto e menos conclusões. Consideramos, por tudo o que referimos, que as Individualidades que identificámos são representativas do Património Identitário Português. No entanto existem algumas questões que foram surgindo ao longo da evolução desta dissertação, que para as quais não encontramos resposta, pois apresentam-se enquanto questões de futuro: quais os *Grandes Homens* de amanhã? Quais serão os valores que irão ditar a concessão de Honras de Panteão? Qual o futuro do Panteão e das celebrações cívicas? Da mesma forma, sabemos que outras perspectivas podem ser trabalhadas: a ligação entre o património e a identidade nacional, que se apresenta enquanto um tema que suscita questões, reflexões, e um estudo aprofundado que não cabe nas dimensões materiais desta dissertação; a questão de uma gestão do Panteão que permita activar a sua ligação com a sociedade é uma outra perspectiva que merece uma atenção detalhada e que, como questão identitária, merece um aprofundamento que também nos foi impossível desenvolver neste trabalho.

Como tentativa de aproximação a estas questões de futuro, temos de ter em conta alguns factores determinantes: Globalização, aceleração, alterações na escala valorativa. Pierre Nora escreveu nos anos 90 do século XX que a sociedade contemporânea vivia numa época de aceleração. Se esta aceleração constituía uma realidade na década de 90, cada vez mais se tem acentuado o imediatismo que caracteriza a sociedade contemporânea. Como consequência deste fenómeno, a alteração na escala de valores sociais é, também ela, uma constante. Tudo se transforma e modifica de um momento para o outro. Se isto associarmos um crescente desfasamento entre a sociedade e as instituições tradicionais, nomeadamente no que diz respeito às que se associam directamente à política, verificamos não apenas uma descrença nas mesmas, mas também uma “dessimbolização” que é provocada, essencialmente, por esta aceleração da sociedade. No entanto, como se sabe, a memória e identidade, que se transmite através do património, são as bases da coesão social, o que não deixa de transparecer um paradoxo ou, por outro lado, uma alteração nos valores sociais: se a memória e a identidade, que se expressam através de símbolos, representam coesão social, como é que pode existir uma “dessimbolização”? Como é que a sociedade pode estar cada vez mais afastada dos símbolos nacionais? Ou será que se assiste a uma alteração das simbologias? A panteonização de Eusébio não será também ela um reflexo desta alteração?

A ideia dos Heróis e do Panteão em Portugal caracteriza-se, como observamos ao longo da presente dissertação, por um constante dinamismo e evolução. No que concerne à ideia do Panteão, esta apresenta cinco etapas essenciais: a primeira etapa surge com decreto de Setembro de 1836 que institui o Panteão Nacional em Portugal; a segunda surge em 1880 com a dupla panteonização de Camões e Vasco da Gama, recaindo a sua importância não apenas neste momento, e no que este comporta, mas também nas panteonizações que ocorreram em Santa Maria de Belém após 1880; a terceira com a Lei n.º 520 de 1916, que designa Santa Engrácia enquanto Panteão Nacional; a quarta etapa ocorreu em 1966 com o terminar das obras de Santa Engrácia e consequente edificação do Panteão Nacional; a quinta, e ultima etapa, reside na acção panteonizadora da Democracia, nomeadamente através das actualizações que imprimiu no culto cívico. Observamos que a ideia do Panteão em Portugal é caracterizada por um constante dinamismo e por uma osmose entre os dois modelos que o inspiraram: o modelo britânico e o modelo francês. Se o Panteão Nacional se caracteriza segundo o modelo francês, Santa Maria de Belém, que em 2016 recebeu estatuto de Panteão, partilha dos ideais britânicos, estabelecendo o ensejo de Almeida Garrett de ali ver edificado o *Westminster* português.

Quanto à ideia dos Heróis e dos *Grandes Homens*, esta também se caracteriza enquanto dinâmica e evolutiva, tendo de ser lida à luz dos quatro regimes políticos que vigoraram em Portugal desde 1820. Quando a Monarquia Constitucional, através da sua facção setembrista, estabelece o Panteão em Portugal, preconiza a criação de um lugar de memória que consagre os heróis e os *Grandes Homens* Liberais (com excepção a Camões), adoptando a linha francesa. Os republicanos tiveram uma acção preponderante durante a vigência monárquica, tendo-se apresentado como os maiores promotores das comemorações de 1880. Já durante a vigência república instituíram Santa Engrácia enquanto Panteão Nacional. O Estado Novo é quem termina as obras de Santa Engrácia, trasladando para este templo, à excepção de Camões, Vasco da Gama e Herculano, as individualidades panteonizadas em Santa Maria de Belém. Se a República, como observamos com Eduardo Lourenço, se caracterizava enquanto patriota e, como observamos com Fernando Catroga, concedeu uma grande importância às cerimónias fúnebres de figuras gradas ao movimento republicano (lembramos os exemplos referidos por Fernando Catroga: Elias Garcia, Heliodoro Salgado, Manuel Buíça, Alfredo Lopes, Cândido Dos Reis, Miguel Bombarda), o Estado Novo imprimiu uma dimensão nacionalista e utilizou o Panteão enquanto forma de afirmação política. A Democracia, imprime actualizações na ideia dos Heróis e dos *Grandes Homens*, como são exemplos Amália e Eusébio.

Chegamos à conclusão de que efectivamente os símbolos identitários consagrados Panteão Nacional, e nos templos com estatuto de Panteão, são efectivamente importantes para a coesão social e para um desenvolvimento sustentável das sociedades pois, se assim não fosse, temáticas como a do império já teriam desaparecido há muito. Embora hoje seja mais questionado que em momentos do passado, o império continua a ser o núcleo nevrálgico da identidade portuguesa. Como ele é representada a recusa em reconhecer a verdadeira dimensão nacional de que Eduardo Lourenço nos transmite, o regresso a casa que poderia ter ocorrido com a queda do Estado Novo, ou no encerrar simbólico do ciclo do Império aquando da panteonização de Fernando Pessoa. Tal como Lampedusa afirma: *É preciso que tudo mude, para que tudo fique igual*, alteraram-se os regimes, modificaram-se ideologias, leituras e releituras foram realizadas, mas a identidade e a simbologia é a mesma.

Embora seja incerto especular sobre individualidades que possam vir a receber honras de Panteão, existem exemplos que podem sugerir o futuro das celebrações cívicas e da concepção dos *Grandes Homens*.

A primeira destas individualidades é Aristides de Sousa Mendes. No momento em que escrevemos estas palavras, a Assembleia da República aprovou um Projecto de Resolução para a concessão de Honras de Panteão a Aristides de Sousa Mendes³⁵⁷. Aristides de Sousa Mendes tornou-se numa das figuras portuguesas de maior destaque durante o século XX. Quando ocupava as funções de Cônsul de Portugal em Bordeaux permitiu a fuga de inúmeros Judeus, indo contra a posição do então Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar. Reconhecido internacionalmente pela sua acção, Aristides de Sousa Mendes tornou-se também num símbolo daqueles que combateram o anterior regime.

Relembramos aqui a entrevista que José Manuel dos Santos nos concedeu, para aludir ao facto de que as panteonizações não devem ser um acto de propaganda política, mas são sempre um acto político. Esta concessão em específico é também ela um acto político, como foi a de Sophia, embora noutros parâmetros, assume-se não apenas como a prestação de um tributo a Aristides de Sousa Mendes, ao reconhecimento

357 Projecto apresentado em Novembro de 2019 e aprovado em Junho de 2020. Projecto de Resolução N.º 64/XIV/1.^a – Concessão de Honras do Panteão Nacional a Aristides de Sousa Mendes. http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=-6148523063446f764c324679595842774f6a63334e7_a637664326c756157357059326c6864476c3259584d7657456c574c-33526c6548527663793977616e49324e433159535659755a47396a&fich=pjr64-XIV.doc&Inline=true. [consultado a 30/06/2020].

pelo papel que teve durante a II Guerra Mundial, mas também por ser considerado um símbolo de resistência. É, uma vez mais, um símbolo identitário, uma memória apropriada pela oposição ao Estado Novo.

Mário Soares faleceu há relativamente pouco tempo, observando-se uma considerável adesão popular às suas cerimónias fúnebres, desde os cortejos até ao cemitério. Considerado por alguns como o *pai da Democracia*, desempenhou um papel importante na oposição ao Estado Novo e na consolidação do Regime Democrático Português. Mas, do mesmo modo que se assume a importância do Ex-Presidente da República, também se assiste uma divisão da sociedade em torno do fundador do Partido Socialista. Na entrevista que realizámos a João Soares, apercebemo-nos de que João e Isabel Soares se encontram relutantes, acreditam que o distanciamento temporal é importante e que não é o momento para Mário Soares ser Panteonizado.

O Panteão cultua: Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Sidónio Pais e Óscar Carmona (e Humberto Delgado se assumirmos que a sua panteonização simbolizou a restituição da presidência da República). Todos estes homens são antigos Presidentes da República. Por seu turno, uma possível panteonização de Mário Soares não se encontrará relacionada apenas com o facto de ser um Ex-Presidente da República Portuguesa, mas antes por se apresentar enquanto opositor ao Estado Novo, por representar uma das figuras fundadoras (por muitos apontado como fundador) da Democracia Portuguesa e por ter contribuído para a sua consolidação. Mário Soares apresenta-se, tal como Sophia, enquanto um símbolo identitário, enquanto património identitário do regime democrático português. A ocorrer, este será o motivo que presidirá à sua panteonização.

Com a possível panteonização de Mário Soares pode ocorrer algo inédito na história do Panteão em Portugal. Maria Barroso teve igualmente um papel importante na sociedade portuguesa. Dada a vontade do casal e dos filhos em que Mário Soares e Maria Barroso repousem juntos, tendo os dois tido importância na vida política e social portuguesa, e à semelhança do que ocorreu por exemplo em França que panteonizou Simone Veil juntamente com o seu esposo, o mesmo poderá acontecer em Portugal. A ocorrer a panteonização (ou a dupla panteonização), qual será o templo escolhido? Sabemos que Fernando Pessoa foi panteonizado em Belém por representar simbolicamente o fim de um ciclo histórico, no entanto, o percurso de Mário Soares também se encontra associado a este património identitário português: foi o responsável pela descolonização e foi em Belém que assinou o tratado de adesão de Portugal à então CEE. Não poderá o antigo Presidente da República ser Panteonizado em Belém?

Outras duas possíveis panteonizações, também associadas à identidade do regime democrático são Salgueiro Maia e José Afonso. Embora já se tenha debatido a concessão de Honras de Panteão para Salgueiro Maia e José Afonso, as famílias de ambos afirmam que estas duas individualidades, também elas símbolos identitários do actual regime político português, manifestaram a vontade de não serem cultuadas em Panteão Nacional.

Com Amália Rodrigues e Eusébio ocorrem actualizações importantes na ideia dos heróis e do Panteão em Portugal. Uma Fadista e um Futebolista, os primeiros e únicos das suas áreas a receberem Honras de Panteão. Contudo, continua a existir uma preponderância da política e de escritores no Panteão Nacional, não existindo pintores, cientistas, actores, bailarinos. O Panteão, como afirmamos, representa património identitário, dentro das várias classes artísticas/profissionais, existem inúmeras personalidades não apenas de reconhecimento internacional, mas também que podem ser entendidas enquanto símbolos identitários.

Maria Helena Vieira da Silva, tal como Luís de Camões, Amália ou Eusébio, internacionalizou Portugal através da pintura. Para além do reconhecimento internacional, Vieira da Silva constitui um símbolo de

oposição ao Estado Novo. Uma possível panteonização representaria não apenas uma actualização do Panteão, mas também simbolicamente a oposição ao antigo regime. Poderia ainda assistir-se a uma dupla panteonização, tendo em conta que, pelo facto de se ter casado com Árpád Szenes, Judeu Húngaro, perdeu a nacionalidade Portuguesa. A sua eventual panteonização poderia ser presidida por uma restituição da nacionalidade, e pela sua produção artística³⁵⁸. O mesmo se poderia afirmar de Júlio Pomar. Falecido recentemente, o pintor português, também reconhecido internacionalmente, foi um opositor ao regime anterior. Devido à herança patrimonial que deixaram a Portugal, ao reconhecimento internacional que tiveram (neste caso, mais a Vieira da Silva do que Júlio Pomar), considerando ainda a questão identitária de oposição ao Estado Novo, poderiam constituir uma opção de actualização do Panteão, abrindo o leque de classes profissionais e artísticas e diversificando a concessão de Honras de Panteão.

Encontramos, ainda, duas personalidades que poderiam receber Honras de Panteão. Manuel Fernandes Tomás e Passos Manuel foram, por diversas vezes, sugeridos enquanto merecedores deste estatuto, contudo nunca o vieram a receber. Manuel Fernandes Tomás representa o constitucionalismo monárquico enquanto uma das figuras centrais da revolução de 1820, Passos Manuel, não apenas figura central do Setembrismo, mas enquanto o “fundador” do Panteão, a concessão de honras de Panteão encontraria nestes preceitos a sua justificação.

As últimas perspectivas em aberto que nos ocorrem têm que ver com o destino do Panteão. Em primeiro lugar, a concessão de Honras de Panteão encontra-se cristalizada desde 1836. Desde o decreto fundador que é o mesmo órgão³⁵⁹ o responsável por conceder Honras de Panteão. Os deputados, através do voto confiado pelo povo, são os responsáveis pela consagração de individualidades enquanto património identitário. A panteonização de Eusébio denota a seguinte questão: para além da divisão social que marcou, após a concessão de honras ao *pantera negra* foi alterada a lei para impedir panteonizações imediatas (como foi o caso), recuperando o distanciamento temporal (que tinha sido retirado para que a Amália pudesse ser panteonizada). Deverá ser a Assembleia da República a decidir quem deve ou não receber Honras de Panteão?

Salazar, quando termina as obras de Santa Engrácia e dota o país de um Panteão Nacional, coloca seis cenotáfios no templo. Desde então mais nenhum cenotáfio foi colocado, apesar de na Lei n.º 14/2016 de 9 de Junho, que *define e regula as honras de Panteão Nacional* prever a existência de “lápide alusiva à sua vida e obra”. A Presente Lei define que as personalidades distinguidas com honras de Panteão apenas podem ser trasladadas para este após vinte sobre a morte, ou cinco em vez da trasladação ocorrer a colocação de uma lápide. O templo de Santa Engrácia tem um espaço relativamente diminuto para acolher muitas mais personalidades (apesar de ainda existir espaço no templo). Constituirá uma boa opção a aposta em cenotáfios/lápidas alusivas às personalidades? Existirá o alargamento do estatuto a mais templos? Observar-se-á a panteonização de individualidades nos diferentes templos com estatuto de Panteão Nacional?

Qual o destino do Panteão? Segundo o que directora do Panteão nos escreveu em entrevista é “Continuar a sua Missão de acolher, homenagear e perpetuar a memória das personalidades distinguidas.” e segundo o que todos os entrevistados nos comunicaram, o Panteão e as celebrações cívicas continuam a ter sentido aos dias hoje.

Assumimos o Panteão enquanto um *lugar de memória* onde se encontram cultuados símbolos identitários

358 Devemos relembrar as pinturas que Vieira da Silva produziu e que simbolicamente identificaram o 25 de Abril, nomeadamente a pintura onde se encontra escrito “a poesia está na rua”, um excerto de um poema de Sophia de Mello Breyner Andresen.

359 Embora com diferentes responsabilidades e designações consoante os regimes políticos.

nacionais. Esses símbolos, ao serem seleccionados pelo Homem, por expressarem valores de memória - colectiva, a social, a histórica e a contra- memória – e identidade, assumem-se enquanto um Património identitário nacional. O Panteão e os símbolos identitários são, à semelhança da memória e da identidade, relidos consoante a ordem política e social vigente. Enquanto *lugar de memória*, denota a evolução social – como se comprova através das panteonizações de Amália e Eusébio – e alcança uma dimensão imaterial ao representar o património identitário português, um património não estático, mas dinâmico e susceptível a releituras e recontextualizações. O património representa uma forma de activação simbólica da identidade nacional e a associação do homem ao seu passado, no entanto, e apesar de denotarmos uma necessidade de activação simbólica das sociedades, observamos que a aceleração contemporânea conduz, por vezes, à própria dissimbolização da sociedade. É um paradoxo latente na sociedade que, à semelhança dos sentimentos de superioridade e inferioridade identificados por Eduardo Lourenço, emergem consoante a conjuntura do momento. Caberá ao Panteão Nacional, através das suas panteonizações, activar simbolicamente Portugal.

Bibliografia

Fontes primárias

Legislação

Collecção de Leis e outros Documentos officiaes publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836, Sexta Série, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1937, [em linha]. [consultado a 10/10/2018] Disponível em WWW.<URL:<<http://legislacaoregia.parlamento.pt/Pesquisa/?q=Pantheon&f=geral&ts=1>>; Despacho n.º 2884/2018 - Aprova o Regulamento de Cedência de Espaços dos serviços dependentes e dos imóveis afetos à Direção-Geral do Património Cultural. Diário da República. [em linha] 2.ª série — N.º 57 — (21-03-2018). [consultado a 20/01/2019] Disponível em WWW.<URL:<<https://dre.pt/home/dre/114898094/details/maximized>>;

Diário da Câmara dos Deputados, 117.ª Sessão (12/06/1914) [em linha]. [consultado a 10/01/2019] Disponível em WWW.<URL:<<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/01/04/117/1914-06-12/9>>;

Diário da Câmara dos Deputados, N.º 32, (Sessão de 15/03/1898), [em linha]. [consultado a 15/11/2018] Disponível em WWW.<URL: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/032/1898-03-15/581>>;

Diário da Câmara dos Deputados, n.º 37 (Sessão de 6/03/1835), [em linha]. [consultado a] Disponível em WWW. <URL: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/037/1835-03-06/493>>;

Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino, n.º 40, (Sessão de 19/04/1901). [em linha]. [consultado a 20/11/2018] Disponível em WWW. <URL: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cp2/01/01/01/040/1901-04-19>>;

Diário das Sessões do senado, IV legislatura, n.º 140, (sessão de 11/03/1820). [em linha]. [consultado a 2/02/2019]. Disponível em WWW <URL: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cs/01/04/01/140/1920-11-11>>;

LEI n.º 107/2001 – Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural. Diário da República. [em linha]. I Série – A, N.º 209 (8/11/2001). [consultado a] Disponível em WWW.<URL:<<https://dre.pt/pesquisa/search/629790/details/maximized>>;

LEI n.º 14/2016 Segunda alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de Novembro, que define e regula as honras do Panteão Nacional, e quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro. Diário da República. [em linha]. I Série — N.º 111 (9/06/2016). [consultado a 03/03/2019] Disponível em WWW<URL:<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/search/74661189/details/normal?_search_WAR_drefrontofficeportlet_dreId=74661186>;

LEI N.º 35/2003 – Reconhece o estatuto de panteão nacional à Igreja de Santa Cruz, em Coimbra - Primeira alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de Novembro, que define e regula as honras do Panteão Nacional. Diário da República. [em linha]. 1ª Série – A, N.º 193 (22/08/2003). [consultado a 03/03/2019] Disponível em WWW<URL:<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/search/656117/details/normal?_search_WAR_drefrontofficeportlet_dreId=120215>;

LEI N.º 520/1916. Diário de Governo. [em linha] I Série – n.º 82, (29/04/1916). [consultado a 15/10/2018] Disponível em WWW<URL:<<https://dre.pt/application/file/620429>>;

Projecto de Resolução N.º 1232/XII (4.ª), Honras de Panteão a Eusébio da Silva Ferreira. Diário da Assembleia da República. [em linha]. II Série – A, N.º 65, XII Legislatura, 4.ª Sessão Legislativa (2014-2015), (28/01/2015). [consultado a 20/05/2019] Disponível em WWW.<URL:<<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/12/04/065/2015-01-28/48?pgs=48-49&org=PLC>>;

Projecto de Resolução N.º 1232/XII (4.ª), Honras de Panteão Nacional para Aquilino Ribeiro. Diário da Assembleia da República. [em linha]. II Série – A, N.º 52, X Legislatura, 2.ª Sessão Legislativa (2006-2007), (09/03/2007). [consultado a 20/05/2019] Disponível em WWW.<URL:<<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/10/02/052/2007-03-09/92?q=hONRAS%2BDE%2BPANTE%25C3%2583O%2BNACIONAL%2BPARA%2BAQUILINO%2BRIBEIRO>>;

Projecto de Resolução N.º 19/IX – Concessão de Honras do Panteão Nacional a Manuel de Arriaga. Diário da Assembleia da República. [em linha]. II Série – A, N.º 11, IX Legislatura, 1.ª Sessão Legislativa (2002-2003), (6-06-2002). [consultado a 05/02/2019] Disponível em WWW<URL:<<http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/09/01/011/2002-06-06/317?pgs=318-319&org=PLC&plcdf=true>>;

Projecto de Resolução N.º 64/XIV/1.ª – Concessão de Honras do Panteão Nacional a Aristides de Sousa Mendes. [em linha]. [consultado a 30/06/2020] Disponível em WWW<URL:<<http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc>>

pdf?path=6148523063446f764c
324679595842774f6a63334e7a637664326c756157357059326c6864476c3259584d7657456c574c335
26c6548527663793977616e49324e433159535659755a47396a&fich=pjr64-XIV.doc&Inline=true>;

Projecto de Resolução N.º 952/XII (3.ª), Honras de Panteão a Sophia de Mello Breyner Andresen. Diário da Assembleia da República. [em linha]. II Série – A, N.º 69, XII Legislatura, 3.ª Sessão Legislativa (2013-2014), (19-02-2014). [consultado a 20/05/2019] Disponível em WWW<URL: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/12/03/069/2014-02-19/54?pgs=54-55&org=PLC&plcdf=true>>;

Projecto de Resolução N.º 1758/XIII (3.ª) Concessão de Honras do Panteão Nacional ao Presidente Mário Soares Diário da Assembleia da República. [em linha]. II Série – A, N.º 137, XIII Legislatura, 3.ª Sessão Legislativa (2017-2018), (06/07/2018). [consultado a 20/05/2019] Disponível em WWW.<URL: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/13/03/137/2018-07-06/44?pgs=44&org=PLC>>;

Projecto Lei N.º 318/V, Trasladação dos Restos Mortais de Eça de Queirós e Aquilo Ribeiro, Diário da Assembleia da República. [em linha]. II Série – A, N.º 10, V Legislatura, 2.ª Sessão Legislativa (1988-1989), (21/12/1988). [consultado a 20/05/2019] Disponível em WWW<URL: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r3/dar/s2a/05/02/010/1988-12-21/98?q=hONRAS%2BDE%2BPANTE%25C3%2583O%2BNACIONAL%2BPARA%2BAQUILINO%2BRIBEIRO>>;

Artigos publicados em Jornais e periódicos

Acabaram-se os Jantares no Panteão Nacional, SIC Notícias. [em linha]. (14/11/2017). [consultado a 20-01-2019]. Disponível em WWW.<URL: <https://sicnoticias.pt/pais/2017-11-12-Acabaram-se-os-jantares-no-Panteao-Nacional>>;

BRUNO, Cátia; TAVARES, Rita, O jantar exclusivo da Web Summit foi no Panteão Nacional, Observador. [em linha]. (11/11/2017). [consultado a 20-01-2019]. Disponível em WWW. <URL: <https://observador.pt/2017/11/11/o-jantar-exclusivo-da-web-summit-foi-no-panteao-nacional/>>;

CANELAS, Lucinda, Se estão proibidos os jantares no Panteão Nacional, também estão nos Jerónimos?, Público. Ípsilon. [em linha]. (14/11/2017). [consultado a 20-01-2019]. Disponível em WWW.<URL: <https://www.publico.pt/2017/11/14/culturaipsilon/noticia/se-estao-proibidos-os-jantares-no-panteao-nacional-tambem-estao-nos-jeronimos-1792426>>;

Jornal de Notícias, Jantar da Web Summit no Panteão Nacional causa polémica, Jornal de Notícias. [em linha]. (11/11/2017). [consultado a 20-01-2019]. Disponível em WWW.<URL: <https://www.jn.pt/nacional/jantar-da-web-summit-no-panteao-nacional-causa-polemica-8910486.html>>;

RTP, Funeral de Francisco Sá Carneiro excerto do noticiário RTP Arquivos. [em linha]. (06/12/1980). [consultado em 20/05/2020]. Disponível em WWW.<URL: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/funeral-de-francisco-sa-carneiro/>>;

SANTOS, José Manuel dos, Sophia de Mello Breyner no Panteão Nacional, Jornal Público, 17/11/2013. Público. Ípsilon. [em linha]. (17/11/2013). [consultado em 17/06/2020]. Disponível em WWW.<URL: <https://www.publico.pt/2013/11/17/culturaipsilon/opinia/sophia-de-mello-breyner-no-panteao-nacional-1612779>>;

Fontes secundárias

CATROGA, Fernando, A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal. 1865-1911. Volumes I e II, Tese de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988;

CATROGA, Fernando, O Culto Cívico de D. Pedro IV e a Construção da Memória Liberal, in Universidade, Revista de História das Ideias, Volume 12, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1990;

CHOAY, Françoise, Alegoria do Património, Edições 70, Lisboa, 2017; CHOAY, Françoise, Património e mundialização, Editora Licorne/CHAIA, 2010;

COSTA, J. Almeida (coord.); MELO, A. Sampaio e (coord.), Dicionário da Língua Portuguesa, 7ª edição, Porto Editora, Porto, 1994;

CONNERTON, Paul, Como as sociedades Recordam, Celta Editora, 2ª edição, Oeiras 1999;

- GARRETT, Almeida, Camões, Poema em dez Cantos, Empreza da História de Portugal, Lisboa, 1904;
- HALBWACHS, Maurice, A memória colectiva, Edições Vertice, S. Paulo, Brasil, 1990;
- LEAL, Ernesto Castro, Manifestos, Estatutos e Programas Republicanos Portugueses (1873-1826). Antologia. Imprensa Nacional Casa Moeda – INCM, 2014;
- LOPES, Flávio e BRITO, Miguel Correia, Património Cultural- Critérios e Normas Internacionais de Protecção, Caleidoscópio, Casal de Cambra, 2014;
- LOURENÇO, Eduardo, Labirinto da Saudade. Psicanálise mítica do destino português, Gradiva, 15ª edição, 2019;
- LOURENÇO, Eduardo, Nós como Futuro, Assírio & Alvim, Lisboa, 1997;
- LOURENÇO, Portugal como destino seguido de mitologia da saudade, Gradiva, 6ª edição, 2018;
- MANTAS, Helena, O Panteão Nacional – Memória e afirmação de um ideário em decadência. A intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumento Nacionais na igreja de Santa Engrácia (1956-1966), Dissertação de Mestrado em Arte Património e Restauro, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002;
- MATOS, Sérgio Campos, Historiografia e Memória Nacional. 1846 – 1898, Edições Colibri, Lisboa, 1998;
- Sérgio Campos MATOS, Memória e Nação: historiografia portuguesa de divulgação e nacionalismo (1846-1898). Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1995, P. 485;
- MEDINA, João (Dir.), História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias, Volume VIII Portugal Liberal, Clube internacional do Livro, 1995;
- NETO, Maria João; SOARES, Clara Moura, Mosteiro dos Jerónimos. Arte, memória e identidade, Caleidoscópio, 2013;
- NETO, Maria João, James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX, Editorial Estampa, 1997, P. 29;
- NORA, Pierre (dir.), Les Lieux de Mémoire, Volume I Lá République, Gallimard, Paris, 1984;
- ORTIGÃO, Ramalho, O Culto da Arte em Portugal, António Maria Pereira, Livreiro- Editor, Lisboa, 1896;
- PERALTA, Elsa, A Memória do Mar. Património, Tradição e (RE)imaginação Identitária na contemporaneidade, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, 2008;
- PRATS, Llorenç, Antropología y patrimonio, Barcelona, 1ª edição, Editorial Ariel, Barcelona, 1997;
- REAL, Miguel, A Morte de Portugal, Porto, Campo das Letras, 2007; REAL, Miguel, Eduardo Lourenço e a Cultura Portuguesa, Quidnovi, 2008; REAL, Miguel, Introdução à Cultura Portuguesa, Lisboa, Planeta, 2011;
- SANTOS, José Manuel Figueiredo dos, Património e Turismo. O poder da narrativa. Lisboa, Edições Colibri, 2017;
- SERRÃO, Joel, Dicionário da História de Portugal. Volume 1 e 5 Livraria Figueirinhas, Porto;
- SOARES, Clara Moura, As intervenções oitocentistas do Mosteiro de Santa Maria de Belém: o sítio, a história e a prática arquitectónica. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005;
- SOARES, Clara Moura; NETO, Maria João, Reis e Heróis. Os Panteões em Portugal, Caleidoscópio, Lisboa, 2018;
- TRAVERSO, Enzo, O Passado, Modos de Usar. História, memória e política, Edições unipop, 2012;

Anexos

Anexo 1 – Entrevistas

Entrevista Nº1 - João Soares

Lisboa, 20 de Setembro de 2019

Frederico Martins: A minha dissertação pretende abordar o Panteão e as figuras panteonizadas enquanto Património identitário. Para isso, faço um percurso desde que o Panteão foi decretado, desde 1836 com Passos Manuel, até aos dias de hoje. Gostava de ter a sua opinião enquanto homem de esquerda, socialista e de cultura.

Como é que vê o percurso do Panteão e o culto cívico dos mortos e principalmente, sabendo que o Panteão, por ter sido as *obras de Santa Engrácia*, e de essas obras terem sido concluídas por Salazar, como é que isso se coaduna com uma sociedade democrática como a nossa, porque também sabemos que no fundo a base do Panteão têm aquela base nacionalista, dos heróis e do culto das pessoas

João Soares: Sempre ouvi falar do conceito de *Obras de Santa Engrácia* como uma coisa que nunca termina. Finalmente terminou e já em tempo de pessoas com mais alguma idade, como é o meu caso, terem memória. Depois, digamos que existe um Panteão antes do 25 de Abril e um Panteão pós-25 de abril. Às vezes a democratização não leva necessariamente a que as decisões sejam as melhores, até porque há ali algumas decisões que são contestáveis. Felizmente que agora se introduziu um tempo de reflexão em relação à transferência para o Panteão de figuras nacionais de mais diversa natureza. Eu estou à vontade para dizer isso porque houve já quem propusesse que o meu pai fosse transferido para o Panteão, claro que isso tem sempre um lado simpático, se quiser, e honroso, mas ao mesmo tempo quer dizer, eu acho que aquele modelo deve ter chegado aqui via Passos Manuel.

Frederico Martins: Exactamente, em 1836.

João Soares: Por influência dos franceses, o meu instinto diz-me que aquilo deve ter vindo por influência dos franceses.

Frederico Martins: Sim, existe essa ligação.

João Soares: O Panteão francês é um Panteão interessante, eu tenho a memória de duas ou três coisas muito bonitas que aconteceram no Panteão, nomeadamente o discurso do Malraux, quando transferiram os restos de Jean Moulin, e agora a Simone Veil também deu lugar a uma cerimónia muito bonita, a uma grande Sobriedade.

Acho que aquilo é um espaço que tem de ser respeitado.

Frederico Martins: não é um espaço de referência?

João Soares: Não, eu não disse isso! É um espaço de referência indiscutivelmente. Mas nós temos uma situação que também, provavelmente, tem que ver com aquilo que existe na França - o Napoleão não está no Panteão, o Napoleão está nos inválidos. Nós temos aquilo que é suposto ser os restos mortais das maiores figuras nacionais não no Panteão, mas nos Jerónimos.

Frederico Martins: que já está decretado como Panteão Nacional.

João Soares: Pois, mas para todos os efeitos o Panteão é a Santa Engrácia.

Frederico Martins: sim, mas temos um Decreto

João Soares: Mas eu não estou a falar das questões jurídicas. As questões jurídicas nunca têm nada que ver com a realidade. Eu sou da área do Direito, o Direito é uma ficção que se criou para eventualmente

regular, na melhor das hipóteses para regular as coisas, mas na substância nunca é bem isso.

Mas nos Jerónimos está o Vasco da Gama, ou é suposto estar o Vasco da Gama, depois daquelas transferências todas, eu lembro-me que naquela passagem curta pelo Ministério da Cultura me apareceram senhores, ligados a uma universidade portuguesa e a universidades estrangeiras, a pedir autorização para abrir os túmulos e para fazerem exames, isso era a pior coisa, a pior coisa que se poderia fazer, com o D. Afonso Henriques, com o Camões, com o Vasco da Gama.

Frederico Martins: Em Belém repousam Vasco da Gama, Luís de Camões, Fernando Pessoa e Alexandre Herculano. Com o tricentenário Camoniano, em 1880, assistimos ao primeiro grande momento de panteonizações em Portugal.

João Soares: O Camões é supostamente trasladado para lá quando?

Frederico Martins: 1880, justamente com as comemorações do Tricentenário Camoniano

João Soares: Não quero entrar por essa questão, mas, quer dizer, quem é que lhe garante que esses são os restos mortais de Camões?

Frederico Martins: Existe essa discussão.

João Soares: Claro, não pode deixar de existir, mas eu acho que isto tem de ter uma abordagem afetiva e não racional, se tiver uma abordagem racional, a última coisa que se poderia fazer era deixar agora com as tecnologias que há, alguém fazer os estudos sobre os ossos, pois, provavelmente são ossos de galinha. O Vasco da Gama foi enterrado em Cochim.

Do ponto de vista afetivo é interessante.

Santa Engrácia, não sendo nada que repugne, pelo contrário, mas também não é uma arquitectura fascinante.

Quando ocorreram essas polémicas sobre o aluguer de Santa Engrácia, eu não tinha responsabilidades na altura, mas nunca estive do lado dos que achavam que não podia usar. Claro que se pode usar, claro que, na minha modesta opinião, se pode usar.

Frederico Martins: Em Relação às obras de Santa Engrácia, existe aquela ideia de que o Panteão é uma obra de Salazar. Gostava de lhe perguntar se acha que isso também pode ser um entrave?

João Soares: Eu não tenho esse tipo de preconceitos. Quer dizer, acho que a história tem de ser assumida tal qual foi. Acho que sou insuspeito de simpatia por Salazar, mas sou daqueles que já disse publicamente que não me repugna nada a ideia de em Santa Comba Dão se fazer alguma coisa com o nome de Salazar.

Olhe eu fui a Cabo Verde quando houve a primeira transição democrática dos países nos países lusófonos, que foi Cabo Verde (por acaso quem decidiu fazer eleições foi São Tomé, ainda antes da queda do Muro de Berlim, mas Cabo Verde andou mais depressa). E uma das coisas bonitas do presidente que foi eleito, que era o Mascarenhas de Monteiro, foi repor as estátuas dos navegadores portugueses e descobridores portugueses que estavam todas apearadas. Eu achei aquilo uma coisa lindíssima, porque acho que temos de assumir a nossa história.

Eu já estive na terra onde Stalin nasceu e onde fizeram o museu Stalin. Eu fui lá só para ver o Museu do Stalin e onde havia uma estátua de Stalin. Nos casos onde havia cento e cinquenta estátuas numa cidade eu acho um disparate. E mantiveram o Museu. O Museu fechou e depois voltou a abrir. Era aliás um museu interessante do ponto de vista histórico.

Quanto ao Panteão é interessante fazer uma abordagem do número de visitantes e do tipo de visitantes que o Panteão Tem. O Panteão não tem muitos visitantes Portugueses.

Frederico Martins: Acha que as celebrações Cívicas atualmente ainda fazem sentido?

João Soares: Claro que sim. A celebração das datas históricas e das pessoas. Muitas vezes eu tive responsabilidades internacionais, quer como presidente da Câmara, quer como deputado depois na Assembleia Parlamentar da OSCE onde cheguei a ser Presidente, e no contacto com representantes de outros países eu dizia-lhes que nós somos o único país que eu conheço que tem como símbolo nacional, não um rei, um guerreiro, um general, uma batalha, a tomada de uma prisão, como é o caso da Bastilha para França, mas um Poeta, é a data da morte provável de um Poeta, que é um homem a quem tudo correu mal na vida, desde os amores, as lutas, perdeu um olho, naufragou, esteve preso várias vezes, mas que deixou uma obra poética absolutamente admirável. Isso é uma coisa que nos distingue. Portanto, as celebrações cívicas são para mim importantíssimas. Não passam necessariamente pelos túmulos. É claro, os túmulos têm uma certa importância.

Frederico Martins: Numa altura em que a sociedade contemporânea esta cada vez mais acelerada, com novos referentes, sempre a mudar, com novas modas, novas ideias.

João Soares: Mas isso não colide, na minha modesta opinião, com a necessidade de ter uma perspectiva histórica. Quanto mais a sociedade se torna imediatista e do ponto de vista noticioso, se quiser mediático, as coisas se fazem, na lógica já não é do dia nem da hora, mas do minuto, mais necessidade de ter uma abordagem de outro tipo

Frederico Martins: Esteve como deputado nos momentos de panteonização de Manuel Arriaga, Aquilino Ribeiro, Sophia de Mello Breyner Andresen e Eusébio. O que me tem a dizer sobre estas panteonizações, sobre seu o simbolismo?

João Soares: São pessoas que merecem, a todos os títulos. Eu tive o privilégio de ainda conhecer pessoalmente o Aquilino e a Sophia, esta bastante bem. Eu acho que o Aquilino foi uma coisa particularmente bonita porque eu tenho a convicção pessoal, fundada em muita leitura, mas não tenho evidentemente provas de que o Aquilino pode ter sido terceiro homem na Rua do Arsenal no dia do Regicídio. Se não foi o terceiro homem, fisicamente estava muito perto que ele estava fugido de uma esquadra de polícia, ele próprio conta, no *Um Escritor confessa-se* e nos dois romances em que trata dessa época, que estava ali ao pé, era amigo do Buíça e do Costa, com quem tinha falado poucos dias antes. Há muitas, muitas investigações que apontam que pudesse ter havido um terceiro homem na Rua do Arsenal. Aliás, há um homem que é morto, um homem completamente inocente que ia a passar e é morto pela Guarda Real. Como foram mortos o Buíça e o Costa. O Aquilino tem um sabor particularmente especial que ele esteja no Panteão. É de facto um dos grandes escritores do século XX português

Frederico Martins: Em Democracia, temos 2 momentos particularmente importantes em relação ao Panteão. O primeiro momento é quando Manuel Alegre propõe a panteonização de Pessoa, e curiosamente a proposta tem como destino os Jerónimos. O Segundo momento ocorre quando o seu pai promove a panteonização do General Humberto Delgado .

João Soares: Também tem esse lado saboroso, é um bocado o lado saboroso que tem o Aquilino. Quer dizer, são homens que, cada um à sua maneira, foram respeitosos em relação ao poder, e que morreram contra o poder, o que é bom, também há o lado *Conselheiro Acácio* nos Panteões, e tudo o que quebre esse lado *Conselheiro Acácio*, conservador, é particularmente saboroso a quem tenha uma sensibilidade diferente, de esquerda nomeadamente, mas não apenas de esquerda, pode ser de direita e ter uma sensibilidade mais irreverente.

Frederico Martins: Quais serão, na sua opinião, as próximas personalidades a serem panteonizadas?

João Soares: Não tenho nenhum entusiasmo, com aliás se viu, tanto eu como como a minha irmã, que o meu pai seja panteonizado, achamos que ele está bem onde está. Sou favorável que as pessoas sejam cremadas. Eu lidei muito com os cemitérios quando fui autarca reabilitamos muitos, tratámos muito bem

do cemitério dos judeus, que é um cemitério autónomo, criámos um talhão que é um talhão para os muçulmanos ali no cemitério do Lumiar, conseguimos, por exemplo, que os Jazigos dos Palmelas, que têm um património artístico fantástico fosse doado à Câmara nessa altura.

A minha irmã e eu vamos regularmente deixar umas flores aos meus pais, e ao Cesariny. Olhe, o túmulo mais bonito que eu conheço é o túmulo do Jaime Cortesão e que foi desenhado pelo Keil do Amaral e vale a pena ver nos Prazeres que é muito bonito. E eu lembro-me, aliás disse isso, quando abriu a exposição sobre o meu pai na sala da Capela dos Prazeres, esteve lá o Presidente da República, e acho que esteve o Costa também, o Primeiro Ministro, e eu no meu discurso disse que eu tenho uma memória de um acontecimento que se passou no cemitério, nos anos 60 quando o Jaime Cortesão foi trasladado de um túmulo onde ele estava, acho que era o túmulo da família Azevedo Gomes, e o meu pai foi quem falou, o meu pai que era um jovem advogado, mas era um dos líderes da oposição, foi ele quem falou nessa cerimónia do Cortesão. E lembro-me muito bem disso, porque aquilo tinha ali meia dúzia de PIDEs e o Igrejas Caeiro estava a gravar e estava muito preocupado com que não lhe tirassem as bobines. Agora, eu não sou propriamente um fã de cemitérios.

Frederico Martins: Sabendo que o João e a sua irmã não têm particularmente interesse, mas tendo em conta a ligação que o seu pai teve com os Jerónimos, que foi muito grande, desde a adesão à CEE e, aliás, o cortejo fúnebre passou também pelos Jerónimos e tendo em conta o exemplo da Simone Veil, que foi sepultada com o marido Panteão Francês, acha que seria possível, tendo em consideração também que a sua mãe teve um papel fundamental na vida portuguesa, que seria possível mais tarde, tanto o seu pai como a sua mãe serem sepultados juntos no Jerónimos.

João Soares: Quanto ao meu pai, há uma coisa que é importante. A lei que foi aprovada em Assembleia da República é boa, porque promoveu ali um compasso de espera. E como autarca eu tive a experiência, porque estive à frente da comissão de toponímia durante muito tempo e havia uma regra que era anterior a eu lá ter estado, enquanto vereador da Cultura do Sampaio, que era a regra de não atribuir nomes de ruas a pessoas vivas, é o único sítio no país onde não há nomes de ruas atribuídos a pessoas que estejam vivas (houve uma excepção no tempo do Abecassis), não mudar os nomes das ruas que tenham nomes de pessoas, a não ser quando há coincidências de nomes, etc., e são raríssimas, e ter sempre pelo menos, pelo menos, um ano, no caso da câmara acho que é um ano, depois da morte. Tem que haver ali um compasso de espera porque no dia a seguir à morte, nas semanas a seguir à morte da Amália as pessoas queriam que rua de São Bento se chamasse rua Amália Rodrigues.

Frederico Martins: Há dois casos de despanteonizações em França. Logo a seguir à Revolução panteonizou-se Mirabeau e Marat e depois foram os dois despanteonizados, acusados de traição ao ideal da Revolução. Nós tínhamos este distanciamento temporal no início, em 1836, mudou-se precisamente por causa da Amália. E quando se dá a panteonização de Eusébio voltou-se a mudar porque o estatuto para aumentar o distanciamento.

João Soares: Na lei existia isso?

Frederico Martins: Existia. Quando foi com a Amália, com a efervescência popular

João Soares: Eu Acho que 20 anos... enquanto a minha irmã e eu cá estivermos, nós achamos que eles estão bem ali. Com a minha mãe ainda viva comprámos um jazigo ali nos Prazeres, e é lá que eles estão, estão lá os corpos deles, não há nenhuma vontade.

Frederico Martins: Há uma questão, que é a que me está a orientar para a minha dissertação, a partir do momento em que se panteoniza alguém, essas pessoas, por exemplo Amália deixou de pertencer apenas à família quando foi panteonizada, passou a ser património de todos nós.

João Soares: Mas não estamos a falar dos restos dela, as pessoas são património se existem do ponto vista

intelectual. A Memória que conta, é a memória da obra e do rasto que cada um deixa.

Naquele filme que foi feito pelo Miguel (?) a partir do texto do Professor Eduardo Lourenço, pergunta: o que é que fica? A pergunta que ele faz ao Eduardo Lourenço é: diga-me lá o que é que fica? O que fica é a obra, não é lá o sítio onde está enterrado. Portanto, é por isso que eu não tenho problema nenhum, seja com Salazar, seja com quem for.

Não sou um entusiasta do Panteão, mas não tenho nada contra. Mas os alemães quando ocuparam a França, acho que foi lá o Goebbels e o Himmler, foram aos Inválidos ver o Túmulo do Napoleão.

Frederico Martins: Em relação a Camões, houve um decreto parlamentar para procurar as ossadas

João Soares: Mas isso não vai por decreto parlamentar.

Frederico Martins: Mas aconteceu, decretaram mesmo.

João Soares: Mas descobriram como?

Frederico Martins: Descobriram umas ossadas, agora se são ou não as ossadas de Camões não sabemos.

João Soares: É completamente inverosímil serem as ossadas de Camões

Frederico Martins: Por fim, gostava de ter a sua opinião enquanto homem de esquerda e de cultura, já percebi que não é um grande entusiasta do Panteão.

João Soares: Atenção, eu não tenho nada contra o Panteão!

Frederico Martins: Como é que vê o futuro do Panteão e das celebrações cívicas neste regime Republicano e Democrático.

João Soares: Depende dos factores humanos. Se um dia o panteão também tiver directores capazes, equipas pequenas, mas capazes de promoverem coisas, pode ser que aquilo ganhe uma vitalidade que não tem tido, não tem tido. Eu acho que se devem fazer cerimónias no Panteão, que o Panteão pode ser alugado para outro tipo de celebrações desde que não ponham em causa a dignidade.

Frederico Martins: Uma outra questão provocatória. Eusébio e Amélia. Têm tanta, digamos, dignidade, para estarem no panteão como pessoas como Sophia, Aquilino.

João Soares: Eu não tenho preconceitos dessa matéria. Isso é um preconceito pseudo-intelectual, que no caso da Amália, ainda por cima, não se justifica de maneira nenhuma. O caso do Eusébio, tem de se reconhecer que o foi de facto uma figura marcante. Hoje já ninguém se lembra dele, a não ser a preto e branco. O Ronaldo, eu acho, eu nunca fui um fã de Futebol, agora tenho um filho que é, e que é um fã de futebol e sigo um pouco mais por causa dele, o Ronaldo que eu apanhei já em crescendo, quando tive responsabilidades internacionais na OSCE, é de facto um caso, que eu sei que é indiscutível, indiscutível, de popularidade a nível mundial.

Frederico Martins: Por essa ideia, de reconhecimento, provavelmente irá para o Panteão

João Soares: Se o critério é o prestígio futebolístico, e eu admito que seja, obviamente que talvez seja o espetáculo mais popular no mundo hoje. Ele é um grande mestre, indiscutivelmente. E o Eusébio também foi. O Eusébio, sejamos sinceros, também tem um outro lado interessante, ele era um negro.

Frederico Martins: É o único no Panteão.

Eu Acho que temos vários “sectores”, Camões, Amália e Eusébio, na minha opinião, cumprem, para mim, os mesmos desígnios e critérios para figurar em Panteão.

João Soares: Não tenha a menor dúvida

Frederico Martins: Eu acreditava que Amália e Eusébio simbolizavam uma ruptura ao entrarem do Pan-

teão, pois se antes este era exclusivo a uma cultura dita erudita, com estes dois vultos verificamos a cultura popular a entrar no panteão. Antes existia Política, Militares, como Sidónio e Carmona.

João Soares: O Sidónio até concordo, agora o Carmona não merecia.

Frederico Martins: O Carmona foi a única panteonização do Estado Novo.

João Soares: Mas qual é a primeira transladação para o Panteão?

Frederico Martins: O percurso do Panteão tem de ser dividido em vários momentos. Primeiro, temos o Panteão a funcionar nos Jerónimos, desde 1880 com as transladações do Camões e do Vasco da Gama. Depois temos a transladação de Alexandre Herculano para a Sala do Capítulo. Aliás, o Túmulo de Herculano era diferente do que é hoje, tinha um Baldaquino que lhe foi retirado pois passaram para a sala do capítulo, onde estava e está, Herculano, pessoas como Almeida Garrett, João de Deus, que, em 1966, passaram para Santa Engrácia. Ora, quando estes vultos foram para a Sala do Capítulo, foi preciso espaço, e o Túmulo de Herculano foi pensado como único para aquele espaço, logo era de grandes dimensões. Teve de se eliminar esta parte do túmulo para poderem caber os outros.

Salazar translada os vultos que estavam em Santa Maria de Belém em 1966. Mas ainda antes, em 1916, a República decreta Santa Engrácia enquanto Panteão Nacional. Em 1966 Salazar termina as Obras de Santa Engrácia e translada os que estavam nos Jerónimos para Santa Engrácia. Sendo que durante todo o Estado Novo apenas existiu uma panteonização, a de Óscar Carmona. Depois temos os cenotáfios em Santa Engrácia com Camões, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque. Porque o Estado Novo tem noção que Santa Engrácia é muito pequeno para os vultos que queriam panteonizar.

Entrevista nº 2 - José Manuel dos Santos

Lisboa, 8 de Outubro de 2019

Frederico Martins (FM): Esta dissertação de Mestrado é em Património e a ideia que a orienta é pegar em algumas individualidades que estão panteonizadas e explicar como é que elas se constituem enquanto património identitário de Portugal. Começo por abordar em que consiste o Património, a memória colectiva, a identidade nacional e depois traço o percurso do Panteão desde 1836 até aos dias de hoje.

José Manuel dos Santos: Eu antes diria o seguinte. O regime do 25 de Abril, a Democracia, herdou uma herança pesada no que diz respeito à memória colectiva, ao simbolismo, aos símbolos e à relação entre política e cultura. Porque o regime do Estado Novo, a Ditadura era um regime que evocava muito a História e a Memória e por outro lado era um regime que tinha o culto do passado, opondo de alguma maneira contra o futuro e que simbolizava... era um regime também muito ritualista. Também para enaltecer a própria função do Estado e o que o Estado representava. O Estado era o guardião da memória, não era a comunidade que guardava a memória, era o Estado. E, portanto, havia uma grande ritualização e havia cerimónias muito ligadas à ideia de identidade, nomeadamente houve a grande exposição do Mundo Português, com a coincidência dos centenários. E, portanto, a oposição olhou sempre para essas cerimónias e esses rituais e símbolos como propaganda.

E, portanto, quando o 25 de Abril se instalou, o que se passou é que havia uma espécie de vergonha de agarrar nos símbolos, de criar um ritual democrático e um ritual republicano. Havia um ritual e um cerimonial do Estado Novo e a Democracia durante muito tempo teve uma espécie de vergonha, quando isso se fazia parecia que isso era por saudosismo, ou porque até haveria uma espécie de culto ou ligação ao antigo regime. As pessoas do antigo regime é que gostavam muito desses rituais. Isso aliás era muito usado quer pelo Salazar quer pelo Caetano, basta ler as memórias do Caetano para se perceber isso, que davam uma importância porventura excessiva a tudo isso. O regime vivia quase disso, dessa simbolização.

Sendo que Salazar tinha uma posição ambígua, mas isso teria que ser um capítulo à parte, sobre a maneira como é que ele usava o poder, como é que ele usava esses símbolos. Ao contrário dos outros ditadores da época em que ele iniciou o seu consulado, anos 30 e 40, que eram os próprios ditadores que seguravam e erguiam a bandeira, como era o caso do Mussolini e do Hitler, ele, por características psicológicas e políticas, era uma espécie do grande ausente-presente. Por isso é que nunca quis ser Presidente da República, por exemplo, e houve uma altura que até o quiseram empurrar para isso, e portanto ele punha na figura de um militar, que era o Presidente da República, foi sempre militar no tempo dele, digamos essa função mais simbólica e representativa. Mas ele aparecia nos momentos decisivos e a própria escassez da sua presença valorizava quando ele aparecia e usava sobretudo a Palavra, em vez de ser os grandes gestos histriónicos, os grandes discursos nos comícios, ele usava a palavra escrita, mesmo quando ele discursava era a ler, ele próprio no prefácio que faz aos discursos, aos livros que compendiam os discursos dele diz “isto não são bem discursos, são pedaços de prosa escrita que foram lidos”.

Quando o 25 de Abril acontece, e nos anos seguintes, havia uma espécie de vergonha de assumir os rituais do Estado, o cerimonial do Estado, os protocolos, etc. Eu recomendo-te uma experiência, se fores à RTP Memória e vires por exemplo como é que foi o enterro do Sá Carneiro, sobretudo no cemitério, e percebes que aquilo é feito, está lá o Presidente da Assembleia, o Primeiro Ministro substituto, que era o Freitas do Amaral, e se tu vires não há a mais pequena organização da cerimónia, está tudo aos gritos, as pessoas em cima umas das outras, nem sequer há um lugar para eles, é tudo ao empurrão, quase não conseguem fazer o que têm para fazer, pôr a urna no jazigo porque não um mínimo de controle. Tem um pouco haver com isso, essa fase ainda da revolução, que deu cabo disso tudo, durante a revolução tudo o que fosse um pouco essa ideia do cerimonial era muito mal vista, parecia como que uma coisa do passado. Ora acontece uma coisa que foi o facto que aquele que se afirmou como o Pai fundador do Regime, o Dr. Mário Soares, era um homem com uma grande cultura, e nomeadamente com uma grande cultura histórica, era historiador, e portanto tinha a sensibilidade para perceber que os regimes precisam de Rituais, de liturgias. E portanto, quer como Primeiro Ministro, quer como Presidente da República, teve sempre essa preocupação. E eu que trabalhei com ele, e que comungava também dessa preocupação e desse entendimento, acabei por... inicialmente fazer com ele aquilo que ele queria que se fizesse, e depois mais tarde por iniciativa própria fiz eu próprio algumas propostas. Portanto o Panteão a seguir ao 25 de Abril estava completamente esquecido, ninguém queria saber do Panteão para nada nem se pensava nisso. A primeira pessoa a propor um acto que tem haver com isso é o Dr. Mário Soares quando é primeiro ministro, que é nos 50 anos da morte do Fernando Pessoa, combina na altura com Manuel Alegre, que faz essa proposta no parlamento, mas quem lidera é o Dr. Mário Soares. Eu participo num almoço em S. Bento, ainda com a família do Fernando Pessoa, com a irmã do Fernando Pessoa e os sobrinhos, para se conversar e se discutir isso tudo. E também está presente o Manuel Alegre, também o João Palma Ferreira que é presidente do Instituto de Património e talvez o José Augusto Seabra.

Frederico Martins: O Jorge Ferreira contou-me uma história referente à mumificação do Fernando Pessoa. Pensavam que ele estava mumificado.

José Manuel dos Santos: Não se sabe bem essa história. São testemunhos contra testemunhos.

O Primeiro gesto que tem que ver com isso, com o culto da memória funerária, é a proposta da ida para os Jerónimos, é no fim do Governo do Dr. Mário Soares.

Frederico Martins: E é o Dr. Mário Soares que propõe a ida para os Jerónimos de Fernando Pessoa, ou é Manuel Alegre?

José Manuel dos Santos: É Manuel Alegre no parlamento, mas é em combinação com Mário Soares, porque ele era Primeiro Ministro e o líder da maioria. Faz isso porque o Mário Soares não estava no Parlamento. Mas tudo é feito a partir de São Bento e coordenado a partir de S. Bento. Portanto a ideia é de

Mário Soares.

Frederico Martins: Sabemos que Santa Engrácia é uma obra forte do Estado Novo

José Manuel dos Santos: É terminada no Estado Novo.

Frederico Martins: Sim. Quando se Panteoniza Fernando Pessoa há aqui uma questão. Já existe um Panteão Nacional, que é Santa Engrácia e a primeira panteonização da Democracia é nos Jerónimos

José Manuel dos Santos: Mas aí é por uma razão muito simples. Na altura considera-se que o Fernando Pessoa acaba um ciclo. É o último de um ciclo que começa com Camões. Que é o início do império e o fim do império. Pessoa com a Mensagem, de alguma maneira, põe visionariamente um ponto final nesse grande ciclo. Portanto considerou-se que só tinha sentido o Pessoa ir para ali. Pessoa não poderia ser tratado, digamos, em pé de igualdade com os outros que estavam, embora grandes figuras e grandes poetas, como o Garrett por exemplo, mas que o sentido era ser ali por isto. Ele é o novo Camões, como o próprio Pessoa disse ele é o Supra-Camões, é o novo Camões e portanto têm de estar os dois ali nos Jerónimos. Fica numa situação que eu aliás tenho algumas dúvidas sobre se o lugar está certo.

Frederico Martins: Sim, não é tão dignificante como poderia ser, tendo em conta que temos o Herculano na Sala do Capítulo.

José Manuel dos Santos: O Herculano só não saiu porque o túmulo foi feito por subscrição pública. E depois houve aquela história, por isso é que o túmulo do Pessoa é preparado pelo Lagoa Henriques para acolher os ossos, por isso é que tem aquela caixa, ele está sepultado em baixo, por razões, ou porque estava mumificado, ou porque não se quis ver se estava, não se abriu, ficou em baixo. Mas a verdade é aquilo estava pensado para ser naquela caixa, aquela caixa metálica é que era para levar os ossos.

Depois quando o Dr. Mário Soares já é Presidente da República, a primeira entrada no panteão de Santa Engrácia é o Marechal Humberto Delgado. É um gesto eminentemente político porque o Dr. Mário Soares quer com esse gesto significar que quem ganhou as eleições foi o General Humberto Delgado.

Depois mais tarde fui eu também, fui que representei a Presidência da República nessa cerimónia e na organização dela, e depois mais tarde fui eu também que resolvi o assunto e que fiz a transladação e criei o ritual da transladação da Amália, que é a transladação seguinte.

A transladação da Amália é feita também por uma questão simples, já agora conto a história, quando a Amália morre o Dr. Jorge Sampaio vai à Basílica da Estrela, aquilo estava completamente desgovernado, havia pessoas a mexer no corpo, um tipo a falar ao telemóvel e a dizer “estou a fazer festinhas à Amália”, ele quando chegou lá ninguém tinha tomado conta daquilo, e quando chegou lá mandou então pôr lá a polícia e a organizar as coisas. Entretanto veio o João Braga que estava lá e que assumiu um bocado do comando, chegou ao pé do Doutor Sampaio e disse: Senhor Presidente tivemos aqui a ver, a Amália tem que ir para os Jerónimos. O senhor tem alguma coisa a opor? E o Dr. Sampaio no meio daquilo tudo, perante uma coisa destas disse: vamos ver ou depois vemos isso, qualquer coisa do género, que ele [João Braga] entendeu, ou quis entender e portanto foi para a Televisão anunciar que a Amália ia para os Jerónimos e que já tinha a concordância do Presidente da República. Eu nessa altura estava no México a preparar uma visita de Estado, com grande pena minha porque era muito amigo da Amália, e quando cheguei fui confrontado com esta questão. Obviamente não tinha o mais pequeno sentido por a Amália nos Jerónimos. Uma vez que, aí sim, é que se estava a tentar criar um panteão de primeira e um panteão de segunda. Aqueles que nós gostávamos, ou que se consideravam mais importantes iam para os Jerónimos, uma vez que o Panteão tinha estado nos Jerónimos e tinha sido desfeito só ficando lá aqueles que por simbolismo ou no caso do Herculano o caso de ter sido um monumento especial feito para ali, só essas pessoas é que lá ficaram, portanto não tinha sentido. O Pessoa não era precedente pela razão que lhe expliquei, ele era uma espécie de o outro Camões que encerrava o ciclo, um grande ciclo. Portanto não tinha sentido pôr lá a Amália.

Entretanto, os grupos de “Amalianos” estavam todos já muito convencidos e muito excitados com a ideia de a Amália ir para o Panteão, portanto eu tive de fazer uma negociação, primeiro com o João Braga e depois com eles todos, para conseguir que a hipótese dos Jerónimos caísse e a seguir fosse o Panteão. E assim a Amália foi para o Panteão e eu organizei ali, criei um ritual, fui criando e aperfeiçoando um ritual e toda essa cerimónia foi supervisionada por mim.

Depois houve mais a trasladação, uma proposta por ser o primeiro presidente da República eleito, Manuel de Arriaga, depois a seguir o Aquilino, proposta do António Valdemar. Eu tive algumas dúvidas quer sobre o Arriaga, quer sobre o Aquilino. Acho que o Aquilino é um grande escritor, mas que como ele poderia haver muitos outros grandes escritores que poderiam lá estar. Não está lá nem o Eça nem o Camilo, por exemplo.

E portanto... também devo dizer uma coisa, Ah, entretanto, eu acho que, aí sim, um pouco por nossa iniciativa, o Panteão passou a ser redescoberto. A classe política descobriu que havia ali um instrumento de consagração e ao mesmo tempo também de afirmação política, que era fazer propostas, mas isso, pelo menos no início teve ali um contraponto de ninguém se atrever a dizer que não. Portanto, bastava que alguém fizesse uma proposta que essa proposta, porque se alguém se opusesse a que o Aquilino fosse para o Panteão apareceria como alguém que era contra o Aquilino, ou contra a cultura, contra a literatura, e portanto disseram que sim. Houve só uma movimentação porque houve a suspeita de que o Aquilino poderia ter sido um regicida, e na altura houve um abaixo assinado. E depois mais tarde eu é que faço a proposta num artigo da trasladação da Sophia. É nos 40 anos do 25 de Abril, eu achei que naquele momento era preciso assinalar esses 40 anos, e é a ligação de um regime a um símbolo fundamental, que ainda por cima tem a tradição de estar próximo do panteão francês, com tudo o que o panteão representa em termos republicanos e democráticos e até a ligação que teve à Revolução Francesa. Eu fiz essa proposta, essa proposta depois foi retomada na assembleia por alguns deputados que me contactaram e depois mais tarde fui eu que organizei também a cerimónia da Sophia, e fui eu o orador da cerimónia.

Frederico Martins: que é um caso interessante, quando se dá a morte de Sophia o Dr. Jorge Sampaio decidiu não decretar o luto nacional porque isso implicaria cancelar o Europeu de Futebol

José Manuel dos Santos: Porque poderia parecer como uma espécie de mau augúrio, decretar o luto naquele dia.

Frederico Martins: As implicações que isso teve, apesar de ser uma figura maior que depois veio a ser panteonizada, acabou por não ter luto nacional porque se colocou o futebol, não sei se foi por causa disso e aproveitou para lhe perguntar, que sei que foi assessor cultural do Presidente da República, se terá sido mesmo por causa disso, porque isso implicaria o cancelamento dos festejos.

José Manuel dos Santos: Implicaria e poderia ter uma interpretação como aliás ainda bem que não foi essa, ainda bem que não se decretou, porque como Portugal perdeu, poderia parecer como há uma superstição associada aos jogos e aos resultados, poderia depois a memória da Sophia ser culpada por ligar uma coisa de natureza fúnebre à final do Campeonato. Portanto considerou-se, o Luto nacional é um luto sobretudo simbólico e que tem que estar em comunicação com a comunidade, não é, porque senão não se faz. E naquele momento percebeu-se que o Estado de Espírito das pessoas era tudo menos o certo para decretar Luto Nacional.

Mas em relação ao luto nacional, tem havido uma arbitrariedade total em relação ao Luto Nacional. tem-se decretado Luto Nacional completamente avulsamente. Por exemplo, a Maria de Lurdes Pintasilgo, que era primeira ministra, não teve luto nacional, e o Carlos Paredes teve, por exemplo. E creio que agora até o Zé Pedro, não sei se foi decretado, mas foi-lhe dado o museu dos coches, foi velado no museu dos coches, por iniciativa do Presidente da República, foi lhe dado um estatuto quase oficial, mas até não tenho a certeza se não lhe foi dado Luto Nacional. Houve lutos nacionais surpreendentes e houve lutos nacionais que não

foram decretados e é uma surpresa que não tenham sido.

Frederico Martins: Eu agora estou na dúvida porque supostamente Luto Nacional iria ser decretado no dia do funeral do Dr. Freitas do Amaral.

José Manuel dos Santos: E foi.

Frederico Martins: mas passou muito ao de leve pela questão das eleições.

José Manuel dos Santos: E também era o dia da República, houve gente que achou que não deveria ter sido decretado, porque o presidente teve que içar a Bandeira e colocá-la, logo a seguir, a meia haste. Não houve conversa, por ser dia de reflexão, mas ele foi lá.

Depois fui eu também que coordenei o funeral do Dr. Mário Soares e o ritual. Fui tudo inventado por nós e fixou-se uma doutrina.

Frederico Martins: Em conversa com o Professor Carlos Vargas, ele disse-me que estava tudo coordenado, estavam à espera do Dia D, sabiam que depois eram mais 3 dias, depois estava tudo coordenado para os músicos do S. Carlos.

José Manuel dos Santos: Isso foi tudo combinado comigo. Havia um problema fundamental, que era o da cobertura, porque se estivesse a chover...

Ainda o Caso do Eusébio. No Caso do Eusébio, por ser futebol, no dia em que o Eusébio morre é o Ministro da Presidência que lança essa ideia do Panteão, o Marques Guedes, uma coisa absolutamente fora de tom e demagógica, a seguir os partidos não tiveram, obviamente foram todos a trás, porque ninguém quis perder a popularidade que o nome do Eusébio tinha, depois viu-se que não podia ser, porque tinha de ser só um ano. Também há as modificações nas leis.

Frederico Martins: Há com a Amália, e da qual o Eusébio é o grande beneficiado

José Manuel dos Santos: E depois no fundo faz-se a trasladação do Eusébio, toda a gente aplaude e aclama em voz alta e toda a gente acha que é uma loucura em voz baixa. Por exemplo, Rentes de Carvalho tem uma entrevista no Diário de Notícias em que defende a ida da Sophia para o Panteão e se opõe furiosamente à ida do Eusébio. E portanto...

Frederico Martins: porque foram os dois na mesma altura

José Manuel dos Santos: É. Então faz-se isso, a família da Sophia quase ficou irritada e a dizer que se soubesse que se ia passar aquilo não a deixaria ir. E depois, à socapa, toda a gente estava envergonhada um pouco daquela decisão tão sobre a hora, então mudou-se a lei para os 20 anos e neste momento quem foi prejudicado por essa mudança foi o Dr. Mário Soares, vamos ter aliás esse problema porque eu acho que ele deveria ir para o Panteão no centenário, em 2024.

Frederico Martins: Da entrevista que fiz ao João Soares, ele não se mostra nada favorável à panteonização do pai. Por uma questão também mais afectiva. A Defesa do João Soares é que tem de existir um distanciamento temporal para as pessoas perceberem que querem ou não panteonizar a individualidade. Mas esta ligação afectiva também não pode, por exemplo, o ponto de partida desta dissertação é que todas as pessoas que são panteonizadas passam a ser património

José Manuel dos Santos: Sim, é óbvio

Frederico Martins: A Amália, o Eusébio, a partir daquele momento deixaram de ser apenas a Amália e o Eusébio, passaram a ser pertença de todos nós.

José Manuel dos Santos: Mas quer a Amália quer o Eusébio já eram pertença de todos nós, ali é apenas o sinal, os restos mortais, digamos. Mas essas figuras para irem para ali já são pertença de todos nós, nin-

guém torna o panteão numa espécie de “Prémio Revelação”, não é. Já é sempre “prémio de Consagração”

Frederico Martins: Eu no início intitulei à minha dissertação de: O Panteão Nacional. Actualizações e Rupturas na ideia do Heróis e do Panteão em Portugal. Porque pensei que existisse uma grande actualização e ruptura quando se panteoniza a Amália e o Eusébio.

José Manuel dos Santos: sim, há

Frederico Martins: mas agora já acho o contrário

José Manuel dos Santos: Porquê?

Frederico Martins: Porque eu Acho que é apenas a confirmação de um paradigma. Pensei enquanto Ruptura porque a Amália significou uma Mulher no Panteão e uma mulher que não é nem da Elite Política nem da Literária, mas depois se nós formos ver a questão das mentalidades, encontramos a continuação de uma narrativa que é altamente empolada pelo Estado Novo, e uma criação sua, que consiste nos três F's: Fátima Futebol e Fado. O Futebol e o Fado no fundo é aquela cultura de massas que o regime dava

José Manuel dos Santos: sim, é verdade, mas isso é porque a verdade é que isso que se pensou que era uma característica do Estado Novo, provavelmente era o aproveitamento do Estado Novo de uma coisa que era popular e que se manteve popular na mesma. Agora a ideia de por uma figura mais popular no Panteão, por exemplo há com o João de Deus, o João de Deus é um poeta interessante, mas é um poeta sobretudo popularizado por causa da Cartilha Maternal e por isso é que ele vai para o Panteão, não está lá um Cesário nem o Camilo Pessanha que são muito melhores poetas que o João de Deus.

Eu Acho que, a minha teoria, e aqueles que depois a certa altura defendiam o Eusébio era a ideia que também ele era uma espécie de símbolo da CPLP, fizeram tardiamente digamos essa “ressimbolização”. Eu que defendia a ida da Amália, porque eu acho que a Amália constitui um símbolo verdadeiramente nacional e popular e sobretudo porque faz de uma disciplina artística específica que é o fado, ela é que lhe dá estatuto erudito e que o universaliza. O fado quando a Amália começa a cantar era uma coisa absolutamente de Lisboa, era uma coisa que não tinha grandes compositores, não tinha grandes poetas, era uma forma popular que era tocada em tabernas, em verbenas e coisas desse género. A Amália, é ela que traz os grandes compositores, ela que traz os grandes poetas, é ela, com aquela voz maravilhosa que dá um estatuto absolutamente mítico e universal ao fado e é ela que faz do fado um género universal. E é à sombra da Amália que o hoje o fado tem a popularidade internacional que tem e que estas fadistas todas estão a viver. E, portanto, há uma especificidade identitária que a Amália é que tem. No Caso do Eusébio não há, o Eusébio jogava futebol, podia jogar, podia jogar em qualquer parte do mundo, é um grande futebolista, tudo bem, mas eu acho que ainda, não sei, é uma reflexão que se deve fazer, se todos os grandes atletas devem ir para o Panteão. É uma reflexão que estou disposto a fazê-la e a entrar nesse debate. Até agora, não era, exactamente, pelas razões que tu dizes, o desporto, o futebol, não era considerado uma, provavelmente é um sinal dos tempos, na cultura de massas se calhar apresenta-se por esta via em Portugal, não era suposto que alguém que fosse popular, quer dizer não tarda muito vamos ter, alguém que é popular, muito popular, por pressão da política, não tarda muito temos o Toni Carreira ou a Cristina Ferreira no Panteão, portanto, na minha opinião, a popularidade não chega.

Como, já agora aproveita outra coisa para dizer: não chega ser um grande escritor para estar no Panteão, porque o Panteão exige duas coisas que a Sophia tinha, que é a sua obra e actividade literária, artística e intelectual, e ao mesmo tempo também um significado cívico dessa obra. Quer dizer é por essa razão que nós temos o Malraux no Panteão Francês e não temos o Proust nem o Baudelaire, e temos o Zola. Por exemplo, no Panteão francês não chega ser apenas um grande escritor, que é muito, que é fundamental ser um grande escritor, é para além disso preciso ter alguma coisa que simbolize, ou em termos cívicos, ou em termos de identidade, ou em termos políticos que seja reconhecido pela comunidade como tal. E isso

é que a Sophia tinha. Quer dizer, não me passaria pela cabeça, considero que ele é uma grande poeta, pelo menos ao nível da Sophia, e era um grande amigo meu, não me passava pela cabeça propor a ida do Mário de Cesariny para o Panteão. Não tinha sentido, nem ele queria, a vida e actividade dele e a atitude dele não tinha haver com isso, não é.

Frederico Martins: Aproveito para lhe perguntar, quais acham que seriam as próximas individualidades a serem panteonizadas? E tendo em conta, tirando a Amália e o Eusébio, termos uma tutela literária e política do Panteão Nacional, com a excepção também talvez de Óscar Carmona que era um Militar e foi Presidente da República.

José Manuel dos Santos: Que foi um critério que depois não foi seguido a seguir, era Presidente da República que se manteve fiel ao Salazar até ao fim, porque a seguir o Craveiro Lopes não se manteve, e portanto não teve segundo mandato e portanto já foi para o Jazigo.

Frederico Martins: Aliás é a única panteonização do Estado Novo. Um regime de 48 anos apenas panteonizou Carmona.

José Manuel dos Santos: e panteonizou os outros todos que vieram dos Jerónimos de alguma maneira

Frederico Martins: Sim, mas que já estavam panteonizados

José Manuel dos Santos: que já estavam já.

Frederico Martins: O último creio que foi Teófilo Braga, em 1924.

O Professor João Medina refere, ainda no século XX, que outras pessoas poderiam ir para o Panteão . o que eu lhe pergunto

José Manuel dos Santos: ele refere quem?

Frederico Martins: Dá exemplos, para o caso português não, mas para o francês dá exemplos como Joana D'arc, ou de pessoas como por exemplo o general de Gaulle que poderiam estar panteonizadas. Disse-me agora que, por exemplo em relação à Sophia e ao Cesariny, que a obra por si às vezes não é o suficiente.

José Manuel dos Santos: Não, tem que haver qualquer coisa que simbolize civicamente, sendo que o Cesariny também foi um lutador pela liberdade, mas a sua actividade perante o Estado não é compatível com o tipo de simbolização e de solenização desses, como o Baudelaire, ou o Rimbaud, é um dos maiores poetas de sempre da França e ninguém se lembra de pôr o Rimbaud no Panteão. Estão lá outros que foram aqueles que estavam ligados às ideias da Revolução Francesa. Portanto é uma coisa que está para além da disciplina que essas pessoas cultivaram.

Frederico Martins: Da análise que faço das panteonizações, no fundo, com algumas diferenças, tanto Amália, como Eusébio como Camões acabam por cumprir com os mesmos pressupostos, requisitos primários, que são no fundo o de levar e elevar o nome de Portugal por todo o mundo, e toda a gente que conhece Portugal, conhece também...

José Manuel dos Santos: Camões talvez não tanto.

Frederico Martins: Sim, hoje, mas quando falamos no século XIX e no século XX deveria ser bastante conhecido. Aliás, tenho tido a discussão com o Professor Carlos Vargas por se ter retirado dos Passaportes Camões e Pessoa para colocar imagens, por exemplo, da Torre de Belém, existindo uma alteração na simbologia nacional. mas Pessoas como Amadeu de Souza Cardoso ou Almada Negreiros, seguindo esta óptica, não deverão estar no panteão?

José Manuel dos Santos: Sim, não me... O Amadeu... Tinha que se ponderar, eu via mais facilmente, se fosse possível, a Vieira da Silva. O Amadeu é um grande pintor, mas é só isso, e quer um quer outro, sobretudo o Almada, a intervenção cívica que tem, é uma intervenção cívica politicamente suspeita. A Vieira

da Silva estaria certíssima, pela sua projecção universal, pela sua qualidade enquanto pintora, é uma das melhores pintoras do século XX, e pelo facto de ter estado em oposição ao Estado Novo, porque, obviamente que o Acto de panteonização é também um acto político, não têm de ser um acto de propaganda política mas é um acto de escolha política.

Frederico Martins: Eu tinha a noção, mas pelo que ouvi hoje talvez não seja bem assim, para além de toda a ligação que Pessoa poderia ter a Camões e aos Jerónimos, eu tinha a noção que, quando as duas panteonizações, que são muito próximas umas das outras, com menos de uma década, de Huberto Delgado e Fernando Pessoa, que era um acto de afirmação política, Pessoa, a primeira panteonização, vai para os Jerónimos por essa ligação toda, mas por, também para fazer uma afirmação, para ir buscar o Panteão quase Republicano, porque é o movimento Republicano, o Partido Republicano Português que influencia as grandes comemorações do Tricentenário Camoniano em 1880, e quando se panteoniza o Marechal Humberto Delgado, quando se restitui

José Manuel dos Santos: Mas o Pessoa é monárquico. Claramente é difícil dizer sempre o que Pessoa é, porque ele diz uma coisa e o seu contrário. Ele diz por exemplo: Eu sou monárquico, mas acho que o regime que convém mais para Portugal é a República; por outro lado faz a propaganda do Sidónio e, portanto, faz o poema À memória do Presidente-Rei, mas por outro lado tem uma ampla literatura contra o Salazar. Mas Pessoa pelo seu génio Absoluto está acima dessas considerações.

Frederico Martins: É como Camões.

José Manuel dos Santos: É como Camões. Agora tu quando tens que escolher entre muitos iguais, daí a questão do Aquilino, tu podes, tens que escolher com argumentos fortes. Por exemplo há umas pessoas agora que propuseram a Agustina, é uma hipótese a ver. Mas e o Saramago que foi Prémio Nobel? E o Lobo Antunes que pode vir a ser Prémio Nobel, como há aí murmúrios? Isso é uma razão suficiente? Há muitos prémios nobel em França que não estão no Panteão.

Frederico Martins: aliás nenhum dos nossos prémio nobel está no Panteão, temos 2.

José Manuel dos Santos: Sim. Portanto eu acho que se tem de fazer uma reflexão. Quando chegou a presidente, o François Hollande quando chegou a presidente nomeou uma comissão para estudar os usos simbólicos do Panteão e a actualização do Panteão. É um longo documento em que todas essas questões são postas. É um documento fundamental e pouco conhecido.

Frederico Martins: Eu e o professor Carlos Vargas temos discutido a questão da Simone Veil, que foi panteonizada com o Marido, acredita que é possível acontecer o mesmo com o Dr. Mário Soares e a Dr. Maria Barroso?

José Manuel dos Santos: exactamente. Sim, é uma exigência dos filhos e eu acho que era uma coisa justa, e é um caso muito semelhante ao da Simone Veil. E o Pierre e a Marie Curie também foram panteonizados juntos.

Frederico Martins: Hoje em dia faz sentido a existência de um Panteão Nacional e de celebrações cívicas? Nesta sociedade, principalmente depois do que foi o Estado Novo.

José Manuel dos Santos: Todos os símbolos foram usados pelo Estado Novo, ele criou alguns, outros usou os que já havia, nomeadamente a Bandeira Nacional. Não deixa de haver uma certa ironia o Estado Novo manter a bandeira, sendo que a Bandeira era a bandeira Republicana e sendo que o início do Estado Novo teve uma forte componente monárquica. Conta-se que houve um grupo de monárquicos que foram ter com o Salazar a dizer que a Bandeira não poderia continuar a ser aquela, que aquela era a Bandeira republicana e que tinha que se repor a bandeira azul e branca, ainda que algumas alterações na iconografia, e o Salazar ouviu, ouviu e que disse no fim: já percebi, os senhores querem dar uma bandeira aos republica-

nos. Ele percebeu que se a bandeira fosse substituída passavam a ser os republicanos que usavam aquela, que era a deles, e que deixava de ser do país, e, portanto, aquilo iria ser uma coisa muitíssimo importante e um símbolo muitíssimo forte e que assim tinha sido capturado e apropriado pelo Estado Novo. Por isso é que nunca autorizou que se fizesse isso.

Eu acho que nós vivemos numa época, eu considero que, como a antropologia diz, e a filosofia diz, que o homem é um animal de símbolos. Considero que estamos numa época de grande dessimbolização. É verdade que estamos numa época de grande dessimbolização porque estamos numa época em que há uma crise de todas as instituições. Todas as instituições tradicionais estão em crise, ou pelo menos a relação da comunidade com elas está abalada, ou pelo menos a durabilidade e a sustentabilidade. A escola está em crise, o Estado, à sua maneira, também está em crise, a família está em crise, a religião está em crise e as igrejas estão em crise. Portanto há, digamos os lugares onde a memória simbólica mais presente estava estão em crise. E os símbolos comunicam-se por circuitos vigentes e praticados de comunicação. E nós, neste momento, há uma grande alteração desses circuitos todos. Esta é que é a verdade, com as redes sociais e com tudo isto, há uma alteração fundamental. Portanto é preciso perceber o que é que é fundamental ser preservado e aquilo que tem de ser mudado e adaptado, até para tornar isso que é preciso preservar presente a actual na mesma. E depois vivemos numa época marcada por fundas contradições. Uma coisa que parece já não ser boa de repente é recuperada de uma outra maneira, ou por outro grupo, ou por outras pessoas, como vemos, quer dizer na época da globalização é que ressurgem os nacionalismos, portanto está aqui uma dialéctica permanente entre estas coisas todas. E nós percebemos, nós dizemos, por exemplo, é uma época de dessimbolização, mas por exemplo hoje houve uma espécie de ressimbolização dos casamentos, coisa que era impensável, por exemplo nos anos 60 e 70 era impensável as noivas casarem de véus, a não ser em meios rurais ou muito conservadores, no comum das pessoas tudo isto tinha acabado. O Primeiro Ministro conta sempre que casou foi à conservatória com a mulher e a seguir foi comer para um McDonald. E agora há outra vez o regresso aos casamentos de Fraque, às noivas, às festas em tendas e em quintas, quer dizer parece um pouco contraditório com a informalidade da época em que vivemos. Portanto não se pode, acho eu, tirar conclusões muito unilaterais e definitivas sobre estas questões simbólicas. E a verdade é que as pessoas precisam de símbolos. Os regimes precisam de símbolos, as comunidades precisam de símbolos, é preciso é torná-los vivos, e saber usá-los bem e usá-los vivos.

Por exemplo a Amália é o único túmulo do Panteão que tem flores habitualmente, nem o Eusébio tem. Porque o futebol é outra coisa, foi aquele momento, não está no culto. A Amália sim, tem umas fãs, não sei quanto tempo é que isto dura, mas que vão lá como iam ao cemitério quando ela ainda não estava no Panteão. E portanto isso abriu o Panteão, coisa que não acontece, porque apesar de a Sophia ser uma figura prestigiadíssima e respeitadíssima, não tem a força de atracção popular que leva, que vão lá por flores habitualmente, como as amigas da Amália.

E Portanto eu não só a favor de que os modelos do passado tenham que ser fechados e praticados apenas esses no presente, o que é preciso é perceber o que é que se quer, e quando se simboliza o que é que se quer simbolizar e para quê é que se quer simbolizar. Quando é a história do Pessoa nos Jerónimos, aquilo tem um simbolismo fortíssimo. Está-se a querer dizer que, primeiro, o Pessoa é uma espécie do Camões do Século XXI, segundo, que o Pessoa representa uma espécie do fim de um ciclo, o grande ciclo da História Portuguesa, o ciclo do Império que ele com a Mensagem pôs o ponto final simbólico e cultural, por isso é que é um livro eminentemente simbólico, não é apenas um livro, um poema literário, é um poema que ele quis aliás, por isso é que lhe chamou Mensagem, e antes o nome que lhe tinha dado era Portugal, fazendo contraponto com os lusíadas, depois não deu por razões que são conhecidas, e portanto no fundo é o reconhecimento disso, por isso é que ele foi para os Jerónimos. E isso tem um simbolismo muito forte.

Eu quando faço a proposta da Sophia, e quer no artigo que escrevo no público, quer no discurso que faço na cerimónia, digo muito bem, bem isto quer dizer claramente, porque é que fiz aquela proposta e o que é

que aquilo representa, porque é alguém que é uma grande poeta, que é uma poeta da liberdade, e é a autora do poema que se tornou simbólico do 25 de Abril. Portanto tudo isso está ali simbolizado na ida dela para o Panteão. Eu acho que quando os símbolos são praticados, deve ser clara a mensagem deles. Não pode haver é vergonha, quando se faz uma coisa destas não se pode fazer com vergonha ou com ambiguidade, como de alguma maneira aconteceu um bocadinho com o Aquilino. Não ficou claro, inteiramente claro, porque é que o Aquilino ia.

Frederico Martins: E acha que no futuro há esse problema, de o Panteão agora sem dúvida ganhou um novo élan. Não vou falar da questão dos jantares porque é uma questão à parte, mas principalmente com o exemplo do Eusébio, acha que se corre o risco de se banalizar o Panteão?

José Manuel dos Santos: Sim, quer dizer eu acho é que o Panteão não deve ser usado como instrumento de propaganda política e de demagogia política, o Panteão é um monumento que tem uma vocação de eternidade e portanto, da eternidade relativa e precária como é a humana, mas tem essa ambição e portanto não pode responder aos apelos emotivos apenas do momento, tem que ter uma visão, e os políticos têm que ter essa visão porque são eles que decidem no parlamento. Essa visão, na minha opinião, leva a que é preciso algum tempo para avaliar bem, porque há fenómenos emotivos sobre a hora da morte ou sobre a pessoa quando está viva e depois já ninguém se lembra dela.

Frederico Martins: Mirabeu e Marat, foram questões diferentes, mas foram despanteonizados

José Manuel dos Santos: Pois, mas há casos desses, às vezes nem são despanteonizados mas as pessoas dizem: se fosse agora não teriam ido, não tem sentido. Isso não obsta a que pode haver momentos em que por, tem quer um mecanismo muito apurado, o que estava para ser preparado era mau, em que se considera que essa figura merece um tratamento de excepção e merece ir para o Panteão mais cedo. Como, acho eu, deveria ser para o Dr. Mário Soares. A alteração à lei que dizia, abriu uma excepção para os antigos Presidentes da República era má, porque implicitamente estava aqui contida a ideia de que todos os Presidentes da República tinham direito a ir para o Panteão. E o Dr. Mário Soares vai para o Panteão, não é por ter sido Presidente da República, é por ser fundador do regime e a figura que é. É o que tem sentido, acho eu.

Frederico Martins: Então, e nesse sentido, figuras como Sá Carneiro e Álvaro Cunhal fazem o mesmo sentido?

José Manuel dos Santos: Eu acho que não tem o mesmo sentido, são razões diversas, diferentes. Acho que o Sá Carneiro não é por ser líder um partido político, o Sá Carneiro que gera uma questão emocional na altura de morte, morte por acidente, mas o Sá Carneiro foi um ano Primeiro Ministro, teve uma relevância política importante, mas muitas outras pessoas com uma relevância política importante, Freitas do Amaral, não foi tanta, mas foi parecida.

Frederico Martins: Estou a dizer isto porque me lembro na altura em que Marcelo Rebelo de Sousa fala.

José Manuel dos Santos: Mas ele diz isso por um cálculo Político, é uma questão de equilibrar as coisas. Não faz sentido o Sá Carneiro não é comparável ao Mário Soares, não é comparável antes do 25 de Abril, não é comparável depois do 25 de Abril.

Frederico Martins: Depois temos outros casos em que a Família ou os próprios não querem, como Salgueiro Maia, Saramago, ainda agora a SPA lançou do Zeca, e a família afirmou logo que estava contra, porque para ela o lugar do Zeca é onde ele está

José Manuel dos Santos: Sim, e tem razão. Eu acho que é tão estranho o Zeca ir provavelmente para o Panteão como o Cesariny. Por razões diversas, mas não tem muito sentido.

Agora, o que é preciso, mais uma vez é que haja visão, é que a política tenha uma visão histórica e cultural da sua acção e isso o Soares tinha, mas era dos raros que tinha. A maior parte das pessoas não têm, portanto

tem uma visão puramente instrumental de tudo isto. E os símbolos, que têm também funções políticas, funções cívicas, etc., mas não devem ser instrumentos da demagogia e da luta política imediata. E a tentação da superficialidade, tipo essa: como vai o Soares vai também o Sá Carneiro. Então e vai o Sá Carneiro e porque é que não vai o Cunhal e o Freitas porque são os quatro famosos fundadores? Só porque tiveram à frente dos partidos. Tudo bem tiveram o seu papel, mas não faz nenhum sentido, é preciso esperar algum tempo para que isso tudo sedimente. Eu sou é a favor de que usando as placas, os cenotáfios, que era preciso fazer mais homenagens no Panteão, sem precisar de levar para lá os restos mortais. Eu acho que por exemplo que o Camilo e o Eça têm sentido, o Antero tem Sentido, a Vieira da Silva tem sentido, talvez o Amadeu, tínhamos que ver, pensar, porque o Amadeu não tem praticamente dimensão cívico-política e a que tem é revelada nas cartas é num certo sentido. Não é por isso que deve ir. Se nós considerarmos que a relevância artística dele é tão importante na pintura ou quase semelhante à que Pessoa tem na Poesia poderia fazer sentido. Eu tenho algumas dúvidas. Eu acho que na pintura portuguesa ele tem uma imensa relevância, mas o Fernando Pessoa para além de ter isso na poesia portuguesa tem na poesia universal, eu acho que o Fernando Pessoa é o maior poeta do século XX no Mundo, acho que é maior que o Eliot, que o Ezra Pound, que esses todos, portanto tem esta dimensão é o reconhecimento dessa dimensão universal que ele foi ganhando e que ainda continua todos os dias a ganhar, todos os dias se descobrem coisas novas. Por exemplo o Livro do Desassossego que é publicado pela primeira vez na década de 80 dá-lhe uma dimensão que a poesia, até porque é difícil traduzir poesia, e a prosa embora fosse poética é mais fácil, eu conheço pessoas que leram o Livro do Desassossego e que ficaram presas aquele livro, pessoas de altíssima categoria intelectual, para sempre. Portanto tem uma dimensão imensa. E também podemos pensar no Siza. O Siza é uma grande figura, um grande arquitecto e, para além da arquitectura, também tem alguma política.

Portanto eu acho que se se quiser fazer isso com conta peso e medida, com um sentido simbólico, com uma mensagem clara eu acho que não se precisa de fazer isso todos os anos, pode-se fazer de 5 em 5 anos, de 10 em 10 anos, e, como diz aquele documento, é preciso equipar o Panteão, já de alguma maneira começa a ser feito, com recursos e meios modernos, para tornar um monumento que atraia as pessoas, para que as pessoas que esteja lá, não estejam lá mortas, a ideia é que elas estão lá porque não estão mortas, portanto é preciso divulgar o próprio sentido do monumento e das pessoas que ali estão.

Por exemplo houve uma polémica dos jantares. Mas por exemplo todos os dias se fazem jantares ali ao lado do Pessoa a pôr os copos em cima do túmulo. Eu já fui lá a dezenas de Cocktails. Acho que agora há um pouco mais de recato, mas não proibiram.

Frederico Martins: Mas é verdade, as pessoas falam por desconhecimento. Ainda há pouco tempo apareceu uma foto nas redes sociais com o túmulo do Herculano cheio de Mochilas.

José Manuel dos Santos: Não tem sentido, o monumento não está devidamente equipado.

Frederico Martins: O Monumento perdeu a dimensão que tinha, com o retirar do baldaquino.

José Manuel dos Santos: Quando trasladaram o Herculano para os Jerónimos, há fotografias que o comprovam, a fila de pessoas para lhe prestarem homenagem chegava à Praça do Comércio.

Frederico Martins: Isso é uma coisa estrondosa.

José Manuel dos Santos: É uma coisa estrondosa. Para termos ideia de que isso também representava na época, os símbolos também eram outros, os cemitérios também estavam cheios ao domingo e agora não estão. Há uma fotografia sobre isto muito interessante e importante.

Frederico Martins: Na questão dos Cenotáfios, Camões e Vasco da Gama são duplamente cultuados. Eu acho que para a População em Geral.

José Manuel dos Santos: Pensam que estão em Santa Engrácia.

Frederico Martins: Não sei, mas provavelmente sim.

José Manuel dos Santos: para quem não foi ao outro.

Frederico Martins: Sim, para quem não foi ao outro, para quem não conheça a história, sim. Mas eu penso para que a população em geral talvez seja um pouco indiferente estarem perante um cenotáfio ou perante os verdadeiros restos mortais. Aliás, não se sabe se são os restos mortais de Camões.

José Manuel dos Santos: Tens de ver o Poema do Sena: Camões Fala aos seus contemporâneos. Porque esse poema é uma espécie de voz do Camões a falar a propósito do mundo.

Frederico Martins: O Sena poderia ser também uma das personalidades. O Sena é também uma das figuras que ora é amado ora desprezado.

José Manuel dos Santos: O Sena era uma outra questão. Ele achava que ele é que era o outro Camões. Ele veio para Portugal.

Frederico Martins: Por acaso não sei onde ele está.

José Manuel dos Santos: Está nos Prazeres, perto do Cesariny. Nós também fizemos uma trasladação do Cesaryni. O Sena é um dos grandes mas há outros também, há outras grandes figuras que poderíamos pensar nisso. Apesar de tudo, temo um conjunto de grandes poetas do Século XX. Mas eu acho que é preciso fazer uma espécie de reflexão sobre isso. Há uma proposta para levar o fundador para lá.

Frederico Martins: Sim o Passos Manuel.

José Manuel dos Santos: depois há do Aristides de Sousa Mendes.

Frederico Martins: Temos uma lista infindável de nomes a ir para o Panteão. depois há a questão de que, já os homens do regime quando o inauguraram, perceberam que não dava para panteonizar todas as pessoas.

José Manuel dos Santos: Aquele panteão é minúsculo e não tem lugar, é escasso. É preciso adaptar. Tem que se fazer cenotáfios. Mas depois à boa maneira Portuguesa as famílias não vão querer porque acham que é menor. Quando no Panteão em Westminster os tipos têm placas por todo o lado, até um pouco anarquicamente.

Entrevista n.º 3 - Isabel Melo

Directora do Panteão Nacional, 5/11/2019 (resposta via e-mail)

1. Como é dirigir o Panteão Nacional? Como é visto o Panteão Nacional dentro da estrutura da DGPC/ dos organismos culturais?

Dirigir o Panteão Nacional é um desafio constante, uma tarefa desafiante e estimulante. Penso que o Panteão Nacional é encarado, por todos nós, como um monumento com características únicas e uma carga simbólica inigualável.

2. Qual a ligação simbólica existente entre os Portugueses e o Panteão?

Este monumento é entendido como o local que acolhe aqueles que, pela sua vida e obra, foram considerados excepcionais e como tal eleitos como símbolos identitários.

3. O Alargamento da tipologia de Panteão Nacional a outros templos, nomeadamente os Jerónimos, alterou visão em volta do Panteão?

Penso que, de uma forma, geral, não.

4. Quais os vultos que aqui repousam que são mais procurados?

As personalidades mais mediatizadas foram Amália Rodrigues e Eusébio da Silva Ferreira, pelo que são os nomes que, mais frequentemente, são associados ao Panteão Nacional.

5. Concorde com distanciamento temporal previsto na lei para a panteonização?

Acredito que esta determinação teve em conta a necessidade de algum distanciamento emocional, que permita uma decisão mais objetiva.

6. Quais serão, na sua opinião, as próximas individualidades a ser panteonizadas?

Essa informação e decisão são da inteira responsabilidade da Assembleia da República.

7. Como olha para eventos, de índole privada ou não, a utilizarem o espaço do Panteão?

Todos os eventos a autorizar, à semelhança do que aconteceu até agora, deverão respeitar o regulamento legal em vigor e ter igualmente em conta a importância e dignidade do espaço.

8. Qual será o destino do Panteão?

Continuar a sua Missão de acolher, homenagear e perpetuar a memória das personalidades distinguidas.

9. Como serão as celebrações cívicas? Ainda fazem sentido nos dias de Hoje?

Todas as celebrações que reconheçam e dignifiquem a memória das personalidades homenageadas serão pertinentes.

10. Quem mais visita o Panteão, Portugueses ou estrangeiros?

Neste momento os visitantes do Panteão Nacional são maioritariamente estrangeiros, à semelhança do que acontece com outros monumentos nacionais.

Entrevista nº 4 - Ângela Ferreira

Secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural, Lisboa, 18 Fevereiro 2020

Uma vez que a Sr.^a Secretária de Estado Adjunta e do Património Cultural solicitou previamente o envio das questões, esta entrevista divide-se em duas partes. Uma primeira parte correspondente às respostas escritas às perguntas endereçadas e uma segunda parte que corresponde à entrevista presencial realizada no dia 18 de Fevereiro.

Parte I

1. Integrou ao Anterior Governo enquanto Secretária de Estado da Cultura. Na Orgânica do novo Governo a pasta da Cultura foi reformula, tendo sido criado o lugar de Secretária de Estado Adjunta e o Património Cultural. Quais foram as razões que orientaram a criação desta nova secretaria de Estado?

A reabilitação e dinamização do património cultural constitui uma prioridade deste governo, tal como ficou bem expresso na apresentação da proposta de Orçamento do Estado para 2020, agora aprovado.

Esta é uma das nossas prioridades e, por isso, vamos lançar um “programa plurianual de meios e investimentos para a reabilitação e dinamização do património cultural classificado” com objectivos muito claros: identificar e programar a reabilitação de património cultural; e criar um instrumento de financiamento do programa, assente num princípio de diversificação de fontes de financiamento. Exemplo disto é o ensino de criar uma “Lotaria do Património”, cujas receitas serão vocacionadas para a preservação,

reabilitação e dinamização do património cultural classificado.

A preservação e reabilitação do património cultural, tanto edificado quanto móvel, permite torná-lo visitável, visitável ou, experimentável em condições dignas, que deem a conhecer a herança cultural portuguesa que, ao mesmo tempo, promovam a atração de públicos, bem como o conhecimento e a proteção de lugares históricos.

2. No quadro do Património Cultural, qual a visão do Governo em torno da Existência de um Panteão Nacional?

O Panteão Nacional, foi criado por decreto de 26 de Setembro de 1836, encontra-se instalado em Lisboa, na Igreja de Santa Engrácia desde 1 de Dezembro de 1966.

Situa-se na zona histórica de Santa Clara, ocupa o edifício originalmente destinado para a igreja de Santa Engrácia, acolhendo os túmulos de grandes vultos da história portuguesa.

É um exemplar único do Barroco em Portugal, ergue-se frente ao Tejo, sobranceiro à zona histórica da cidade, sendo uma referência incontornável na silhueta de Lisboa.

O Panteão Nacional destina-se a homenagear a perpetuar a memória dos cidadãos portugueses que se distinguiram por serviços prestados ao País, no exercício de altos cargos públicos, altos serviços militares, na expansão da cultura portuguesa, na criação da literária, científica e artística ou na defesa dos valores de civilização, em prol da dignificação da pessoa humana e da causa da liberdade.

A igreja de Santa Engrácia, apesar das vicissitudes vividas, revela um notável plano barroco de importação italiana, único em Portugal.

A fachada principal da igreja concilia exemplarmente a novidade do Barroco italiano com a prática arquitectónica mais notável e significativa de Portugal. Já na galeria deparamo-nos com os três portais, animados por um trabalho decorativo de grande relevo, atribuível ao escultor francês Claude Laprade (1687-1740). No escudo nacional que encima o riquíssimo portal central, encontramos explícito o carácter nacional da igreja que esteve presente tanto na fundação da primeira paroquial como depois na reconstrução do templo pela irmandade.

O aspeto imponente e o carácter único da obra justificam a sua classificação como Monumento Nacional e legitimam a sua escolha para acolher os restos mortais dos portugueses de exceção.

A dinâmica das formas do monumento integra-se numa privilegiada implantação sobre uma das colinas da cidade voltada ao rio. O templo destaca-se no panorama de Lisboa como um grande baluarte. O seu terraço oferece aos visitantes uma vista ímpar da capital e do Tejo

3. Actualmente existem quatro templos com o estatuto de Panteão Nacional (Santa Engrácia, Santa Maria de Belém, Santa Cruz de Coimbra, Santa Maria da Vitória). Tendo em conta que foi o Governo anterior, através da lei nº 14/2016, de 9 de Junho, que atribuiu a Santa Maria de Belém e Santa Maria da Vitória o estatuto de Panteão Nacional, e que cada um destes templos corresponde a momentos concretos da nossa história, qual a visão do Governo e do PS que conduziu a este alargamento tipológico?

Esta segunda alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de Novembro, que define e regula as honras do Panteão Nacional, e quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 411/98, de 30 de Dezembro, foi iniciativa do Parlamento/ Assembleia da República e não do governo, pelo que não posso de todo responder a essa questão.

Embora possa perfeitamente compreender, uma vez que em todos os locais aos quais hoje é atribuído o estatuto de Panteão Nacional, se encontram sepultados ou evocados grandes vultos da nossa história.

4. Tendo em conta que a maioria das figuras panteonizadas pela Democracia estão ligadas à Es-

querda, ou por esta são cultuadas, acredita existir alguma diferenciação no tratamento que Governos de Esquerda e de Direita dão ao Panteão?

Não. Nem considero totalmente verdadeira essa afirmação.

Posso inclusive lembrar que a concessão de honras de Panteão é da competência exclusiva da Assembleia da República, a qual reveste a forma de resolução e tem de ser fundamentada, pelo que não considero que exista alguma diferenciação.

Relembro ainda três das últimas figuras às quais foram dadas honras de panteão e qualquer uma delas aprovadas por unanimidade no parlamento:

- Amália Rodrigues
- Sophia de Melo Breynner Andresen
- Eusébio da Silva Ferreira

5. Tendo em conta que Santa Engrácia foi capturada por uma certa facção da direita, acredita que exista alguma inibição por parte da Esquerda em relação ao Panteão?

Acho que a minha resposta anterior responde de igual forma a esta pergunta.

6. Hoje faz sentido a existência de um Panteão Nacional?

Os Panteões são uma forma de revivificar actos heroicos ou percursos de mérito capazes de ligar as pessoas a um destino heroico comum, pelo que considero, pessoalmente, que sim.

6.1. Como é que se activa a ligação entre o Panteão e a População?

Tal como muitos afirmam “É preciso que haja uma relação emocional com quem aqui está para que haja um sentimento de pertença. Não se pode amar ou acarinhar um panteão sem isso.

E julgo que a dinamização que a directora do Panteão, bem como a DGPC tem vindo a dedicar na programação cultural deste monumento, nomeadamente com a realização de exposições, podem inverter esta distância.

6.2. Hoje fazem sentido as celebrações cívicas?

Acho que faz sentido homenagear grandes vultos da nossa cultura e da nossa história, os quais nunca devemos esquecer.

7. A Lei n.º 14/2016, de 9 de Junho, que rege o Panteão Nacional, determina que as Honras de Panteão podem ser realizadas 20 anos após a morte, se se transferirem os restos mortais para o Panteão; 5 anos após a morte se se tratar de uma lápide alusiva à individualidade no Panteão Nacional. Qual a razão para este distanciamento?

Entre muitas dúvidas colocadas por vários especialistas nesta área, existe uma preocupação comum: o distanciamento histórico deve ser a regra, aliás, alguns aconselham que se ponderem sempre dois critérios: o distanciamento histórico e um consenso alargado no Parlamento (que aprova e paga a trasladação)

8. Que estratégia tem o Governo e o PS para futuras panteonizações?

Na área da cultura não existe.

9. Tendo em conta as polémicas recentes, como é que a Secretária de Estado da Cultura Observa a relação do Panteão com estes eventos?

O Panteão é um monumento nacional, no entanto não nos podemos esquecer do seu estatuto e da sua função enquanto guardião da memória de pessoas. Assim os eventos devem ser sempre avaliados em qualquer

dos nossos monumentos, seja qual a sua função.

Parte II

Frederico Martins: Estou a realizar uma Dissertação de Mestrado em Património, sendo que a abordagem que sigo não se prende com a História da Arte, mas sim segundo uma perspectiva de Património Identitário. No fundo, o que procuro é uma análise do Panteão, desde 1835 até aos dias de hoje, com o decreto do Passos Manuel que funda o Panteão nesse ano, depois com alguns momentos como em 1880 com as primeiras panteonizações e com o tricentenário camoniano; depois em 1916 com o decreto de Santa Engrácia como Panteão Nacional; depois em 1966 quando efectivamente se instala o Panteão. No fundo, o que procuro saber, ou dizer, consiste no perceber como personagens com Camões, Amália e Eusébio se tornam, cumprem os mesmos pressupostos e preceitos para serem panteonizados. O que procuro com esta entrevista é perceber como é que entendido o Panteão no quadro da Cultura e o futuro que pode existir para o Panteão, numa sociedade acelerada, que também se afasta um pouco da ideia da morte e das celebrações republicanas e estatais.

Ângela Ferreira: Começando pelo enquadramento, que aqui já referiu, que o Panteão foi criado em 1836 e está em Santa Engrácia desde 1966. Obviamente que em termos patrimoniais este edifício é muito importante. É um edifício que está na zona histórica de Santa Clara, é um exemplar único do Barroco em Portugal e é um imponente monumento da Cidade de Lisboa, até porque marca, é uma referência incontornável da silhueta da cidade à qual não conseguimos fugir.

De qualquer forma o Panteão, e tal como é hoje o regime jurídico que define as Honras de Panteão, destina-se a homenagear e a perpetuar a memória dos cidadãos portugueses que se distinguiram por serviços prestados ao país, no exercício de altos cargos públicos, altos serviços militares, na expansão da cultura portuguesa, na criação literária, científica e artística ou na defesa dos valores da civilização, em prol da dignificação da pessoa humana e da causa da liberdade. O que é que eu quero dizer com isto, quero dizer que o Panteão, embora tenha sido terminado em 1966 pelo Estado Novo, mantém ainda hoje esta função de homenagear e perpetuar a memória de cidadãos portugueses que tiveram um peso importante na nossa cultura, na nossa história, em todos os momentos da nossa história, seja ela de que índole ou de que regime estejamos a falar.

Para nós o importante em termos de conservação patrimonial, não é só porque estamos na presença de um Panteão Nacional, como sabe existem outros no país, como seja os Jerónimos, o Mosteiro da Batalha e Santa Cruz em Coimbra, mas porque é este exemplar único do Barroco e tem características construtivas únicas em Portugal que importa preservar.

O que é que eu posso dizer sobre as recentes alterações relativamente à função do Panteão, uma vez que em 2016 houve uma alteração à lei nº28 de 2000 de 29 de Novembro. Ela foi iniciativa do parlamento, esta alteração, e esta alteração tinha por base a questão não só de alargar o estatuto de Panteão Nacional a outros imóveis em Portugal, porque poderíamos dizer que é Panteão todos aqueles monumentos, onde estão sepultados, ou que encerram de alguma forma a memória desde cidadãos portugueses, destes cidadãos portugueses com esta presença na nossa história e na nossa cultura, mas também relativamente à questão das trasladações porque o regime jurídico do Panteão se interliga de alguma forma com o regime que tem haver com as trasladações, que é um regime que foi elaborado pelo Ministério da Saúde como se pode imaginar que tem haver com cremações, com sepulturas e com trasladações.

O que é que eu posso dizer mais sobre esta concessão de honras ao Panteão. Esta concessão de honras de panteão, não só o seu regime jurídico foi aprovado pelo parlamento e foi de iniciativa parlamentar da sua alteração, como é sempre aprovado em parlamento as panteonizações. Não é só aprovado como é também custeado. E o que podemos observar, tanto no que diz respeito à Amália, como à Sophia de Melo Breyner, como ao Eusébio, as votações foram unânimes. O que é que isto quer dizer em meu entender, e

agora falo de uma forma muito pessoal, isto quer dizer que apesar de podermos considerar que o Panteão por ter sido terminado as obras de Santa Engrácia no Estado Novo, não houve qualquer divisão da nossa sociedade, nem política nem civil, relativamente à panteonização de vultos da nossa cultura, como são a Amália, Sophia de Melo Breyner, ou o Eusébio. Eusébio da Silva Ferreira, sim podemos dizer que foi um vulto que não teve uma importância cultural, é certo, mas teve uma importância ao nível do desporto e na promoção de Portugal além-fronteiras como muito poucos outros fizeram e, portanto, acho que foi unânime a sua panteonização.

Por isso, eu sei que há muitos especialistas e conhecedores que dizem de alguma forma que o panteão foi capturado por uma certa facção da Direita, mas depois relativamente à união de todos e da sociedade em torno da últimas panteonizações leva-me a crer exatamente o contrário. É certo que podemos dizer que não existe uma ligação muito directa entre os portugueses e os Panteões Nacionais que existem no país. Ou seja, a maior parte deles, as pessoas visitam não pela sua função de Panteão, mas pelo valor patrimonial e arquitectónico que qualquer um deles encerra e que são sobejamente conhecidos, mas essa ligação também é algo que se tem vindo a modificar. O que é que eu quero dizer com isto, acho que o facto de o Panteão Nacional dinamizar de certa forma, com exposições temporárias alusivas àqueles que a sua memória deve ser preservada, aqueles que são cultuados no Panteão, é importante para esta ligação. É importante que os Portugueses, aos turistas nem tanto, porque talvez diga o Camões que está nos Jerónimos, algumas figuras da nossa história, que estão, lá está, o Eusébio será uma delas, a Amália também, além fronteiras, outras não terão essa repercussão, mas para os portugueses, esta ligação ao Panteão Nacional e à função do Panteão Nacional é muito importante ser relembrada com dinamizações culturais, com dinamizações culturais que passam por exposições que passam até por organização de conferências ou de seminários que tragam aos dias de hoje temas e a obra que estas pessoas deixaram e que contribuíram para a nossa cultura.

E isto é muito importante porque se interliga com outra coisa que me perguntaste que tem a ver com o sentido das celebrações cívicas nos dias de hoje. Eu acho que continuam a fazer imensamente sentido porque tanto aqueles que foram panteonizados recentemente, como outros que venham a ser panteonizados daqui para a frente, a breve trecho, eu julgo que há sempre um grande envolvimento da sociedade civil. Estamos a falar sempre de uma... estão sempre envoltos numa carga emocional muito grande. Por exemplo, o funeral do Mário Soares, ou mesmo do Álvaro Cunhal, foram duas figuras muito importantes para o país e para o regime democrático que hoje vivemos e foram duas cerimónias com uma elevada carga emocional, às quais ocorreram todos os cidadãos de todas as origens económicas e educativas que nós temos em Portugal. E portanto, não são celebrações cívicas de elite, mas são celebrações cívicas na sua verdadeira acepção da palavra porque movimentam isto mesmo a emoção daquilo que se conseguiu com a revolução de Abril, aquilo que a liberdade de expressão trouxe, mas depois temos outras, como a Amália ou o Eusébio, que nos trouxeram tantas outras coisas ao nível da cultura e do desporto.

Outra das perguntas que nos colocou, tem a ver com o facto dos 20 anos ou dos 5 anos para a lápide. Há muitas dúvidas que foram colocadas e que têm sido colocadas por diversos especialistas na matéria, desde historiadores a professores de Direito, todos estão de acordo com um princípio, com distanciamento histórico que deve ser a regra. Como há pouco dizia numa sociedade globalizada, onde a informação é muito rápida, em que se vive numa velocidade como nunca tínhamos vivido até agora, as opiniões mudam muito de repente, os temas mudam muito de repente, mesmo os eventos que hoje são actuais, contemporâneos, de um dia para o outro são suplantados por novos, este distanciamento é importante para consolidar aquilo que foi o percurso histórico, não para duvidar da importância que aquela pessoa teve na história, na cultura ou na ciência, na evolução do nosso país, mas para consolidar a importância que aquela pessoa encerra na memória e na cultura de um país para ser alvo de uma honra de Panteão.

Há um outro critério que também é importante e que me faz retornar ao início da nossa conversa, que é o distanciamento deve ser sempre aliado a um consenso do Parlamento. É no parlamento que nós temos todas

as forças políticas, é o nosso parlamento representa o regime democrático e é assim eleito, e, portanto, facto de termos sempre um consenso no parlamento tem permitido exactamente que estas panteonizações não sejam postas em causa amanhã ou depois.

Frederico Martins: Há duas pessoas que foram despanteonizadas em França, Mirabeau e Marat, exactamente por causa disso, porque não houve distanciamento histórico.

Ângela Ferreira: Outra das questões que nos colocou tem que ver com as futuras panteonizações. Mais uma vez, quer dizer a área governativa da Cultura não tem qualquer estratégia para futuras panteonizações, nem teria que ter, mais uma vez isso parte da iniciativa do Parlamento, e como disse é algo que eu defendo que deve ser um princípio basilar das panteonizações. Tanto o regime como a decisão das panteonizações deve ser sempre do Parlamento e nunca do Governo. Eu acho que deve ser algo que deve ser amplamente representativo da vontade da população e é o Parlamento que assim representa.

Frederico Martins: Temos algumas figuras na sociedade portuguesa que poderiam vir a ser panteonizadas. Uma delas é o Dr. Mário Soares. Quando entrevistei o Engenheiro José Manuel dos Santos, levantei a questão do caso da Simonne Veil que foi panteonizada com o seu Marido. Porventura isso não pode acontecer em Portugal?

Ângela Ferreira: O Ex-Presidente da República ser panteonizado com a sua mulher?

Frederico Martins: exacto. Uma das questões dos filhos é separá-los. João Soares, na entrevista que lhe fiz, disse-me que estava fora de questão neste momento, também um pouco porque os filhos têm uma ligação afectiva, de ir colocar flores aos pais. Mário Soares, tendo em conta que a Dra. Maria Barroso teve uma relativa importância na vida portuguesa também, e de modo a não separar os dois, existir esta dupla panteonização.

Ângela Ferreira: Lá está, houve essa discussão, se todos os ex-presidentes da República deveriam ser panteonizados ou não, houve em tempos esta discussão, onde participaram especialistas na matéria. Eu não tenho, e sou um pouco parcial para discutir estas duas pessoas em concreto porque me dizem muito e obviamente para mim tiveram um papel preponderante no Portugal de hoje que não conseguimos escamotear. Mas não tenho nenhuma ideia em concreto sobre isso. Não me faz pessoalmente, e entenda-se que é pessoalmente, não me faz confusão, exactamente porque há pessoas que fazem questão de ser sepultadas junto do seu marido, com quem partilharam toda uma vida, portanto isso é um desejo que devemos honrar, e, portanto, na perspectiva de panteonizar um, obviamente que teremos de levar os dois, mas não tenho uma posição em concreto sobre isso.

Frederico Martins: Tendo em conta aqueles que são tidos com as figuras fundadoras do regime, Mário Soares, Sá Carneiro, Álvaro Cunhal e Freitas do Amaral, tendo em conta que se houvesse uma possível panteonização de Mário Soares, achas que algum destes, ou estes todos, serem panteonizados. E também por ter falecido agora, acha que Agustina Bessa Luís podia vir a ser panteonizada?

Ângela Ferreira: Eu não vejo nenhum problema, até pelo contrário, de panteonizar o Álvaro Cunhal, o Freitas do Amaral e o Sá Carneiro, que tal, a par do Mário Soares, são quatro vultos incontornáveis da nossa história. Talvez não atribua a mesma importância ao Freitas do Amaral que atribuo ao Álvaro Cunhal e ao Mário Soares. Eu entre o Mário Soares e o Álvaro Cunhal não tenho a mínima dúvida, acho que deveriam ser os dois Panteonizados. Relativamente Ao Freitas do Amaral, eu não atribuo a mesma importância ao Freitas do Amaral e Sá Carneiro do que atribuo ao Mário Soares ou ao Álvaro Cunhal. Relativamente à Agustina Bessa Luís, mas volto a dizer que isto é a minha opinião pessoal, acho que não há assim muita dúvida relativamente à importância para a nossa cultura em Portugal.

Frederico Martins: Tirando a Sophia não temos...

Ângela Ferreira: Sim, não temos mais nenhuma escritora.

Frederico Martins: Quando entrevistei o Engenheiro José Manuel dos Santos, levantei alguns nomes, e perante alguns desses nomes ele referiu que não tinham uma carga política que justificasse. Falei, entre outros, no Amadeu de Souza Cardoso e no Almada Negreiros. Porque ele diz que deve de existir, por exemplo para ele a Sophia congregava isso tudo, a Sophia para além de ser uma escritora tinha uma actividade cívica e política muito grande.

Ângela Ferreira: Colocou a questão da Websummit e da relação que deve de existir do Panteão dos Eventos que lá se realizam.

O Panteão é um monumento nacional. Pese embora nós tenhamos um regulamento que é muito explícito numa questão de tabela de taxas, para as diversas ocupações, seja para filmagens, realização de eventos, etc., eu considero que deve ser sempre avaliada a realização desses exemplos consoante o imóvel em questão. Ou seja, não acho que seja passível de se fazer no Mosteiro da Batalha ou nos Jerónimos qualquer evento que nos passe pela cabeça. Eu acho que estes eventos não devem desvirtuar a função e o valor patrimonial que eles têm e que representam para todos nós.

Posto isto, o Panteão tendo esta função de homenagear a memória de figuras importantes, que a sociedade como um todo decidiu homenagear e de conceder Honras de Panteão, acho que ainda mais cuidado deve existir, não por uma questão, também, mas não só por essa questão de, por exemplo, fazer um junto ao túmulo.

Frederico Martins: Que não era o caso.

Ângela Ferreira: Que não era o caso, mas deve haver algum recato nos eventos que vamos realizar, uma vez que estamos a fazê-lo num sítio que se presta a homenagear a memória daquelas personalidades, e, portanto, acho que essas questões podem ser avaliadas.

Frederico Martins: Como é que acha que se pode activar a ligação entre o Panteão e a sociedade?

Ângela Ferreira: Eu acho que, repare, este ano vamos comemorar o centenário da Amália e vamos exactamente fazer actividades culturais no âmbito do centenário da Amália. Isto passa certamente por aqui, ou seja, passa por nos lembrarmos daquelas pessoas que homenageamos no Panteão e trazê-los aos dias de hoje. Trazer a sua obra, o seu percurso, as suas celebrações, como é o centenário da Amália e de todos os outros que lá estão. Eu acho que se deve aproveitar sempre estes momentos para dinamizar culturalmente.

Eu percebo estas questões que a directora e a ex-directora já tinham referido que é o distanciamento que os portugueses têm à morte e, portanto, que não há aqui esta ligação emocional. Se há pouco eu dizia que o Cortejo Fúnebre do Mário Soares foi um cortejo amplamente participado por toda a sociedade civil com uma grande carga emocional, porventura não vemos os nossos cidadãos a dirigir-se ao Panteão para prestar honras como vemos qualquer um de nós fazer num cemitério aos nossos entes queridos.

Mas efectivamente eu acho que esta ligação entre o cidadão e o que representa o Panteão acho que passa muito mais por trazer as pessoas ao Panteão numa perspectiva de programação cultural, do que propriamente nesta questão só da ligação de homenagear quem lá está.

Frederico Martins: Estou a ler um relatório de uma comissão que François Hollande criou assim que foi eleito para estudar o Panteão, nomeadamente a sua actualização e o seu simbolismo. Este relatório lançam a ideia de o Presidente ir prestar culto ao Panteão depois da tomada de posse.

Ângela Ferreira: Mas isso lá está é prestar culto. É tu ires a um sítio a um cemitério ou onde está depositada uma lápide, e isso existe em N países, e isso efectivamente está associado a sociedades [hesitação] como é que devo dizer [hesitação] ditatoriais, nacionalistas. E, portanto, esse culto dos símbolos nacionais

levado ao extremo, em que o Presidente da República tem que prestar culto perante aquela figura, efectivamente é uma coisa que está capturada por um regime.

Frederico Martins: Exactamente.

Ângela Ferreira: Vou contar que quando estive em Ancara e fui visitar o túmulo do Ataturk e junto ao Túmulo do Ataturk está um soldado de cada lado. E quando passas em frente ao túmulo tens que te por de frente, porque caso contrário os soldados olham para ti fazem-te sinal, tens de prestar culto. E isso para mim é uma coisa impensável. Foi para mim enquanto cidadã europeia, e mesmo mundial, curiosa de ver o monumento que se fez em honra e em memória de Ataturk onde está um túmulo dele, mas quer dizer, daí a eu ter que prestar culto a um líder que nem sequer é meu, faz-me alguma confusão. E, portanto, não me faz confusão outras figuras da nossa história da nossa história que estão panteonizadas e que podem ter sido de outros regimes, mas quer dizer, daí a dizerem que eu tenho que prestar culto às mesmas...

Frederico Martins: Sim. E eles também referem a utilização de cerimónias, pois para eles o Panteão é um dos maiores símbolos da República, está imbuído no espírito republicano, e também por causa dos símbolos da Revolução, eles afirmam a utilização de feriados nacionais para tentar atualizar o Panteão e aproximar as pessoas do Panteão nessa data. Sem ser algo directamente associado ao culto, mas tentar utilizar os mecanismos republicanos para ...

Ângela Ferreira: Mas aqui não faz muito sentido, lá está nos temos vários panteões espalhados pelo território. Portanto para nós não fará de todo o sentido, temos sempre pessoas importantes da nossa história sepultadas em N monumentos nacionais e, portanto, não faz sentido trazer em nenhuma data em concreto, não será na data do nascimento da nação, ou no 25 de Abril, quer dizer... temos muitas datas comemorativas de vastas pessoas que foram importantes na nossa história, para mim não faz sentido essa ligação.

Anexo 2 – Tabelas de personalidades panteonizadas

Tabelas de personalidades panteonizadas sob a forma de sepultamento

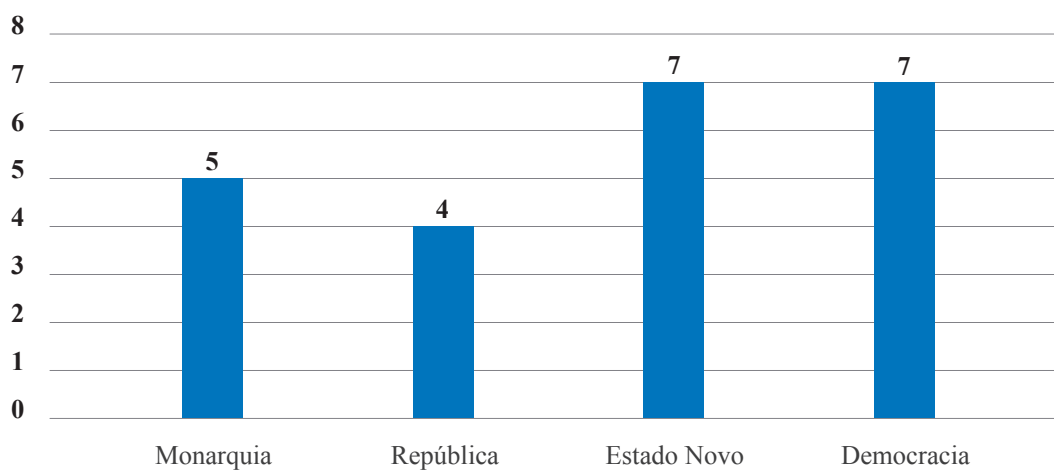
ANO DE PANTEONIZAÇÃO	INDIVIDUALIDADE	TEMPLO
1880	Luís de Camões	Santa Maria de Belém
1880	Vasco da Gama	Santa Maria de Belém
1886	João de Deus	Santa Maria de Belém Santa Engrácia (1966)
1888	Alexandre Herculano	Santa Maria de Belém
1903	Almeida Garrett	Santa Maria de Belém Santa Engrácia (1966)
1918	Sidónio Pais	Santa Maria de Belém Santa Engrácia (1966)
1921	Soldado Desconhecido	Santa Maria da vitória
1923	Guerra Junqueiro	Santa Maria de Belém Santa Engrácia (1966)
1924	Teófilo Braga	Santa Maria de Belém Santa Engrácia (1966)
1951	Óscar Carmona	Santa Maria de Belém Santa Engrácia (1966)
1985	Fernando Pessoa	Santa Maria de Belém
1990	Humberto Delgado	Santa Engrácia
2001	Amália Rodrigues	Santa Engrácia
2004	Manuel de Arriaga	Santa Engrácia
2007	Aquilino Ribeiro	Santa Engrácia
2014	Sophia de Mello Breyner Andresen	Santa Engrácia
2015	Eusébio Ferreira	Santa Engrácia

Esquema de personalidades panteonizadas sob a forma de cenotáfio

Luís de Camões
Vasco da Gama
Pedro Álvares Cabral
Infante D. Henrique
Afonso de Albuquerque
D. Nuno Álvares Pereira

Anexo 3 – Gráfico de Panteonizações

Nr.º de panteonizações por Regime político



Panteonizações por década

